



Relatório da
Administração

1S26

IFRS



Relatório da Administração | 1S26



Lucro Líquido

R\$ 6,4 bilhões no 1S26 – R\$ 7,8 bilhões no 1S25

Perdas Líquidas Esperadas

R\$ 34,4 bilhões no 1S26 – R\$ 31,6 bilhões no 1S25

Receita de Prestação de Serviços

R\$ 17,9 bilhões no 1S26 – R\$ 17,0 bilhões no 1S25

Despesas Administrativas e de Pessoal

R\$ 18,9 bilhões no 1S26 – R\$ 19,9 bilhões no 1S25

Índice de Basileia

13,91 %

Índice de Capital Principal

11,27 %

Em junho/26, nossos ativos alcançaram R\$ 2,6 trilhões. A carteira de crédito superou R\$ 1,1 trilhão, com destaque para o segmento de pessoas físicas na comparação com junho/25, enquanto os recursos de clientes totalizaram R\$ 954 bilhões. O Capital Principal foi de 11,27%, adequado para continuar suportando a execução da nossa estratégia corporativa.

As perdas líquidas esperadas, com elevação de 8,7%, refletiram, principalmente, o aumento da inadimplência nas operações com produtores.

Além disso, o Banco continuou atuando, com conhecimento especializado e proximidade junto ao produtor rural, oferecendo soluções que impulsionam a produtividade, a competitividade e o desenvolvimento sustentável do setor.

Com uma plataforma fígital robusta e escalável, que integra canais digitais e presenciais e atende 35 milhões de clientes ativos nos canais digitais, entregamos um banco para cada cliente — profundamente digital, estrategicamente completo e essencialmente humano. A inteligência artificial e a análise de dados potencializam a assessoria personalizada, enquanto a tecnologia amplia a proximidade do atendimento humano, que fortalece o relacionamento e os negócios.

A diversificação das receitas de prestação de serviços, que cresceram 5,2% no comparativo anual, foi favorecida pela administração de fundos e consórcios, demonstrando nossa força comercial e importante sinergia junto às empresas do conglomerado. As Despesas Administrativas permaneceram sob controle, com redução de 5,0% ante o 1S25, com destaque para os investimentos em tecnologia, IA e cibersegurança.

Com isso, o lucro líquido do 1S26 foi de R\$ 6,4 bilhões e o valor adicionado foi de R\$ 21,9 bilhões, considerando impostos, salários, dividendos e demais componentes.

Em 2026, seguimos trabalhando para reforçar as bases da perenidade do Banco do Brasil – da gestão disciplinada do crédito à integração fígital, da diversificação das receitas ao investimento contínuo em tecnologia e pessoas. Seguimos com disciplina na execução estratégica e com o compromisso de geração de valor sustentável para os acionistas e para a sociedade.



Principais destaques do Período

Crédito do Trabalhador

A carteira de crédito consignado privado do Crédito ao Trabalhador alcançou a marca de R\$ 15,7 bilhões com mais de 1,8 milhão de operações, atendendo a mais de 1,2 milhão de trabalhadores.

BB no *Ranking* Bacen de Reclamações

A manutenção do Banco do Brasil entre as instituições com melhor desempenho no *Ranking* Bacen é resultado de uma governança corporativa robusta e intensamente exercida em todos os níveis da organização. O resultado reflete a maturidade da sua governança corporativa e a capacidade de transformar informações provenientes da voz do cliente, da inteligência de mercado e do uso de novas tecnologias em ações concretas de aperfeiçoamento, além de reforçar o papel estratégico da Ouvidoria, que monitora e sensoria de forma permanente o mercado, mitigando riscos emergentes e atua diretamente na articulação interna entre as áreas de negócio.

Os processos que sustentam esse resultado evoluem continuamente para atender às mudanças regulatórias, comportamentais e de mercado, fortalecendo a conformidade, a eficiência operacional e a experiência dos clientes, especialmente reforçando o compromisso com a qualidade do atendimento e resolutividade, em alinhamento à estratégia corporativa e às diretrizes dos órgãos reguladores.

Plano Safra

Encerramos a Safra agrícola 2025/2026 com R\$ 209 bilhões desembolsados em cerca de 500 mil operações. Para a Safra 2026/2027, reafirmamos nosso papel como principal parceiro do Agronegócio.

Casa BB

Inauguramos a Casa BB no Aeroporto Internacional de Guarulhos, ampliando nossa proposta de valor para clientes de alto valor por meio de uma experiência exclusiva, diferenciada e alinhada às suas necessidades. Com funcionamento 24 horas, o lounge reforça nossa estratégia de fortalecer a principalidade, elevar o engajamento e ampliar a relevância dos cartões premium nas jornadas de viagem. A iniciativa combina conveniência, conforto e relacionamento em um dos principais aeroportos da América Latina.

Nature Bond

Reforçamos nosso protagonismo em finanças sustentáveis com a emissão de US\$ 500 milhões em *Nature Bond* no mercado internacional, a primeira operação de um banco comercial no mundo com esse rótulo e nesse montante. Os recursos serão destinados ao financiamento de projetos voltados à recuperação produtiva de áreas degradadas, fortalecendo nossa contribuição para a agenda climática, a preservação dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável do País. A operação registrou demanda cinco vezes superior ao volume ofertado, evidenciando a confiança dos investidores na solidez financeira do Banco e na consistência da nossa estratégia ASG.

AcademIA

Em abril, lançamos uma nova edição do AcademIA BB, nosso programa corporativo de capacitação em Inteligência Artificial e Dados, voltado a todos os funcionários do Banco e do Conglomerado. Nesta nova edição, que tem foco em IA Generativa e Agêntica, foram mais de 36 mil inscritos, com perfis que envolvem as diferentes áreas de atuação no Banco. A iniciativa tem como foco democratizar a



IA, reforçando a tecnologia como um dos pilares da transformação digital e cultural da organização.

Inovações no Pix

Lançamos o Boleto com Pix Automático, solução que permite a automatização de pagamentos recorrentes por meio da autorização do cliente via QR Code no momento do pagamento do boleto. A nova funcionalidade beneficia empresas de todos os portes ao reduzir custos de implementação, facilitar a conciliação financeira e aumentar a previsibilidade do fluxo de caixa, preservando características tradicionais do boleto bancário, como juros, multa, protesto e negativação. A iniciativa reforça o posicionamento do BB como

referência em inovação nos meios de pagamento e na oferta de soluções digitais para seus clientes.

Desembolsos com PEAC FGI e Pronampe

Em 2026, seguimos atuando nas linhas de crédito com fundos garantidores, com foco em operações que apresentem melhor relação risco-retorno. Os desembolsos para micro e pequenas empresas, suportados pelo PEAC-FGI e pelo Pronampe, somaram R\$ 11,1 bilhões no semestre, crescimento de 34% em relação ao mesmo período de 2025. Também avançamos na matriz de resiliência, ampliando operações com recebíveis e garantias, reforçando a qualidade e a sustentabilidade da carteira.

Acionistas

Contamos com uma base de 1,6 milhão de acionistas, sendo 99,1% de pessoas físicas locais. Ao final de junho, 35% das nossas ações em *free float* estavam em poder destes clientes, 17% em poder de investidores PJ locais e 48% em poder de investidores residentes no exterior. Nossas ações (BBAS3) representaram 2,47% do Ibovespa no segundo quadrimestre de 2026. No último pregão do mês de junho, as BBAS3 estavam cotadas a R\$ 19,91.

Conforme fato relevante de 19 de janeiro, para o exercício de 2026, foi aprovado payout de 30%. No 1S26, foram distribuídos R\$ 1,8 bilhão em juros sobre o capital próprio (JCP), o que corresponde a R\$ 0,314 por ação.

Em 23 de abril de 2026, realizamos o BB Day, evento em que a Administração do Banco apresentou as perspectivas sobre a dinâmica dos negócios e o posicionamento estratégico. Para acessar o evento clique no [link](#).

Em 29 de abril de 2026, o Banco do Brasil realizou suas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, com participação de acionistas em formato presencial e digital. Foram apreciadas e aprovadas as contas de 2025, a destinação do resultado, a distribuição de dividendos e a remuneração dos administradores. Também foram deliberadas matérias de governança, incluindo eleição de membros do Conselho Fiscal, ajustes no Estatuto Social e atualização do limite de capital autorizado.



Estratégia e Governança Corporativa

No primeiro semestre de 2026, seguimos com a execução da Estratégia Corporativa do Banco do Brasil (ECBB) 2026-2030, que traduz nossa visão de futuro, nossas prioridades e nossas escolhas, orienta o posicionamento estratégico da instituição e reforça o compromisso com a geração de valor sustentável para clientes, parceiros, acionistas e toda a sociedade.

Nosso propósito, ser próximo e relevante na vida das pessoas em todos os momentos, e nossos valores orientam comportamentos, decisões e entregas, fortalecendo a atuação do BB em um ambiente de negócios dinâmico e em constante transformação.

Com horizonte temporal de cinco anos e revisão anual, a ECBB permanece como um processo contínuo, dinâmico e colaborativo, capaz de se adaptar às transformações do mercado e às demandas da sociedade. Para o ciclo 2026-2030, mantivemos foco na visão de longo prazo, apoiados na reflexão sobre cenários e futuros possíveis, no fortalecimento de capacidades organizacionais e no investimento em inovação e transformação digital.

Os direcionadores e objetivos estratégicos seguem sustentados por cinco princípios norteadores, que refletem escolhas conscientes para assegurar a competitividade e a perenidade do Banco do Brasil: gestão financeira inteligente e sustentável; transformação digital com propósito; geração de valor e inovação contínua; atuação em novas arenas de negócios; e governança eficiente e integrada.

Nossa cultura estimula o aprendizado contínuo, valoriza a diversidade e fortalece um ambiente de confiança e segurança para as pessoas. Nossos funcionários e colaboradores impulsionam a inovação, a geração de valor e a proximidade com

clientes e com a sociedade, contribuindo para a entrega consistente da estratégia e para a construção de resultados sustentáveis no longo prazo.

A Governança Corporativa assegura a integridade, a transparência, a equidade, a responsabilização/*accountability* e a sustentabilidade na condução dos negócios. Desde 2006, estamos listados no Novo Mercado da B3, segmento com o mais elevado padrão de governança corporativa. Nossa estrutura de governança é composta pela Assembleia Geral de Acionistas; pelo Conselho de Administração (CA) e seus comitês de assessoramento – Comitê de Auditoria (Coaud); Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (Corem); Comitê de Riscos e de Capital (Coris), Comitê de Tecnologia e Inovação (Cotei) e Comitê de Sustentabilidade Empresarial (Cosem); pela Diretoria Executiva, composta pelo Conselho Diretor (Presidente/a e Vice-presidentes/as) e demais Diretores estatutários; e pelo Conselho Fiscal (CF).

O CA, órgão que fixa a orientação geral dos negócios do BB e de suas subsidiárias e controladas, possui membros independentes, conforme estabelecido no Estatuto Social do BB, art. 18, §7º, em linha com o Regulamento do Novo Mercado da B3, normas aplicáveis e boas práticas de governança corporativa. O CA possui, além disso, diversidade de gênero, raça e formação e conta, em sua composição atual, com 50% de liderança feminina, prática que é fortalecida por regras e indicadores de representatividade racial e de gênero que elevam a atuação e a diversidade da Governança Corporativa do Banco.



Tecnologia que Transforma

O surgimento de novas tecnologias, em especial o avanço da Inteligência Artificial, vem redefinindo a forma como pessoas, empresas e governos se relacionam com os serviços financeiros. Nesse contexto, mantemos uma agenda consistente de evolução tecnológica orientada à geração de valor sustentável, à ampliação da eficiência operacional, ao fortalecimento da experiência dos clientes e à criação de novas oportunidades de negócios. Nossa estratégia combina modernização tecnológica, inteligência artificial, ecossistemas digitais, inovação aberta e segurança, sustentada por uma cultura organizacional cada vez mais integrada entre negócio, tecnologia e dados.

Nova forma de trabalhar

No semestre, o Banco do Brasil avançou na expansão da sua Aceleração Digital, fortalecendo a integração entre negócio, tecnologia, dados e experiência do cliente, permitindo maior alinhamento entre estratégia e execução.

A adoção progressiva do Modelo Operacional Ágil amplia nossa capacidade de transformar prioridades estratégicas em entregas concretas, reduzindo dependências organizacionais, acelerando a tomada de decisões e promovendo ganhos de produtividade. Ao reunir equipes multidisciplinares orientadas por jornadas e produtos, fortalecemos a colaboração, a inovação e a geração contínua de valor, criando as condições necessárias para sustentar nossa evolução no longo prazo.

Investimentos em inovação e modernização tecnológica

Investimos R\$ 4,5 bilhões em tecnologia somente neste primeiro semestre e, desde 2016, esse montante já soma R\$ 48,3 bilhões, incluindo investimentos e despesas de pessoal em TI. Esses

investimentos contínuos em tecnologia, que vão desde a evolução da infraestrutura até segurança, ampliam escalabilidade, resiliência e eficiência operacional, e sustentam uma experiência fíigital de alta qualidade, permitindo que o cliente utilize nossos serviços onde, quando e como quiser.

Nossa estratégia de nuvem, baseada na combinação de ambientes públicos e privados, permite atender às crescentes demandas dos negócios com velocidade, flexibilidade e segurança, apoiando soluções críticas e ampliando nossa capacidade de inovação.

Canais digitais

Os canais digitais — App BB, WhatsApp BB e plataformas web — seguiram como principal eixo de interação com os clientes, respondendo por aproximadamente 94% das transações totais realizadas no semestre. Esse patamar evidencia não apenas maior adoção, mas um uso mais frequente e resolutivo dos serviços digitais, alinhado à preferência dos clientes por conveniência e segurança.

Também ampliamos mecanismos de segurança das transações e dos meios de pagamento, com a expansão da solução BB, Sou Eu!, que viabiliza a confirmação de compras que foram recusadas por regras de segurança, para os canais WhatsApp e SMS, reforçando a segurança das jornadas digitais e a proteção dos clientes.

A aquisição de novos clientes por canais digitais manteve desempenho consistente. Mais de 1,65 milhão de contas foram abertas pelo aplicativo em 2026, refletindo a atratividade da proposta digital do BB e a efetividade da Plataforma de Onboarding.



Inteligência Artificial e Analítica: pioneirismo e protagonismo

Em 2026, o Banco do Brasil consolidou sua estratégia de Dados e Inteligência Artificial, combinando capacitação, governança, modernização tecnológica e geração de valor para os negócios. O AcademIA BB ampliou o alcance da capacitação em IA, com mais de 36 mil inscritos, fortalecendo a adoção da tecnologia em escala corporativa. O Banco também evoluiu sua maturidade analítica, alcançando o nível Data Safety, referência em confiança, governança e segurança no uso de dados.

A expansão da Plata.IA, plataforma corporativa que democratiza o acesso seguro à Inteligência Artificial, e a evolução do GAIA 3.0, ambiente de governança do ciclo de vida de dados, Analytics e IA, ampliaram a escalabilidade, a eficiência e a

governança das soluções tecnológicas. A modernização reduziu em cerca de 50% os esforços manuais de governança e consolidou mais de 2,3 mil soluções catalogadas.

A Inteligência Artificial está cada vez mais presente nos processos internos e nas jornadas de clientes, apoiando a tomada de decisão, a automação de atividades, a mitigação de riscos, a personalização de ofertas e a melhoria contínua da experiência dos usuários. Essas aplicações geram ganhos de produtividade para os funcionários, aumentam a eficiência operacional e contribuem para melhores resultados de negócios, fortalecendo o relacionamento com os clientes e ampliando a geração de valor para acionistas e sociedade.

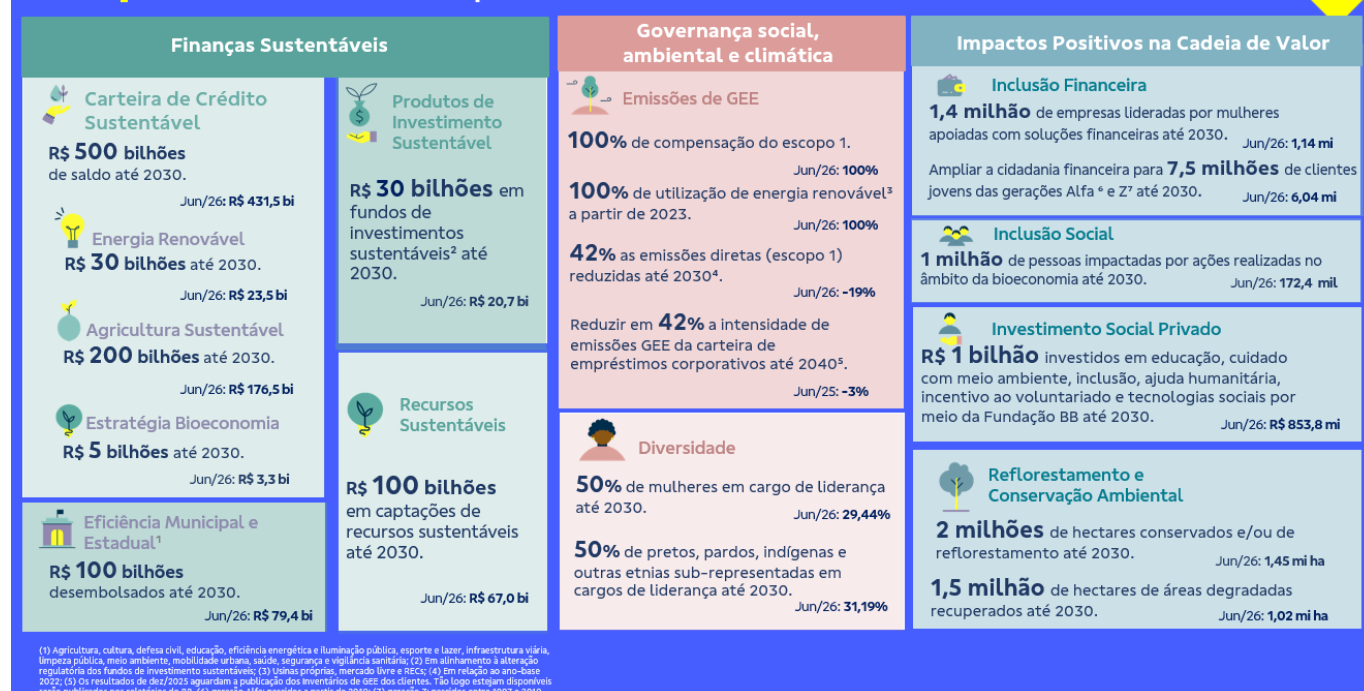
Paralelamente, o BB reforçou seu protagonismo em IA Ética e Responsável, privacidade e compartilhamento seguro de dados, consolidando as bases para a expansão sustentável e segura do uso de Inteligência Artificial na organização.

Agenda ASG (Ambiental, Social e de Governança)

Adotamos as melhores práticas Ambientais, Sociais e de Governança que estabelecem ações de identificação e gerenciamento de riscos e oportunidades. Essas premissas estão incorporadas na Agenda 30 BB, materializada nos Compromissos BB 2030 para um mundo mais sustentável (compromissos de longo prazo) e no Plano de Sustentabilidade do Banco.

Os Compromissos BB 2030 estabelecem metas em três frentes estratégicas: finanças sustentáveis; governança ambiental, social e climática; e impactos positivos na cadeia de valor. Essas frentes refletem nosso engajamento com as prioridades globais de desenvolvimento sustentável e reforçam a incorporação da agenda ASG à condução dos negócios, à gestão de riscos e à geração de valor de longo prazo para clientes, acionistas e sociedade.

Compromissos BB 2030 para um Mundo + Sustentável



Captações Sustentáveis

Alcançamos R\$ 51,1 bilhões em captações destinadas a investimentos em iniciativas ASG. Os recursos foram obtidos por meio da emissão de títulos sustentáveis nos mercados internacionais e da contratação de operações com instituições multilaterais, bancos de investimento e bancos comerciais globais.

Atuamos de forma contínua como um dos protagonistas na mobilização de recursos internacionais voltados ao financiamento da agenda climática, de desenvolvimento econômico e social e ao apoio a atividades com impacto ambiental positivo, em linha com nossa estratégia de sustentabilidade e com os compromissos assumidos no âmbito das finanças sustentáveis.

No primeiro semestre de 2026, o principal destaque neste eixo foi a emissão internacional do Nature Bond, no valor de US\$ 500 milhões, ampliando a atuação do BB na mobilização de recursos destinados ao financiamento de soluções alinhadas às agendas de natureza, clima e uso sustentável da terra.

A operação representou um marco para o mercado de finanças sustentáveis ao direcionar recursos para projetos voltados à recuperação produtiva de áreas degradadas, promovendo a combinação entre ganhos de produtividade agropecuária, restauração ambiental e redução da pressão pela conversão de novas áreas naturais. A forte demanda observada junto a investidores internacionais evidenciou o reconhecimento da solidez financeira do Banco do Brasil, da consistência de sua estratégia ASG e de sua capacidade de estruturar iniciativas com impactos ambientais positivos e geração de valor de longo prazo.

A emissão também reforçou nosso posicionamento na fronteira da inovação financeira sustentável, ao incorporar a agenda de natureza à estratégia de funding internacional e ampliar o conjunto de instrumentos voltados ao direcionamento de capital para atividades com benefícios ambientais mensuráveis e potencial de geração de valor econômico sustentável.

Ao longo do semestre, as captações sustentáveis internacionais fortaleceram a diversificação das



fontes de financiamento, ampliaram o acesso a recursos de longo prazo e contribuíram para o aprofundamento do relacionamento com investidores e instituições financeiras globais.

Avançamos na ampliação das soluções de financiamento sustentável com a contratação do novo Green Building Repo, estruturado em parceria com o banco francês Natixis, no valor de US\$ 200 milhões e prazo de dois anos. Os recursos da operação serão destinados ao financiamento e refinanciamento de edificações sustentáveis, incluindo projetos de construção e retrofit com elevada eficiência energética e certificações ambientais reconhecidas internacionalmente. A iniciativa está alinhada ao nosso Framework de Finanças Sustentáveis e ao Programa Eco Invest Brasil, fortalecendo a mobilização de capital privado internacional para apoiar a transformação ecológica do país.

No âmbito do Programa Eco Invest Brasil, consolidamos nossa participação na implementação da iniciativa, com destaque para os resultados do 4º Leilão, que mobilizou aproximadamente R\$ 6,4 bilhões para investimentos em sociobioeconomia, turismo sustentável e projetos de infraestrutura verde na Amazônia Legal. Com essa atuação, reforçamos nossa estratégia de direcionar capital para atividades com elevado potencial de impacto socioambiental, contribuindo para a conservação ambiental, a inclusão econômica e o desenvolvimento sustentável em todos os biomas brasileiros.

Negócios Sustentáveis

Em linha com os compromissos de longo prazo do BB e visando auxiliar os clientes na transição para uma economia mais sustentável, em junho, o saldo da Carteira de Crédito Sustentável alcançou R\$ 431,5 bilhões em operações de crédito sustentáveis, crescimento de 8,8% em 12 meses. O

resultado demonstra a capacidade da Instituição de ampliar a oferta de soluções financeiras alinhadas à transição para uma economia mais sustentável, consolidando sua posição como um dos principais financiadores de atividades com impacto socioambiental positivo no país.

A evolução da carteira reflete a crescente incorporação de aspectos ambientais e sociais aos negócios do Banco, direcionando recursos para atividades capazes de gerar desenvolvimento econômico, inclusão produtiva e benefícios ambientais, ao mesmo tempo em que fortalece a resiliência e a competitividade dos setores financiados.

A Carteira de Crédito Sustentável é submetida a avaliação independente baseada nas principais taxonomias ASG nacionais e internacionais. Sua metodologia é continuamente aprimorada para incorporar as melhores práticas de mercado, assegurando transparência, consistência e alinhamento com padrões reconhecidos de sustentabilidade.

Bioeconomia e Cadeia de Valor

Desempenhamos papel estratégico no fortalecimento da biodiversidade e da sociobioeconomia no País, apoiando agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, associações e cooperativas por meio de soluções financeiras, linhas de crédito com condições diferenciadas, atendimento especializado e orientação financeira. Essa atuação contribui para a geração de renda, a inclusão produtiva e o desenvolvimento sustentável dos territórios onde estamos presentes.

Nos últimos anos, ampliamos nossa atuação nesse segmento por meio de novas iniciativas e parcerias estratégicas que fortalecem o acesso ao crédito, estimulam a inovação e conectam produtores e empreendimentos da bioeconomia a mercados e oportunidades de crescimento sustentável.



Em linha com nossa estratégia de fortalecimento da sociobioeconomia e de ampliação do acesso a soluções financeiras em territórios prioritários, capacitamos, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Instituto Clima e Sociedade (ICS) e a Conexsus, 105 Agentes de Crédito da Sociobioeconomia para atuação nos biomas Amazônia, Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica, nos termos da Portaria Conjunta MDA/MMA nº 2, de 24 de janeiro de 2025. A iniciativa fortalece a oferta de orientação financeira especializada e contribui para ampliar o acesso de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e demais empreendimentos da bioeconomia às soluções financeiras necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

Como resultado dessa estratégia, consolidamos nossa posição entre os principais financiadores da bioeconomia e das cadeias de valor da biodiversidade no Brasil, com R\$ 3,3 bilhões destinados ao financiamento de projetos do segmento, impactando positivamente mais de 172 mil pessoas e reforçando nosso compromisso com a geração de valor econômico, social e ambiental.

Mercado de Carbono

Fortalecemos nossa atuação no mercado voluntário de carbono, apoiando clientes na estruturação de projetos com relevante adicionalidade ambiental e ampliando a oferta de soluções voltadas à transição para uma economia de baixo carbono. Nossa

atuação contempla o apoio a estratégias de descarbonização, a comercialização e intermediação de créditos de carbono e o financiamento de iniciativas em energia renovável, eficiência energética e recuperação ambiental.

Até junho de 2026, contribuímos para a preservação e o reflorestamento de 1,45 milhão de hectares por meio de projetos de carbono e operações de crédito, promovendo a conservação dos recursos naturais e a geração de valor para produtores e comunidades. Nesse contexto, os projetos de conservação florestal (REDD+) combinam proteção ambiental e desenvolvimento econômico sustentável.

Também avançamos em iniciativas de restauração florestal, com destaque para o projeto São Paulo Agro Springs Reforestation, desenvolvido em parceria com a Carbonext e a Fundação Coopercitrus Credicitrus. A iniciativa prevê a restauração de três mil hectares de vegetação nativa e reforça nosso papel na estruturação de ativos climáticos de alta integridade, conectando recuperação ambiental, inclusão produtiva e acesso a mecanismos de financiamento climático.

No semestre, reforçamos nossa agenda de inovação sustentável por meio do investimento, via BB Ventures, na Agrorobótica, agtech especializada em inteligência agrônoma e mensuração de carbono no solo. A iniciativa fortalece a estratégia de aproximar crédito, tecnologia e sustentabilidade, ampliando as possibilidades de geração de valor e de desenvolvimento de novos mercados associados à agenda climática.

Diversidade, Equidade e Inclusão

Acreditamos que a diversidade, a equidade e a inclusão são elementos essenciais para a geração sustentável de valor e para o fortalecimento da nossa capacidade de inovação, tomada de decisão e

relacionamento com os diferentes públicos com os quais nos conectamos. Ao considerar as pessoas, os territórios e as múltiplas realidades sociais presentes em nossa atuação, promovemos um



ambiente mais representativo e inclusivo, ampliamos oportunidades de desenvolvimento e contribuímos para a redução de desigualdades e para o desenvolvimento socioeconômico dos territórios onde estamos presentes.

Nosso compromisso se reflete também na composição de nossas instâncias de governança. Atualmente, as mulheres representam 44% do Conselho Diretor (CD) e 50% do Conselho de Administração (CA). Além disso, dois membros do CD e um membro do CA se autodeclaram negros, dois membros do CD e um membro do CA se autodeclaram pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+, e um membro do CA é pessoa com deficiência (PcD).

A seguir demonstramos a evolução da quantidade de mulheres que ocupam cargos na Administração do BB:

	jun/25		jun/26	
	Quantidade de mulheres		Quantidade de mulheres	
Conselho de Administração	4	50%	4	50%
Conselho Diretor	4	44%	4	44%
Diretoria Executiva	9	28%	10	29%
 = Percentual de mulheres por nível hierárquico				

Possuímos um dos quadros de funcionários mais diversos do mercado, chancelado pela B3, por meio do iDiversa. Em atendimento ao inciso III do §6º do art. 133 da Lei nº 6.404/1976, incluído pela Lei nº 15.177/2025, informamos que a política de remuneração do Banco do Brasil observa critérios objetivos e isonômicos, sem distinção de gênero, nas componentes — remuneração fixa e variável. A remuneração fixa tem por base o salário-base ou valor de referência definido para cada cargo, cujo ingresso se dá exclusivamente por concurso público, não havendo diferença entre homens e mulheres, o que se reflete na razão salário-base mulher/homem igual a 1 (um) em todos os níveis funcionais (Executivo, Gerencial, Técnico, Operacional, Assessoria e demais). As verbas de remuneração variável, vinculadas ao exercício de funções, e as verbas de caráter pessoal seguem

regras corporativas uniformes, definidas em função do cargo, da função exercida e de critérios objetivos de elegibilidade, igualmente sem qualquer distinção de gênero. Atualmente, o Banco do Brasil não possui remuneração classificada como eventual.

Nos quadros a seguir, é possível observar a quantidade e proporção de mulheres em cada nível hierárquico no BB, bem como a proporção do salário-base mulher/homem.

	jun/25		jun/26	
	Quantidade de mulheres		Quantidade de mulheres	
Total Banco	35.082	41%	34.222	41%
Operacional	18.073	45%	17.018	46%
Gerencial	11.345	37%	11.433	37%
Assessoria	4.276	35%	4.272	34%
Especialista	672	38%	776	35%
Técnico	716	54%	723	54%
 = Percentual de mulheres por nível hierárquico				

Proporção salário-base mulher/homem	jun/25	jun/26
Executivo ¹	1	1
Gerencial	1	1
Técnico	1	1
Operacional	1	1
Assessoria	1	1
Outros	1	1

¹ Inclui os administradores estatutários

Mantemos o compromisso de ampliar a diversidade em posições de liderança, com o objetivo de alcançar 50% de participação feminina até 2030. A evolução desse indicador demonstra avanços consistentes ao longo dos últimos anos. Também seguimos avançando na ampliação da representatividade de pessoas pretas, pardas, indígenas e de outras etnias sub-representadas em cargos de liderança, para as quais estabelecemos a meta de alcançar 50% até 2030.

Com o objetivo de fortalecer uma governança cada vez mais inclusiva, diversa e representativa, promovemos duas edições da reunião estratégica do Conselho Consultivo de Diversidade, Equidade e Inclusão (Codei), que proporcionaram o diálogo



entre membros do Conselho Diretor e especialistas externos sobre temas relevantes para o negócio, com os temas “ASG impulsionando a nova arena de negócios” e “NR1 – Risco Psicossocial e impactos no resultado”. Também realizamos reuniões dos Fóruns Regionais de Diversidade, Equidade e Inclusão e Experiência do Funcionário, onde se debateu os impactos da NR1 sob o ponto de vista do funcionalismo.

Alinhado à nossa Estratégia Corporativa e ao propósito de gerar valor para a sociedade, fomentamos iniciativas voltadas à inclusão produtiva, à valorização da diversidade e ao desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, patrocinamos a Favela Gastronômica, contribuindo para o fortalecimento do empreendedorismo comunitário e da economia criativa em territórios periféricos. A iniciativa promoveu geração de renda, valorização cultural e ampliação de oportunidades para empreendedores negros, mulheres, pessoas LGBTQIAPN+ e outros grupos historicamente sub-

representados, reunindo mais de 40 mil visitantes, e ampliando a visibilidade de negócios locais.

Durante o mês do Orgulho, patrocinamos a Feira da Diversidade, iniciativa alinhada ao nosso compromisso com a inclusão, o respeito às diferenças e o desenvolvimento econômico sustentável. O evento reuniu mais de 100 expositores e aproximadamente 25 mil visitantes, promovendo visibilidade e valorização da população LGBTQIAPN+, além de fomentar empreendedorismo, empregabilidade, acessibilidade e geração de renda.

Essas iniciativas reforçam nossa agenda de diversidade, equidade, inclusão e bem-estar, contribuindo para o fortalecimento da cultura organizacional, o aprimoramento da gestão de pessoas e o desenvolvimento de ambientes mais inovadores, colaborativos e sustentáveis. Ao mesmo tempo, fortalecem nossa capacidade de atração e retenção de talentos, de gestão de riscos e de geração de valor sustentável para nossos stakeholders.

Principais Prêmios e Reconhecimentos

Em março, conquistamos o **Prêmio Banking Transformation**, que reconhece práticas inovadoras e transformadoras no setor financeiro, reafirmando a relevância da atuação do Banco do Brasil nas pautas de diversidade, equidade e inclusão. O reconhecimento reflete o avanço consistente nessa agenda estratégica, sustentado por iniciativas como o Fundo BB Ações Diversidade e o apoio direto a projetos de empreendedorismo em comunidades sub-representadas, que ampliam o alcance e a efetividade das ações do Banco. A premiação também evidencia o alinhamento do BB à Agenda 2030 e ao Pacto Global da ONU, consolidando a inclusão como pilar da estratégia corporativa e como vetor essencial para a transformação digital e o desenvolvimento socioeconômico do país.

Em maio, recebemos o **Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça**, concedido pelo Ministério das Mulheres, além de cinco reconhecimentos na premiação **Melhores Empresas e Líderes da Diversidade**, promovida pela Iniciativa Empresarial pela Igualdade Racial, contemplando iniciativas relacionadas à ascensão de profissionais negros, à implementação de ações afirmativas no recrutamento interno, à promoção da equidade racial, ao engajamento da cadeia de fornecedores em Direitos Humanos e DE&I e à valorização da memória e da identidade negra. Esses reconhecimentos reforçam o protagonismo do Banco na promoção da igualdade de oportunidades, da inclusão e do respeito aos Direitos Humanos, além de evidenciarem a efetividade de ações estruturantes que geram impacto positivo para funcionários, clientes, fornecedores e sociedade.



Também em maio, o Pix no exterior do Banco do Brasil foi o vencedor no voto popular da categoria **Inovação Digital Brasil** no Prêmio Seleção Mobile Time 2026, reconhecimento que destaca iniciativas inovadoras desenvolvidas no país nos últimos 12 meses. Ao todo, concorreram 21 iniciativas escolhidas pela redação do Mobile Time e do Mobile Time Latinoamérica. A conquista reforça a relevância da solução, que entrou em fase piloto na Argentina em março deste ano. Desenvolvida a partir da integração entre Banco do Brasil e Banco Patagonia, a iniciativa permite que brasileiros realizem pagamentos em estabelecimentos credenciados no país vizinho por meio de uma experiência semelhante à do Pix utilizado no Brasil.

Em junho, o BB foi eleito o **Banco do Ano** pelo Celent Model Bank. O prêmio, que celebra 20 anos destacando as melhores práticas entre bancos de todo o mundo, consolida o BB como referência internacional no uso estratégico da tecnologia para geração de valor aos clientes. A edição deste ano contou com 115 instituições indicadas de todos os continentes, avaliadas com base em critérios rigorosos de inovação, excelência tecnológica e resultados de negócio. O reconhecimento reflete a incorporação em larga escala de inteligência artificial e analytics do BB, com soluções que ampliam a capacidade do Banco de compreender, antecipar e atender as necessidades dos clientes com mais precisão.

O Banco também recebeu, em junho, o **selo Confia**, concedido pela Receita Federal em reconhecimento à excelência na gestão tributária, reforçando seu compromisso com a transparência, a conformidade e as melhores práticas de governança.

No campo macroeconômico, o Banco do Brasil conquistou posição de destaque no **Prêmio Broadcast Projeções**, um dos mais prestigiados reconhecimentos do mercado financeiro. A premiação valoriza as instituições cujas projeções para os principais indicadores econômicos mais se aproximam dos resultados efetivamente observados, evidenciando a consistência analítica e a qualidade na construção de cenários. Neste ano, o BB foi a única instituição financeira de grande porte a integrar o grupo das dez melhores colocadas, alcançando a 7ª posição entre mais de 90 participantes, incluindo bancos, corretoras, consultorias e assets, reafirmando sua excelência na análise econômica e sua contribuição para a compreensão do ambiente macroeconômico.

Ao longo do semestre, também recebemos importantes reconhecimentos internacionais pela nossa atuação no segmento Private Banking, que refletem a excelência do BB Private na oferta de soluções patrimoniais, digitais e de assessoria especializada. Entre os destaques estão as premiações concedidas pelo Euromoney Private Banking Awards, que reconheceu o BB Private como o **melhor Private Bank do Brasil para soluções digitais**, refletindo nosso compromisso com a inovação e a evolução da experiência do cliente; pelo PWM Wealth Tech Awards, no qual fomos eleitos o **melhor Private Bank da América Latina para gestão global do portfólio de investimentos** e demais produtos e serviços, evidenciando a excelência das soluções oferecidas para a gestão global do patrimônio dos clientes; e pelo Global Private Banking Innovation Awards, que concedeu ao BB Private o reconhecimento como **melhor Private Bank da América Latina em assessoria para sucessão familiar** e para as próximas gerações, destacando a relevância do Generations, programa do BB Private voltado ao planejamento sucessório e à formação de futuros líderes familiares.



Auditoria Independente

O BB segue rigorosamente todas as legislações e regulamentações aplicáveis à auditoria independente, assegurando transparência e conformidade nos processos. A KPMG Auditores Independentes Ltda. é a empresa contratada para prestação de serviços de auditoria externa sobre as demonstrações financeiras.

Com relação aos serviços de não auditoria prestados por ela no âmbito do BB, não representam conflito de interesse, tampouco comprometem sua independência na execução dos trabalhos. As informações sobre os honorários dos serviços de não auditoria são divulgadas anualmente em nosso Formulário de Referência, em conformidade com a Resolução CVM 162/2022.

Esclarecimentos Adicionais

Em cumprimento ao artigo 243 da Lei 6.404/1976, informamos que os investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas estão relacionados nas notas explicativas 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e 14 – Investimentos.

Publicamos, anualmente, os investimentos realizados em políticas públicas em nossa Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, disponível no site ri.bb.com.br.

O Banco do Brasil, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem da B3, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

Esse Relatório da Administração foi preparado com base nas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas elaboradas no padrão contábil IFRS.

Agradecimentos

Agradecemos profundamente aos nossos funcionários que demonstram todos os dias comprometimento, dedicação e capacidade de inovar. Seu empenho em se adaptar, criar e aprimorar soluções e manter o foco no relacionamento de excelência com nossos clientes é essencial para o atingimento do nosso propósito. Estendemos nosso agradecimento aos clientes e acionistas, cuja confiança é fundamental. Reforçamos nosso compromisso com a geração de valor de forma sustentável, equilibrando resultados consistentes com responsabilidade social, ambiental e ética em todas as nossas ações.

**Demonstrações
Contábeis IFRS**

30 de junho de 2026



BANCO DO BRASIL



Índice

Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas Condensadas em IFRS	3
Demonstração consolidada condensada do resultado.....	3
Demonstração consolidada condensada do resultado abrangente	4
Balanço patrimonial consolidado condensado	5
Demonstração consolidada condensada das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstração consolidada condensada dos fluxos de caixa.....	7
Demonstração consolidada condensada do valor adicionado	9
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas Condensadas em IFRS	10
1– O Banco e suas operações	10
2– Apresentação das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas.....	11
3– Aquisições, vendas e reestruturações societárias	16
4– Informações por segmento.....	17
5– Receita líquida de juros.....	22
6– Receitas de prestação de serviços	23
7– Outras receitas e outras despesas	24
8– Despesas de pessoal.....	25
9– Outras despesas administrativas.....	26
10– Caixa e equivalentes de caixa	27
11– Aplicações interfinanceiras de liquidez	28
12– Ativos e passivos financeiros.....	29
13– Carteira de crédito.....	35
14– Investimentos em coligadas e joint ventures	42
15– Recursos de clientes.....	45
16– Recursos de instituições financeiras	46
17– Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	48
18– Provisões e passivos contingentes.....	49
19– Impostos	53
20– Patrimônio líquido.....	55
21– Valor justo dos instrumentos financeiros	61
22– Gestão de riscos.....	66
23– Benefícios a empregados	72
24– Partes relacionadas	80
25– Ativos e passivos circulantes e não circulantes	84
26– Outras informações	86
27– Eventos subsequentes	87
28– Conciliação do patrimônio líquido e do resultado	88
Relatório do auditor independente.....	89
Resumo do relatório do Comitê de Auditoria	91
Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras	93
Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre o relatório dos auditores independentes	94
Membros da administração.....	95



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração consolidada condensada do resultado

	Nota	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	2º Trimestre/2026	2º Trimestre/2025
Receitas de juros		160.747.114	149.252.571	81.771.473	77.532.482
Despesas de juros		(111.283.805)	(101.288.276)	(56.088.674)	(53.336.067)
Receita líquida de juros	5	49.463.309	47.964.295	25.682.799	24.196.415
(Perda)/reversão líquida esperada com:		(34.397.820)	(31.635.779)	(18.064.412)	(16.179.908)
Aplicações interfinanceiras de liquidez		(8.804)	(33.270)	(2.892)	(2.909)
Carteira de crédito	13	(34.300.749)	(35.171.600)	(18.196.571)	(15.843.066)
Outros instrumentos financeiros		(88.267)	3.569.091	135.051	(333.933)
Receita líquida de juros após provisão para perdas		15.065.489	16.328.516	7.618.387	8.016.507
Receitas não de juros		28.263.458	25.802.338	14.331.457	13.856.058
Receitas de prestação de serviços	6	17.934.696	17.049.443	9.108.747	8.692.956
Ganhos/(perdas) líquidos sobre instrumentos financeiros:		(1.385.678)	(1.860.769)	(425.123)	(768.520)
Ao valor justo por meio do resultado		(1.577.646)	(2.189.312)	(484.495)	(974.129)
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		191.968	328.543	59.372	205.609
Ganhos líquidos em coligadas e joint ventures	14	3.803.118	3.574.726	2.061.678	2.013.151
Resultado líquido em operações de câmbio e em conversão de transações em moedas estrangeiras		927.003	(461.852)	242.414	222.469
Outras receitas	7	6.984.319	7.500.790	3.343.741	3.696.002
Despesas não de juros		(40.603.820)	(40.487.484)	(20.247.544)	(20.511.034)
Despesas de pessoal	8	(14.280.659)	(15.172.242)	(7.089.946)	(7.991.868)
Outras despesas administrativas	9	(4.580.140)	(4.681.820)	(2.300.152)	(2.369.026)
Despesas tributárias	19	(4.644.109)	(4.339.544)	(2.310.104)	(2.172.639)
Amortização de ativos intangíveis		(1.460.971)	(1.307.457)	(741.414)	(670.294)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	18	(5.488.015)	(5.802.139)	(2.862.260)	(2.975.226)
Depreciação		(1.796.681)	(1.556.554)	(907.526)	(736.158)
Outras despesas	7	(8.353.245)	(7.627.728)	(4.036.142)	(3.595.823)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		2.725.127	1.643.370	1.702.300	1.361.531
Impostos	19	3.637.834	6.116.746	1.554.384	2.220.731
Correntes		(2.848.021)	(2.931.178)	(1.276.231)	(1.598.977)
Diferidos		6.485.855	9.047.924	2.830.615	3.819.708
Lucro líquido do período		6.362.961	7.760.116	3.256.684	3.582.262
Atribuível aos acionistas controladores		4.794.808	6.220.887	2.397.643	2.782.083
Atribuível aos acionistas não controladores		1.568.153	1.539.229	859.041	800.179
Lucro por ação					
Número médio ponderado de ações - básico e diluído		5.709.696.692	5.708.696.148	5.709.201.562	5.709.024.632
Lucro básico e diluído por ação (R\$)		0,84	1,09	0,42	0,49

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração consolidada condensada do resultado abrangente

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	2º Trimestre/2026	2º Trimestre/2025
Lucro líquido do período	6.362.961	7.760.116	3.256.684	3.582.262
Itens que podem ser reclassificados para a demonstração do resultado consolidado				
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	653.546	2.868.488	278.268	1.272.829
Ganhos/(perdas) não realizados	1.537.661	4.842.953	552.719	2.360.760
(Ganhos)/perdas realizados – reclassificados para o resultado	(191.968)	(328.543)	(59.372)	(205.609)
Efeito tributário	(692.147)	(1.645.922)	(215.079)	(882.322)
Participação no resultado abrangente de investimentos em coligadas e joint ventures	(186.967)	226.995	(354.282)	225.427
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros ao VJORA	(393.736)	281.590	(316.984)	197.876
Ganhos/(perdas) não realizados sobre hedge de fluxo de caixa	60.122	(62.296)	18.853	(32.218)
Ganhos/(perdas) não realizados em outros resultados abrangentes	14.788	105.533	(177.459)	130.795
Efeito tributário	131.859	(97.832)	121.308	(71.026)
Hedge de investimento líquido no exterior	56.091	120.460	6.832	45.531
Ganhos/(perdas) não realizados	101.984	219.018	12.422	82.783
Efeito tributário	(45.893)	(98.558)	(5.590)	(37.252)
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	(546.006)	(1.655.033)	(477.848)	(830.930)
Itens que não podem ser reclassificados para a demonstração do resultado consolidado				
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	42.447	150.828	21.244	35.699
Ganhos/(perdas) não realizados	80.937	270.915	42.387	64.914
Efeito tributário	(38.490)	(120.087)	(21.143)	(29.215)
Planos de benefícios definidos	(7.092.383)	(3.298.421)	(7.092.383)	(3.298.421)
Ganhos/(perdas) em remensurações relacionadas a planos de benefícios definidos	(13.427.744)	(6.225.875)	(13.427.744)	(6.225.875)
Efeito tributário	6.335.361	2.927.454	6.335.361	2.927.454
Total de outros resultados abrangentes líquidos de efeitos tributários	(7.073.272)	(1.586.683)	(7.618.169)	(2.549.865)
Resultado abrangente do período	(710.311)	6.173.433	(4.361.485)	1.032.397
Atribuível aos acionistas controladores	(2.099.631)	4.958.110	(4.994.212)	367.824
Atribuível às participações de acionistas não controladores	1.389.320	1.215.323	632.727	664.573

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Balanço patrimonial consolidado condensado

	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Ativo			
Caixa e depósitos bancários	10	27.063.120	19.737.849
Depósitos no Banco Central do Brasil		117.967.414	120.016.133
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos		1.512.291.634	1.435.612.604
Aplicações interfinanceiras de liquidez	11	254.492.256	189.464.519
Carteira de crédito	13	1.143.392.032	1.133.069.621
Títulos e valores mobiliários	12	45.798.230	47.261.092
Outros ativos financeiros		68.609.116	65.817.372
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	12	16.166.249	12.277.786
Instrumentos de dívida e patrimônio		10.151.513	7.620.302
Derivativos		6.014.736	4.657.484
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	12	710.853.110	673.139.259
Ativos não circulantes mantidos para venda		284.754	298.917
Investimentos em coligadas e joint ventures	14	21.699.105	21.916.589
Ativo imobilizado		19.218.424	18.488.742
De uso		14.761.853	13.700.864
De direito de uso		4.456.571	4.787.878
Ativos intangíveis		12.266.132	12.053.148
Ativos fiscais		111.609.476	101.756.821
Correntes		12.091.555	12.408.456
Diferidos	19	99.517.921	89.348.365
Outros ativos		38.684.322	39.845.405
Total do ativo		2.588.103.740	2.455.143.253
Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado		2.281.392.957	2.149.846.333
Recursos de clientes	15	954.018.837	897.937.449
Recursos de instituições financeiras	16	845.408.764	727.039.247
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	17	296.074.171	331.537.120
Outros passivos financeiros		185.891.185	193.332.517
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	12	5.614.344	4.474.734
Provisões		39.610.198	37.895.972
Cíveis, fiscais e trabalhistas	18	32.037.200	29.889.800
Outras provisões		7.572.998	8.006.172
Provisões para perdas esperadas com garantias financeiras prestadas e outros compromissos		741.135	793.913
Passivos fiscais		17.400.361	21.834.537
Correntes		5.022.430	6.425.409
Diferidos	19	12.377.931	15.409.128
Outros passivos		52.576.885	46.730.348
Total do passivo		2.397.335.880	2.261.575.837
Patrimônio líquido	20		
Capital social		120.000.000	120.000.000
Instrumento elegível a capital principal		4.100.000	4.100.000
Ações em tesouraria		(253.010)	(258.497)
Reservas de capital		6.653.106	6.643.763
Reservas de lucros		86.769.740	82.301.417
Outros resultados abrangentes		(23.537.398)	(16.642.959)
Resultados acumulados não apropriados		(7.652.967)	(6.936.049)
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		186.079.471	189.207.675
Participações de acionistas não controladores		4.688.389	4.359.741
Total do patrimônio líquido		190.767.860	193.567.416
Total do passivo e patrimônio líquido		2.588.103.740	2.455.143.253

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração consolidada condensada das mutações do patrimônio líquido

	Atribuível aos acionistas controladores										Participações de acionistas não controladores	Total do Patrimônio líquido	
	Capital social	Instrumento elegível ao capital principal	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes				Resultados acumulados não apropriados			Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores
						Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Remensurações de planos de benefícios definidos	Conversão de investimentos no exterior	Ganhos/(perdas) com hedge/outras				
Saldos em 31/12/2024	120.000.000	5.100.000	(263.523)	6.638.527	81.215.405	(6.049.681)	(5.701.461)	(4.625.576)	(1.315.096)	(15.375.577)	179.623.018	4.613.326	184.236.344
Lucro líquido	--	--	--	--	--	--	--	--	--	6.220.887	6.220.887	1.539.229	7.760.116
Outros resultados abrangentes	--	--	--	--	--	3.198.041	(3.298.421)	(1.317.693)	155.296	--	(1.262.777)	(323.906)	(1.586.683)
Total do resultado abrangente	--	--	--	--	--	3.198.041	(3.298.421)	(1.317.693)	155.296	6.220.887	4.958.110	1.215.323	6.173.433
Transações com pagamento baseado em ações	--	--	5.268	4.994	--	--	--	--	--	--	10.262	--	10.262
Outros	--	--	--	--	--	--	--	--	--	41.734	41.734	7.102	48.836
Destinação às reservas de lucros	--	--	--	--	(1.713.355)	--	--	--	--	1.713.355	--	--	--
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal (Nota 20.c)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(32.100)	(32.100)	--	(32.100)
Juros sobre o capital próprio e dividendos	--	--	--	--	(3.276.875)	--	--	--	--	--	(3.276.875)	(1.312.654)	(4.589.529)
Variação de participação dos não controladores	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(228.309)	(228.309)
Ajustes de hiperinflação na Argentina	--	--	--	--	--	--	--	--	--	666.590	666.590	162.611	829.201
Saldos em 30/06/2025	120.000.000	5.100.000	(258.255)	6.643.521	76.225.175	(2.851.640)	(8.999.882)	(5.943.269)	(1.159.800)	(6.765.111)	181.990.739	4.457.399	186.448.138
Saldos em 31/12/2025	120.000.000	4.100.000	(258.497)	6.643.763	82.301.417	(3.001.469)	(6.217.529)	(6.499.951)	(924.010)	(6.936.049)	189.207.675	4.359.741	193.567.416
Lucro líquido	--	--	--	--	--	--	--	--	--	4.794.808	4.794.808	1.568.153	6.362.961
Outros resultados abrangentes	--	--	--	--	--	536.815	(7.092.383)	(437.868)	98.997	--	(6.894.439)	(178.833)	(7.073.272)
Total do resultado abrangente	--	--	--	--	--	536.815	(7.092.383)	(437.868)	98.997	4.794.808	(2.099.631)	1.389.320	(710.311)
Transações com pagamento baseado em ações	--	--	5.487	9.343	--	--	--	--	--	--	14.830	--	14.830
Outros	--	--	--	--	--	--	--	--	--	7.447	7.447	12.736	20.183
Destinação às reservas de lucros	--	--	--	--	5.961.236	--	--	--	--	(5.961.236)	--	--	--
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal (Nota 20.c)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(12.060)	(12.060)	--	(12.060)
Juros sobre o capital próprio e dividendos	--	--	--	--	(1.492.913)	--	--	--	--	(298.814)	(1.791.727)	(1.262.617)	(3.054.344)
Variação de participação dos não controladores	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	5.534	5.534
Ajustes de hiperinflação na Argentina	--	--	--	--	--	--	--	--	--	752.937	752.937	183.675	936.612
Saldos em 30/06/2026	120.000.000	4.100.000	(253.010)	6.653.106	86.769.740	(2.464.654)	(13.309.912)	(6.937.819)	(825.013)	(7.652.967)	186.079.471	4.688.389	190.767.860

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração consolidada condensada dos fluxos de caixa

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Atividades operacionais		
Lucro líquido do período	6.362.961	7.760.116
Ajustado por:	37.232.553	38.133.186
Perda líquida esperada	36.591.042	33.980.599
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	5.488.015	5.802.139
Efeito da mudança da taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa	2.977.017	7.659.861
Depreciação	1.796.681	1.556.554
Amortização de ativos intangíveis	1.460.971	1.307.457
Perdas líquidas de capital em outros ativos	64.126	37.137
Provisão para desvalorização de valores e bens	21.293	20.744
Ganhos líquidos sobre ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(191.968)	(328.543)
Ganhos líquidos na alienação de valores ou bens	(295.234)	(187.648)
Ganhos/Perdas líquidos em operações de câmbio e em conversão de transações em moedas estrangeiras	(927.003)	461.852
Atualização de ativo/passivo atuarial e dos fundos de destinação do superávit	(2.102.604)	(1.918.834)
Impostos sobre a renda	(3.637.834)	(6.116.746)
Ganhos líquidos em coligadas e joint ventures	(3.803.118)	(3.574.726)
Outros	(208.831)	(566.660)
Variação nos ativos e passivos operacionais	(9.556.302)	26.461.145
Variação líquida em depósitos no Banco Central do Brasil	2.048.719	(4.397.657)
Variação líquida em aplicações interfinanceiras de liquidez	(66.979.488)	83.168.586
Variação líquida em ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(3.888.463)	6.036.787
Variação líquida na carteira de crédito	(46.726.536)	(150.960.994)
Variação líquida de ativos não circulantes mantidos para venda	(180.304)	(159.874)
Variação líquida em outros ativos	(6.310.135)	(10.188.069)
Variação líquida em recursos de clientes	56.081.388	6.646.514
Variação líquida de passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	1.139.610	(2.843.479)
Variação líquida em recursos de instituições financeiras	118.369.517	1.446.345
Variação líquida em recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(32.849.754)	31.257.972
Variação líquida em outros passivos	(26.895.483)	71.902.385
Caixa pago em impostos sobre a renda	(3.365.373)	(5.447.371)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	34.039.212	72.354.447



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Continuação	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Atividades de investimento		
Compra de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(85.862.348)	(237.994.162)
Venda de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	74.226.537	176.648.154
Compra de títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	(13.165.640)	(23.436.350)
Resgate de títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	6.579.762	1.835.164
Compra de ativo imobilizado	(2.003.559)	(1.586.896)
Venda de ativo imobilizado	5.319	8.750
Aquisição de ativos intangíveis	(1.722.822)	(1.878.510)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	3.207.953	4.768.103
Aporte de capital social - Broto	(9.000)	(5.000)
Alienação de participações societárias	39.804	3.458
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(18.703.994)	(81.637.289)
Atividades de financiamento		
Liquidação de passivos de longo prazo	(2.613.195)	(1.276.914)
Captação de passivos de longo prazo	--	8.300.000
Liquidação de arrendamentos	(696.813)	(643.337)
Dividendos e/ou juros sobre capital próprio pagos aos acionistas controladores	(1.975.861)	(6.008.672)
Dividendos e/ou juros sobre capital próprio pagos aos acionistas não controladores	(1.653.735)	(1.440.125)
Juros de instrumento elegível a capital principal pagos	(36.273)	(220.229)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(6.975.877)	(1.289.277)
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa	8.359.341	(10.572.119)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	59.635.525	83.167.243
Efeito da mudança da taxa de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(2.977.017)	(7.659.861)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	65.017.849	64.935.263
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	8.359.341	(10.572.119)
Informações complementares		
Caixa pago em juros	(100.920.686)	(98.002.828)
Caixa recebido em juros	124.545.145	135.174.610

Movimentações contábeis que não envolvem caixa e equivalentes de caixa		
Ativos reclassificados para ativos não circulantes mantidos para venda	(194.467)	(114.163)
Dividendos e/ou juros sobre o capital próprio declarados e não pagos	584.910	--

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração consolidada condensada do valor adicionado

	Nota	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Receitas		150.809.634	139.844.404
Intermediação financeira		160.288.439	146.929.950
Prestação de serviços		24.919.015	24.550.233
(Perda)/reversão líquida esperada com:		(34.397.820)	(31.635.779)
Carteira de crédito		(34.300.749)	(35.171.600)
Aplicações interfinanceiras de liquidez		(8.804)	(33.270)
Outros instrumentos financeiros		(88.267)	3.569.091
Despesas de intermediação financeira		(111.283.805)	(101.288.276)
Insumos adquiridos de terceiros		(18.134.804)	(17.665.338)
Materiais, energia e outros	9	(4.120.058)	(3.705.908)
Serviços de terceiros	9	(173.486)	(233.116)
Outras		(13.841.260)	(13.726.314)
Atualização de obrigações atuariais	7	(690.841)	(669.786)
Bônus de relacionamento negocial	7	(851.171)	(824.527)
Falhas em serviço e perdas operacionais	7	(109.772)	(120.247)
Outras		(12.189.476)	(12.111.754)
Valor adicionado bruto		21.391.025	20.890.790
Depreciação e amortização		(3.257.652)	(2.864.011)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		18.133.373	18.026.779
Valor adicionado recebido em transferência		3.803.118	3.574.726
Resultado de equivalência patrimonial		3.803.118	3.574.726
Valor adicionado total a distribuir		21.936.491	21.601.505
Distribuição do valor adicionado		21.936.491	21.601.505
Pessoal	8	14.539.425	15.490.182
Remuneração direta		7.941.125	8.099.307
Benefícios		2.784.393	2.617.170
FGTS		508.448	480.387
Outros encargos		3.305.459	4.293.318
Impostos, taxas e contribuições		1.006.275	(1.777.202)
Federais		(218.605)	(2.957.144)
Estaduais		629	545
Municipais		1.224.251	1.179.397
Remuneração de capitais de terceiros		27.830	128.409
Aluguéis	9	27.830	128.409
Remuneração de capitais próprios		6.362.961	7.760.116
Juros sobre o capital próprio da União	20	895.864	1.638.438
Juros sobre o capital próprio de outros acionistas	20	895.863	1.638.437
Dividendos de acionistas não controladores		1.262.617	1.312.654
Juros sobre o instrumento elegível ao capital principal		12.060	32.100
Lucro retido		2.991.021	2.911.912
Participação dos não-controladores nos lucros retidos		305.536	226.575

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas.



1– O Banco e suas operações

O Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil" ou "Banco") é uma companhia aberta de direito privado, de economia mista, controlada pelo Governo Federal, que explora atividade econômica, na forma do art. 173 da Constituição Federal, regida, sobretudo, pela legislação aplicável às sociedades por ações e pelas Leis nº 4.595/1964, nº 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador. Sua matriz tem sede e domicílio localizados no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

O Banco tem suas ações negociadas no segmento denominado Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código "BBAS3" e suas ADRs (American Depositary Receipts) no mercado de balcão dos Estados Unidos da América sob o código "BDORY". Seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitam-se às disposições do regulamento do Novo Mercado da B3. Este regulamento prevalecerá sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas no Estatuto Social.

O Banco do Brasil é um banco múltiplo com atuação em todo o território nacional, desenvolvendo também atividades em importantes centros financeiros mundiais. Tem por objeto, em conjunto com suas controladas, a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de cartões de crédito/débito, consórcios, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como agente de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco, de modo a contribuir para o interesse público que justifica sua criação, exercer as seguintes funções atribuídas nas leis brasileiras, especificamente as previstas no art. 19 da Lei nº 4.595/1964: (i) ser o agente financeiro do Tesouro Nacional; (ii) ser o principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal, inclusive suas autarquias; (iii) executar os serviços de compensação de cheques e outros papéis; (iv) realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira por conta própria e, nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por conta do Bacen; (v) realizar recebimentos ou pagamentos e outros serviços de interesse do Banco Central do Brasil; (vi) financiar a aquisição e instalação da pequena e média propriedade rural; (vii) difundir e orientar o crédito; entre outras atribuições.

Com 217 anos, o Banco atua de forma responsável para promover a inclusão social por meio da geração de emprego e renda.

O Banco financia o custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários, estimula os investimentos rurais como armazenamento, beneficiamento, industrialização de produtos agrícolas e modernização de máquinas e implementos, além da adequação de propriedades rurais à legislação ambiental. Assim, o Banco apoia o agronegócio brasileiro em todas as etapas da cadeia produtiva.

O Banco oferece às Micro e Pequenas Empresas (MPE) soluções de capital de giro, financiamentos de investimentos e comércio exterior, além de várias outras opções relacionadas a fluxo de caixa, seguridade, previdência e serviços. Os vários segmentos de pessoas jurídicas, incluindo Microempreendedores Individuais (MEI), encontram desde alternativas financeiras até modelos de negócios que promovem a transição para uma economia inclusiva.

No financiamento ao comércio exterior, o Banco opera instrumentos de política pública de desenvolvimento produtivo, empreendedorismo, inclusão social e financeira, entre eles o Programa de Geração e Renda – Exportação (Proger) e o Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

O Banco do Brasil também atua como Instituição Operadora de Sistema do Mercado Financeiro (IOSMF) executando os serviços de compensação de cheques por meio da Centralizadora da Compensação de Cheques (Compe), Infraestrutura do Mercado Financeiro (IMF), integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), na forma das Resoluções BCB nº 304 e 314/2023.

Outras informações a respeito das empresas que compõem o Conglomerado Banco do Brasil e a descrição dos segmentos de negócio em que o Banco opera estão relacionadas nas Notas 2 e 4, respectivamente.



2– Apresentação das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas (condensadas) referentes aos períodos de três e seis meses findos em 30/06/2026 foram preparadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Em conformidade com a IAS 34, o relatório financeiro intermediário tem como finalidade fornecer uma atualização sobre o conjunto completo de demonstrações contábeis anuais mais recentes, concentrando-se em novas atividades, eventos e circunstâncias ocorridos no período, ao invés de duplicar informações anteriormente apresentadas.

Por essa razão, estas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas não incluem todas as informações requeridas quando da elaboração das demonstrações contábeis anuais consolidadas e, logo, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis anuais consolidadas do Banco referentes ao exercício findo em 31/12/2025, preparadas em conformidade com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Estas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil em 11/08/2026.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil). A moeda funcional das principais subsidiárias do Grupo é detalhada no item "h" desta Nota.

c) Continuidade

A Administração avaliou a capacidade do Banco continuar operando normalmente e está convencida de que ele possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento sobre incerteza material que possa gerar dúvidas significativas a respeito de sua capacidade de continuar operando. Dessa forma, estas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

d) Principais julgamentos e estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas em conformidade com as IFRS requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Os julgamentos e estimativas contábeis considerados importantes aplicados nestas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas estão relacionados com:

- (i) valor justo de instrumentos financeiros;
- (ii) perda esperada em instrumentos financeiros;
- (iii) redução ao valor recuperável de ativos não financeiros;
- (iv) impostos sobre os lucros;
- (v) reconhecimento e avaliação de impostos diferidos;
- (vi) pensões e outros benefícios a empregados; e
- (vii) provisões e passivos contingentes.

Esses julgamentos e estimativas contábeis se encontram descritos nas demonstrações contábeis anuais consolidadas do Banco referentes ao exercício findo em 31/12/2025.



e) Alterações nas políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas se equivalem àqueles aplicados às demonstrações contábeis consolidadas referentes ao exercício encerrado em 31/12/2025, exceto nos casos indicados no item "i" desta Nota.

f) Sazonalidade das operações

O Banco e suas empresas controladas consideram a natureza de suas transações como não cíclicas e não sazonais, levando em consideração as atividades exercidas pelo Grupo. Consequentemente, não foram fornecidas divulgações específicas nestas notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas referentes aos períodos de três e seis meses findos em 30/06/2026.

g) Correlação entre as notas explicativas divulgadas nas demonstrações contábeis anuais completas e nas demonstrações contábeis intermediárias condensadas

O Banco entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao desempenho nos períodos de três e seis meses findos em 30/06/2026 estão apresentadas nestas informações intermediárias.

Essas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas (condensadas) incluem as mesmas rubricas e subtotaís que foram apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas relativas ao exercício encerrado em 31/12/2025.

Número das notas explicativas		Títulos das notas explicativas
Exercício/2025	30/06/2026	
1	1	O Banco e suas operações
2, 3 e 4	2	Apresentação das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas
5	3	Aquisições, vendas e reestruturações societárias
6	4	Informações por segmento
7	5	Receita líquida de juros
8	6	Receitas de prestação de serviços
10	7	Outras receitas e outras despesas
11	8	Despesas de pessoal
12	9	Outras despesas administrativas
13	10	Caixa e equivalentes de caixa
15	11	Aplicações interfinanceiras de liquidez
16, 17 e 18	12	Ativos e passivos financeiros
19	13	Carteira de crédito
20	14	Investimentos em coligadas e joint ventures
25	15	Recursos de clientes
26	16	Recursos de instituições financeiras
27	17	Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários
28	18	Provisões e passivos contingentes
29	19	Impostos
30	20	Patrimônio líquido
31	21	Valor justo dos instrumentos financeiros
34	22	Gestão de riscos
37	23	Benefícios a empregados
38	24	Partes relacionadas
39	25	Ativos e passivos circulantes e não circulantes
40	26	Outras informações
41	27	Eventos subsequentes
42	28	Conciliação do patrimônio líquido e do resultado

h) Demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas do Banco abrangem as agências e subsidiárias no país e no exterior e suas controladas. Os saldos significativos das contas e operações entre as companhias consolidadas foram eliminados. Apresentam-se no quadro a seguir as participações societárias incluídas nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, segregadas por segmentos de negócios. Não foram identificadas restrições significativas para transferência de recursos intragrupo.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os fundos não exclusivos e abertos, oriundos de aplicação inicial de recursos próprios da BB Asset, são destinados a investidores externos, não tendo a referida entidade a intenção de assumir ou reter substancialmente os riscos e benefícios nesses fundos de investimento, sendo consolidados apenas nos meses em que a BB Asset ainda detém o controle. Deste modo, não estão apresentados no quadro a seguir.

	Atividade	País de constituição	Moeda funcional	30/06/2026	31/12/2025
				% Participação	
Segmento bancário					
Banco do Brasil AG	Bancária	Áustria	Real	100,00%	100,00%
BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	Arrendamento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Securities LLC.	Corretora	Estados Unidos	Real	100,00%	100,00%
BB Securities Ltd.	Corretora	Inglaterra	Real	100,00%	100,00%
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	Estados Unidos	Real	100,00%	100,00%
BB Cayman Islands Holding	Holding	Ilhas Cayman	Real	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Americas	Bancária	Estados Unidos	Dólar Americano	100,00%	100,00%
Banco Patagonia S.A. ¹	Bancária	Argentina	Peso Argentino	80,39%	80,39%
Segmento investimentos					
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Investimento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Segmento gestão de recursos					
BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB Asset	Administração de Ativos	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Segmento seguros, previdência e capitalização					
BB Seguridade Participações S.A. ²	Holding	Brasil	Real	68,26%	68,26%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ²	Corretora	Brasil	Real	68,26%	68,26%
BB Seguros Participações S.A. ²	Holding	Brasil	Real	68,26%	68,26%
Segmento meios de pagamento					
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Prestação de Serviços	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Outros segmentos					
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	Aquisição de Créditos	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	Gestão de Cobrança	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcio	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Marketplace Intermediação de Negócios e Serviços S.A.	Prestação de Serviços	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Tecnologia e Serviços	Tecnologia da informação	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Impacto ASG I Fundo em Investimento em Multiestratégia Investimento no Exterior ³	Fundos de Investimento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Ventures I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior ³	Fundos de Investimento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
FIP Agventures II Multiestratégias ³	Fundos de Investimento	Brasil	Real	55,08%	55,08%

1 - Opera em ambiente econômico de natureza hiperinflacionária desde 2018.

2 - Refere-se ao percentual de participação considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

3 - Fundos de investimento nos quais o Banco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.

i) Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros

Normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2026

Alterações à IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Evidenciação e IFRS 9 – Instrumentos financeiros – Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações em normas específicas para instrumentos financeiros. Essas mudanças incluem novos critérios para: o desreconhecimento de passivos financeiros; teste de SPPJ (somente pagamento de principal e juros) em contratos de empréstimos e seus equivalentes; e critérios de divulgação de instrumentos financeiros.

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu alterações que introduzem regras específicas para contratos que referenciam eletricidade gerada por fontes dependentes de condições naturais (ex. vento, sol) que apresentem variabilidade na quantidade de energia entregue.

Adoção da norma não produziu impactos materiais nas demonstrações contábeis.

Aperfeiçoamento anual às normas IFRS – Volume 11 – Em 18/07/2024, o IASB emitiu documento de aperfeiçoamento anual às normas IFRS – Volume 11, uma coletânea de emendas incrementais às normas internacionais de contabilidade (IFRS). Essas melhorias são limitadas a alterações que promovam clareza textual em uma norma, ou corrijam imprevistos, lapsos ou conflitos entre requerimentos normativos.

Adoção da norma não produziu impactos materiais nas demonstrações contábeis.



Normas a serem adotadas pelo Banco em períodos futuros

Alterações à IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto – Em setembro de 2014, o IASB promoveu alterações à IFRS 10 e à IAS 28 que abordam as inconsistências geradas pelas duas normas quanto à contabilização de transações entre investidores e suas coligadas e joint ventures.

A data para adoção destas alterações à IFRS 10 e à IAS 28 foi adiada, ainda sem uma data definida pelo IASB.

IFRS 18 – Apresentação e evidenciação das demonstrações financeiras – Em abril de 2024, o IASB emitiu a nova norma em substituição à IAS 1. O normativo introduz novos conceitos e promove alterações estruturais na demonstração do resultado, requer novas divulgações para métricas gerenciais de performance e amplia os critérios para agregação ou desagregação de informação, a serem aplicados na elaboração dos demonstrativos financeiros primários e nas notas explicativas em geral.

Ao substituir a IAS 1, muitos dos princípios previamente existentes foram mantidos, com alterações incrementais, inexistindo impactos no reconhecimento ou mensuração de itens das demonstrações financeiras. Podem ocorrer alterações na composição do “Resultado operacional”.

Essas alterações têm vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027, devendo também serem aplicadas aos períodos comparativos. É permitida a adoção antecipada.

Alterações à IAS 21 – Efeitos das alterações nas taxas de câmbio – Em novembro de 2025, o IASB adicionou requisitos para entidades que utilizem moeda de apresentação hiperinflacionária, desde que a funcional não seja.

Essas alterações têm vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027, sendo permitida sua adoção antecipada.

IFRS 20 – Ativos e Passivos Regulatórios – Em maio de 2026, o IASB emitiu norma que estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de ativos e passivos regulatórios decorrentes de acordos de regulação tarifária. O normativo busca refletir adequadamente nas demonstrações contábeis os efeitos das diferenças temporais entre a prestação de serviços regulados e sua correspondente recuperação ou devolução por meio de tarifas futuras.

A norma permite o reconhecimento de ativos regulatórios quando a entidade possui direito exigível de recuperar valores por meio de tarifas futuras e de passivos regulatórios quando possui obrigação exigível de devolver valores aos clientes em períodos futuros.

A norma tem vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2029, substituindo a IFRS 14, devendo também ser aplicada aos períodos comparativos. É permitida a adoção antecipada.

Alterações à IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto – Em junho de 2026, o IASB emitiu alterações à IAS 28 que esclarecem quais entidades são elegíveis para optar pela mensuração de investimentos em coligadas e empreendimentos em conjunto ao valor justo por meio do resultado, em conformidade com a IFRS 9, bem como o conceito de entidades similares para fins de aplicação dessa opção.

Essas alterações deverão ser aplicadas em conjunto com a IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras e, consequentemente, têm vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027. É permitida a adoção antecipada quando da adoção antecipada da IFRS 18.

O Banco iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos pronunciamentos. Eventuais impactos decorrentes da adoção dessas normas, alterações ou interpretações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de vigência de cada normativo.

j) Informações para efeito de comparabilidade

Demonstramos abaixo os efeitos dos ajustes realizados na Demonstração consolidada condensada do resultado, na Demonstração consolidada condensada dos fluxos de caixa e na Demonstração consolidada condensada do valor adicionado decorrentes de mudança de política contábil realizada de forma voluntária e para melhor evidência das informações contábeis, nos termos da IAS 8. Consequentemente, foram ajustados os saldos comparativos das respectivas notas explicativas:



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração consolidada condensada do resultado

1º Semestre/2025	Divulgação anterior	Reclassificações/ Ajustes	Divulgação atual
(Perda)/reversão líquida esperada com:	(31.635.779)	--	(31.635.779)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(44.935)	11.665	(33.270)
Carteira de crédito	(35.159.935)	(11.665)	(35.171.600)
Receitas não de juros	23.189.695	2.612.643	25.802.338
Receitas de prestação de serviços	14.436.800	2.612.643	17.049.443
Despesas não de juros	(37.874.841)	(2.612.643)	(40.487.484)
Outras despesas administrativas	(4.385.373)	(296.447)	(4.681.820)
Outras despesas	(5.311.532)	(2.316.196)	(7.627.728)

Demonstração consolidada condensada dos fluxos de caixa

1º Semestre/2025	Divulgação anterior	Reclassificações/ Ajustes	Divulgação atual
Variação líquida em aplicações interfinanceiras de liquidez	85.873.696	(2.705.110)	83.168.586
Variação líquida na carteira de crédito	(153.666.104)	2.705.110	(150.960.994)

Demonstração consolidada condensada do valor adicionado

1º Semestre/2025	Divulgação anterior	Reclassificações/ Ajustes	Divulgação atual
Receitas	137.231.761	2.612.643	139.844.404
Prestação de serviços	21.937.590	2.612.643	24.550.233
(Perda)/reversão líquida esperada com:	(31.635.779)	--	(31.635.779)
Carteira de crédito	(35.159.935)	(11.665)	(35.171.600)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(44.935)	11.665	(33.270)
Insumos adquiridos de terceiros	(15.052.695)	(2.612.643)	(17.665.338)
Outras	(11.113.671)	(2.612.643)	(13.726.314)
Outras	(9.499.111)	(2.612.643)	(12.111.754)



3– Aquisições, vendas e reestruturações societárias

Não ocorreram aquisições, vendas e reestruturações societárias relevantes no período.



4– Informações por segmento

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pelo Conselho Diretor, na avaliação de desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços.

As operações do Banco são substancialmente realizadas no país e estão divididas basicamente em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de atividades econômicas tais como consórcios e outros serviços, que foram agregadas em Outros segmentos.

As diversas informações contábeis utilizadas pela Administração na avaliação do desempenho e no processo decisório são preparadas de acordo com as leis, normas e práticas contábeis de reconhecimento e mensuração aplicáveis às instituições financeiras no Brasil, conforme determinado pelo Bacen. O Consolidado Gerencial do Banco apresenta os resultados por segmento de acordo com esse arcabouço normativo, uma vez que esses resultados são reportados ao principal gestor das operações para fins de tomada de decisão sobre a alocação de recursos ao segmento e de avaliação do seu desempenho.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais reportáveis diferem daquelas descritas no resumo das principais políticas contábeis em IFRS principalmente em função de:

- o reconhecimento de perdas esperadas associadas ao risco de crédito inclui o cálculo de pisos mínimos de provisionamento, realizados de acordo com os dias de atraso e a classificação dos instrumentos financeiros em carteiras definidas pelo Bacen.
- o montante do ágio resultante da aquisição de controle de uma companhia é amortizado, caso ele seja baseado em expectativa de rentabilidade futura; e
- vedação de correção monetária nas demonstrações financeiras decorrente de entidade que opera em economia hiperinflacionária.

A mensuração do resultado gerencial e do patrimônio gerencial por segmentos leva em conta todas as receitas e despesas bem como todos os ativos e passivos apurados pelas empresas que compõem cada segmento, conforme distribuição apresentada nas Notas 2 e 14. Não há receitas ou despesas comuns alocadas entre os segmentos por qualquer critério de distribuição.

As transações intersegmentos são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco não possui cliente que seja responsável por mais de 10% da sua receita líquida total.

a) Segmento bancário

Resultado obtido preponderantemente no Brasil em grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição situados no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo, realizados por meio de rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal, realizados por intermédio de correspondentes bancários.

b) Segmento de investimentos

Nesse segmento, são realizados negócios no mercado de capitais doméstico, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas no mercado primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

O resultado da intermediação financeira do segmento é obtido por meio de receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As participações acionárias existentes estão concentradas nas empresas coligadas e controladas em conjunto. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de underwriting de renda fixa e variável.



c) Segmento de gestão de recursos

Composto essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de seguros, previdência e capitalização

Nesse segmento, são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e títulos de capitalização.

O resultado advém principalmente das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.

e) Segmento de meios de pagamento

Composto pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico.

As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários pela prestação dos serviços descritos no parágrafo anterior, além das rendas de aluguel, instalação e manutenção de terminais eletrônicos.

f) Outros segmentos

Compreende os segmentos de consórcios e outros serviços, que foram agregados por não serem individualmente representativos.

Suas receitas são oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Demonstração do resultado gerencial por segmento

	1º Semestre/2026									
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros segmentos	Transações Intersegmentos	Consolidado gerencial	Ajustes	Consolidado IFRS
Receitas de juros	160.001.503	175.755	219.914	624.006	168.473	1.017.094	(1.438.821)	160.767.924	(20.810)	160.747.114
Despesas de juros	(112.125.004)	(235.113)	--	--	--	(308.202)	1.399.314	(111.269.005)	(14.800)	(111.283.805)
Receita líquida de juros	47.876.499	(59.358)	219.914	624.006	168.473	708.892	(39.507)	49.498.919	(35.610)	49.463.309
Perda líquida esperada	(33.630.659)	(13.460)	--	--	--	(75.382)	--	(33.719.501)	(678.319)	(34.397.820)
Receita líquida de juros após provisão para perdas	14.245.840	(72.818)	219.914	624.006	168.473	633.510	(39.507)	15.779.418	(713.929)	15.065.489
Receitas não de juros	18.118.927	303.355	2.202.045	5.531.582	751.961	3.261.258	(1.774.314)	28.394.814	(131.356)	28.263.458
Receitas de prestação de serviços	10.855.757	152.034	2.198.948	2.789.208	22.682	3.055.674	(1.127.806)	17.946.497	(11.801)	17.934.696
Ganhos/(perdas) líquidos sobre instrumentos financeiros	(1.520.619)	136.106	(1.565)	--	(24)	(128)	--	(1.386.230)	552	(1.385.678)
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas e joint ventures	515.202	8.885	--	2.726.575	627.765	--	--	3.878.427	(75.309)	3.803.118
Outras receitas operacionais	8.268.587	6.330	4.662	15.799	101.538	205.712	(646.508)	7.956.120	(44.798)	7.911.322
Despesas não de juros	(38.461.428)	(91.289)	(356.694)	(658.427)	(86.174)	(1.974.860)	1.813.821	(39.815.051)	(788.769)	(40.603.820)
Despesas de pessoal	(13.806.342)	(22.413)	(88.168)	(49.723)	(1.759)	(328.348)	3.752	(14.293.001)	12.342	(14.280.659)
Outras despesas administrativas	(5.291.204)	(15.469)	(49.211)	(119.469)	(859)	(401.568)	1.205.239	(4.672.541)	92.401	(4.580.140)
Despesas tributárias	(3.675.941)	(20.764)	(157.038)	(353.797)	(18.043)	(426.131)	--	(4.651.714)	7.605	(4.644.109)
Amortização de ativos intangíveis	(1.459.108)	--	--	(62)	--	(2.153)	--	(1.461.323)	352	(1.460.971)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	(5.503.205)	6.637	24.306	(2.140)	6	(13.619)	--	(5.488.015)	--	(5.488.015)
Depreciação	(1.451.111)	--	--	--	--	(54.480)	--	(1.505.591)	(291.090)	(1.796.681)
Outras despesas operacionais	(7.274.517)	(39.280)	(86.583)	(133.236)	(65.519)	(748.561)	604.830	(7.742.866)	(610.379)	(8.353.245)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	(6.096.661)	139.248	2.065.265	5.497.161	834.260	1.919.908	--	4.359.181	(1.634.054)	2.725.127
Impostos	6.140.225	(57.631)	(821.593)	(936.020)	(65.374)	(607.166)	--	3.652.441	(14.607)	3.637.834
Correntes	(353.830)	(27.199)	(811.622)	(936.098)	(35.526)	(691.088)	--	(2.855.363)	7.342	(2.848.021)
Diferidos	6.494.055	(30.432)	(9.971)	78	(29.848)	83.922	--	6.507.804	(21.949)	6.485.855
Lucro líquido do período	43.564	81.617	1.243.672	4.561.141	768.886	1.312.742	--	8.011.622	(1.648.661)	6.362.961
Atribuível aos acionistas controladores	(256.599)	81.617	1.243.672	3.113.214	768.886	1.313.873	--	6.264.663	(1.469.855)	4.794.808
Atribuível aos acionistas não controladores	300.163	--	--	1.447.927	--	(1.131)	--	1.746.959	(178.806)	1.568.153
Investimentos em coligadas e joint ventures	6.840.487	399.642	--	7.743.199	5.271.963	--	--	20.255.291	1.443.814	21.699.105
Ativos não circulantes	30.247.901	--	--	1.477	--	413.099	(1.418)	30.661.059	823.497	31.484.556
Ativo	2.582.058.648	5.486.668	3.841.544	21.555.657	10.848.689	17.260.148	(56.281.343)	2.584.770.011	3.333.729	2.588.103.740
Passivo	2.394.704.987	4.714.540	2.411.986	11.221.862	149.244	13.979.152	(31.623.114)	2.395.558.657	1.777.223	2.397.335.880
Patrimônio líquido	187.353.661	772.128	1.429.558	10.333.795	10.699.445	3.280.996	(24.658.229)	189.211.354	1.556.506	190.767.860



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	1º Semestre/2025									
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros segmentos	Transações Intersegmentos	Consolidado gerencial	Ajustes	Consolidado IFRS
Receitas de juros	148.474.600	77.896	182.223	510.566	225.276	860.335	(1.285.133)	149.045.763	206.808	149.252.571
Despesas de juros	(102.045.096)	(127.897)	--	--	--	(374.926)	1.285.133	(101.262.786)	(25.490)	(101.288.276)
Receita líquida de juros	46.429.504	(50.001)	182.223	510.566	225.276	485.409	--	47.782.977	181.318	47.964.295
Perda líquida esperada	(26.574.591)	(23.520)	--	--	--	(79.161)	--	(26.677.272)	(4.958.507)	(31.635.779)
Receita líquida de juros após provisão para perdas	19.854.913	(73.521)	182.223	510.566	225.276	406.248	--	21.105.705	(4.777.189)	16.328.516
Receitas não de juros	17.288.368	654.247	1.998.044	5.418.353	846.488	2.962.509	(1.474.704)	27.693.305	(1.890.967)	25.802.338
Receitas de prestação de serviços	10.313.734	251.173	1.991.892	2.808.164	22.181	2.704.893	(875.461)	17.216.576	(167.133)	17.049.443
Ganhos/(perdas) líquidos sobre instrumentos financeiros	(1.973.812)	315.086	98	--	138	(6.195)	--	(1.664.685)	(196.084)	(1.860.769)
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas e joint ventures	550.035	13.340	--	2.596.201	723.069	--	--	3.882.645	(307.919)	3.574.726
Outras receitas operacionais	8.398.411	74.648	6.054	13.988	101.100	263.811	(599.243)	8.258.769	(1.219.831)	7.038.938
Despesas não de juros	(38.754.516)	(120.671)	(315.621)	(618.032)	(75.068)	(1.753.723)	1.474.704	(40.162.927)	(324.557)	(40.487.484)
Despesas de pessoal	(14.766.196)	(21.174)	(81.554)	(47.830)	(2.424)	(316.264)	3.148	(15.232.294)	60.052	(15.172.242)
Outras despesas administrativas	(5.706.961)	(26.188)	(46.728)	(117.583)	(792)	(291.017)	1.024.715	(5.164.554)	482.734	(4.681.820)
Despesas tributárias	(3.446.961)	(37.543)	(142.075)	(352.399)	(20.964)	(375.618)	--	(4.375.560)	36.016	(4.339.544)
Amortização de ativos intangíveis	(1.305.739)	--	--	(59)	--	(2.240)	--	(1.308.038)	581	(1.307.457)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	(5.769.259)	(20.019)	(1.475)	(2.969)	(43)	(8.374)	--	(5.802.139)	--	(5.802.139)
Depreciação	(884.546)	--	--	--	--	(45.627)	--	(930.173)	(626.381)	(1.556.554)
Outras despesas operacionais	(6.874.854)	(15.747)	(43.789)	(97.192)	(50.845)	(714.583)	446.841	(7.350.169)	(277.559)	(7.627.728)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	(1.611.235)	460.055	1.864.646	5.310.887	996.696	1.615.034	--	8.636.083	(6.992.713)	1.643.370
Impostos	5.303.158	(198.117)	(744.255)	(920.981)	(88.349)	(521.578)	--	2.829.878	3.286.868	6.116.746
Correntes	(400.595)	(186.564)	(744.646)	(921.436)	(58.528)	(637.902)	--	(2.949.671)	18.493	(2.931.178)
Diferidos	5.703.753	(11.553)	391	455	(29.821)	116.324	--	5.779.549	3.268.375	9.047.924
Lucro líquido do período	3.691.923	261.938	1.120.391	4.389.906	908.347	1.093.456	--	11.465.961	(3.705.845)	7.760.116
Atribuível aos acionistas controladores	3.425.177	261.938	1.120.391	2.996.769	908.347	1.094.727	--	9.807.349	(3.586.462)	6.220.887
Atribuível aos acionistas não controladores	266.746	--	--	1.393.137	--	(1.271)	--	1.658.612	(119.383)	1.539.229
Investimentos em coligadas e joint ventures	6.755.507	375.767	--	8.420.161	3.963.478	--	--	19.514.913	1.509.032	21.023.945
Ativos não circulantes	25.600.576	--	--	2.346	--	362.990	(2.292)	25.963.620	2.740.758	28.704.378
Ativo	2.437.665.353	3.948.576	3.677.120	20.916.421	10.908.948	17.194.240	(56.827.311)	2.437.483.347	3.938.022	2.441.421.369
Passivo	2.256.288.012	3.136.944	2.247.492	10.996.413	222.891	14.210.577	(33.167.981)	2.253.934.348	1.038.883	2.254.973.231
Patrimônio líquido	181.377.341	811.632	1.429.628	9.920.008	10.686.057	2.983.663	(23.659.330)	183.548.999	2.899.139	186.448.138



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Operações internacionais

Segmentação por área geográfica, operações no Brasil e no exterior

	Brasil	Outros países			Total
	1º Semestre/2026	Antes de eliminações	Eliminações	Após as eliminações	1º Semestre/2026
Ativo	2.419.017.165	277.175.744	(108.089.169)	169.086.575	2.588.103.740
Receitas	181.638.164	10.950.135	(3.577.727)	7.372.408	189.010.572
Despesas (inclui impostos)	(175.578.486)	(9.181.083)	2.111.958	(7.069.125)	(182.647.611)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	1.999.043	2.191.853	(1.465.769)	726.084	2.725.127
Lucro/(prejuízo) líquido	6.059.678	1.769.052	(1.465.769)	303.283	6.362.961

	Brasil	Outros países			Total
	1º Semestre/2025	Antes de eliminações	Eliminações	Após as eliminações	1º Semestre/2025
Ativo	2.280.878.367	311.436.305	(150.893.303)	160.543.002	2.441.421.369
Receitas	167.946.862	12.871.942	(5.763.895)	7.108.047	175.054.909
Despesas (inclui impostos)	(159.074.924)	(11.887.521)	3.667.652	(8.219.869)	(167.294.793)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	2.046.404	1.693.209	(2.096.243)	(403.034)	1.643.370
Lucro/(prejuízo) líquido	8.871.938	984.421	(2.096.243)	(1.111.822)	7.760.116

As receitas compreendem receitas de juros e receitas não de juros. As despesas compreendem despesa de juros, perdas esperadas com instrumentos financeiros, despesas não de juros e impostos.

Em relação às operações no exterior, as principais contribuições para as receitas e ativos foram provenientes das dependências localizadas na América do Sul. Os ativos localizados em outros países são substancialmente de natureza monetária, principalmente relacionados a carteira de crédito e aplicações interfinanceiras de liquidez.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

5- Receita líquida de juros

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	2º Trimestre/2026	2º Trimestre/2025
Receitas de juros	160.747.114	149.252.571	81.771.473	77.532.482
Carteira de crédito	85.633.174	84.853.325	43.789.395	43.267.157
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	42.696.048	28.705.465	21.207.765	15.582.152
Aplicações interfinanceiras de liquidez	15.723.341	21.809.813	8.185.593	11.150.864
Depósitos no Banco Central do Brasil	5.324.021	4.499.632	2.700.439	2.463.615
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	5.006.718	3.446.648	2.750.052	1.896.491
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	763.567	660.246	421.066	399.370
Outras receitas de juros ¹	5.600.245	5.277.442	2.717.163	2.772.833
Despesas de juros	(111.283.805)	(101.288.276)	(56.088.674)	(53.336.067)
Recursos de instituições financeiras	(51.320.495)	(44.425.747)	(26.094.493)	(23.275.085)
Recursos de clientes	(39.118.823)	(35.123.777)	(19.763.736)	(18.350.394)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(20.154.811)	(21.080.376)	(9.819.800)	(11.375.309)
Outras despesas de juros	(689.676)	(658.376)	(410.645)	(335.279)
Receita líquida de juros	49.463.309	47.964.295	25.682.799	24.196.415

1 - Inclui receitas com juros sobre depósitos de garantias e com títulos e créditos do Tesouro Nacional.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

6– Receitas de prestação de serviços

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	2º Trimestre/2026	2º Trimestre/2025
Prestação de serviços a clientes	5.957.889	5.876.414	3.035.639	3.021.935
Conta corrente	2.752.025	2.683.835	1.415.968	1.271.961
Rendas de cartões	1.039.729	995.062	510.316	495.396
Operações de crédito e garantias prestadas	822.561	725.725	431.087	495.822
Cobrança	552.885	587.557	275.523	289.742
Arrecadações	494.218	487.226	251.045	243.081
Rendas do mercado de capitais	269.416	366.031	137.872	210.790
Interbancária	27.055	30.978	13.828	15.143
Administração de recursos de terceiros	7.660.645	6.897.803	3.946.134	3.512.007
Fundos de investimento	5.593.709	5.064.869	2.881.825	2.572.567
Consórcios	1.916.644	1.680.138	984.388	860.641
Tesouro nacional e fundos oficiais	150.292	152.796	79.921	78.799
Comissões	3.011.593	2.971.899	1.471.113	1.483.623
Comercialização de seguros	2.614.385	2.565.898	1.289.968	1.282.414
Comercialização de produtos de capitalização	279.216	302.630	132.161	156.203
Comercialização de produtos de previdência	117.992	103.371	48.984	45.006
Outros serviços	1.304.569	1.303.327	655.861	675.391
Total	17.934.696	17.049.443	9.108.747	8.692.956



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

7– Outras receitas e outras despesas

a) Outras receitas

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	2º Trimestre/2026	2º Trimestre/2025
Atualização de ativo atuarial	2.132.717	1.992.476	1.066.359	996.238
Títulos e créditos a receber	1.460.105	1.553.675	738.939	784.992
Recuperação de encargos e despesas	865.304	927.802	446.957	463.709
Atualização das destinações do superávit – Previ Plano 1	725.604	653.920	349.668	273.098
Operações com cartões	478.545	618.373	288.379	317.715
Ganhos na alienação de valores e bens	295.234	187.648	68.812	97.873
Clube de Benefícios BB	213.989	251.674	105.313	123.646
Reversão de provisões para pagamentos diversos	76.441	415.468	15.350	300.778
Ganhos de capital	32.592	32.398	17.955	17.034
Receitas decorrentes de condenações, custas e acordos judiciais	23.394	35.593	9.084	21.614
Outras	680.394	831.763	236.925	299.305
Total	6.984.319	7.500.790	3.343.741	3.696.002

b) Outras despesas

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	2º Trimestre/2026	2º Trimestre/2025
Operações com cartões	(1.545.348)	(1.146.797)	(648.566)	(597.352)
Serviços de terceiros	(933.019)	(874.154)	(483.677)	(761.432)
Perdas na posição monetária líquida ¹	(886.159)	(744.606)	(387.009)	(360.434)
Bônus de relacionamento negocial	(851.171)	(824.527)	(418.761)	(415.062)
Atualização de obrigações atuariais	(690.841)	(669.786)	(345.420)	(334.893)
Transporte de valores	(376.722)	(313.290)	(209.229)	(159.335)
Remuneração de correspondentes bancários e parceiros comerciais	(363.580)	(434.203)	(176.257)	(196.090)
Convênio INSS	(352.768)	(307.298)	(179.239)	(155.289)
Prêmio de seguro de vida – crédito direto ao consumidor	(257.784)	(269.196)	(125.382)	(138.155)
Autoatendimento	(132.620)	(265.862)	(66.594)	(173.089)
Falhas em serviço e perdas operacionais	(109.772)	(120.247)	(48.197)	(71.642)
Perdas de capital	(81.384)	(60.351)	(43.554)	(21.046)
Comissões por recebimento de créditos	(60.823)	(54.172)	(28.993)	(27.471)
Atualização de valores a liberar	(16.426)	(22.662)	(3.308)	(4.706)
Outras	(1.694.828)	(1.520.577)	(871.956)	(179.827)
Total	(8.353.245)	(7.627.728)	(4.036.142)	(3.595.823)

1 – Ajustes de hiperinflação sobre os itens não monetários e de resultado do Banco Patagonia em conformidade com a IAS 29, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de 16,8% no 1º Semestre/2026 (15,1% no 1º Semestre/2025).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

8– Despesas de pessoal

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	2º Trimestre/2026	2º Trimestre/2025
Proventos	(6.912.538)	(6.473.163)	(3.753.298)	(3.515.970)
Benefícios	(2.178.169)	(2.080.937)	(1.091.271)	(1.049.920)
Encargos sociais	(2.119.802)	(3.216.628)	(1.093.607)	(2.233.920)
Provisões administrativas de pessoal	(1.694.104)	(1.557.073)	(503.204)	(494.042)
Participação nos lucros ¹	(730.278)	(1.273.315)	(325.863)	(404.018)
Previdência complementar	(579.875)	(508.300)	(286.242)	(257.728)
Honorários de diretores e conselheiros	(39.543)	(34.893)	(20.716)	(19.554)
Treinamentos	(26.350)	(27.933)	(15.745)	(16.716)
Total	(14.280.659)	(15.172.242)	(7.089.946)	(7.991.868)

1 - Inclui o montante de R\$5.976 mil no 1º Semestre/2026 (R\$ 7.171 mil no 1º Semestre/2025) relativo ao programa de pagamento baseado em ações para a Diretoria Executiva (Nota 20.m).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

9– Outras despesas administrativas

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	2º Trimestre/2026	2º Trimestre/2025
Processamento de dados	(890.448)	(804.616)	(407.595)	(397.706)
Serviços de vigilância e segurança	(774.796)	(729.970)	(389.821)	(372.713)
Manutenção e conservação de bens	(475.124)	(472.596)	(235.915)	(230.525)
Serviços técnicos especializados	(409.024)	(372.998)	(235.926)	(207.679)
Programa de Desempenho Gratificado – PDG	(258.766)	(317.940)	(126.611)	(157.692)
Serviços do sistema financeiro	(246.494)	(290.565)	(119.524)	(142.313)
Propaganda e publicidade	(231.216)	(247.785)	(131.245)	(138.227)
Água, energia e gás	(228.736)	(234.957)	(112.709)	(111.963)
Comunicações	(199.351)	(238.072)	(98.806)	(115.637)
Serviços de terceiros	(173.486)	(233.116)	(85.013)	(99.913)
Promoções e relações públicas	(155.612)	(124.307)	(106.413)	(69.258)
Contribuições filantrópicas	(77.178)	(68.467)	(12.558)	(66.996)
Viagens	(73.361)	(73.063)	(36.536)	(37.438)
Transporte	(58.536)	(78.348)	(30.209)	(39.699)
Aluguéis	(27.830)	(128.409)	(15.638)	(57.457)
Material	(9.473)	(15.886)	(5.889)	(8.776)
Outras	(290.709)	(250.725)	(149.744)	(115.034)
Total	(4.580.140)	(4.681.820)	(2.300.152)	(2.369.026)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

10– Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e depósitos bancários	27.063.120	19.737.849
Disponibilidades em moeda nacional	12.430.528	10.239.446
Disponibilidades em moeda estrangeira	14.632.592	9.498.403
Aplicações interfinanceiras de liquidez ¹	37.954.729	39.897.676
Aplicações em operações compromissadas	2.220.411	313.853
Aplicações em depósitos interfinanceiros	35.734.318	39.583.823
Total de caixa e equivalentes de caixa	65.017.849	59.635.525

1 - Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

11– Aplicações interfinanceiras de liquidez

	30/06/2026	31/12/2025
Aplicações em operações compromissadas	155.543.606	128.352.536
Re vendas a liquidar - posição bancada	3.386.280	1.383.241
Títulos públicos federais - no país	976.550	16.000
Títulos de responsabilidade da União no exterior	2.233.450	1.168.051
Outros títulos no exterior	176.280	199.190
Re vendas a liquidar - posição financiada	152.157.326	126.969.295
Títulos públicos federais - no país	152.157.326	126.965.499
Outros títulos	--	3.796
Aplicações em depósitos interfinanceiros	98.975.385	61.130.780
Total das aplicações interfinanceiras de liquidez	254.518.991	189.483.316
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(26.735)	(18.797)
Aplicações em depósitos interfinanceiros	(25.370)	(18.634)
Aplicações em operações compromissadas	(1.365)	(163)
Total das aplicações interfinanceiras de liquidez líquida de perdas esperadas	254.492.256	189.464.519

Movimentação das perdas esperadas

	Saldo em 31/12/2025	(Constituição) / reversão	Variação cambial	Saldo em 30/06/2026
Aplicações em depósitos interfinanceiros	(18.634)	(6.736)	--	(25.370)
Aplicações em operações compromissadas	(163)	(2.068)	866	(1.365)
Total	(18.797)	(8.804)	866	(26.735)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

12– Ativos e passivos financeiros

a) Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Valor justo dos ativos financeiros

	30/06/2026			31/12/2025		
	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo
Instrumentos de dívida	9.243.850	(107.396)	9.136.454	6.647.486	34.908	6.682.394
Títulos públicos federais brasileiros	4.727.132	8.812	4.735.944	3.560.060	816	3.560.876
Títulos emitidos por empresas não financeiras	3.497.861	(177.310)	3.320.551	2.854.343	(12.493)	2.841.850
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	821.994	79.727	901.721	204.502	46.640	251.142
Títulos emitidos por empresas financeiras	196.863	(18.625)	178.238	28.581	(55)	28.526
Instrumentos de patrimônio	950.452	64.607	1.015.059	849.303	88.605	937.908
Fundos mútuos de investimento e outros	793.227	64.522	857.749	717.710	88.516	806.226
Ações	157.225	85	157.310	131.593	89	131.682
Total	10.194.302	(42.789)	10.151.513	7.496.789	123.513	7.620.302

Nos períodos informados não foram reclassificados ativos financeiros para a categoria valor justo por meio do resultado.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Derivativos

Ativos	30/06/2026			31/12/2025		
	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo
Swaps	3.168.787	604.354	3.773.141	2.235.990	547.524	2.783.514
Operações a termo ¹	1.707.402	(165.676)	1.541.726	1.121.430	(244.364)	877.066
Opções	694.234	(240.169)	454.065	887.148	(375.988)	511.160
Outros ²	276.703	(30.899)	245.804	492.476	(6.732)	485.744
Total	5.847.126	167.610	6.014.736	4.737.044	(79.560)	4.657.484

Passivos	30/06/2026			31/12/2025		
	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo
Operações a termo ¹	(5.737.103)	3.432.599	(2.304.504)	(3.127.455)	1.526.760	(1.600.695)
Swaps	(1.589.760)	(340.106)	(1.929.866)	(1.157.644)	(175.785)	(1.333.429)
Opções	(762.990)	(438.043)	(1.201.033)	(983.261)	169.746	(813.515)
Outros ²	(185.174)	6.233	(178.941)	(719.219)	(7.876)	(727.095)
Total	(8.275.027)	2.660.683	(5.614.344)	(5.987.579)	1.512.845	(4.474.734)

1 – Inclui os contratos de câmbio, por se tratarem de operações a termo de moedas.

2 – Referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (non deliverable forward).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

	30/06/2026				31/12/2025			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor justo	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor justo
Instrumentos de dívida	711.694.274	(2.980.345)	(33.909)	708.680.020	674.002.349	(3.038.293)	(138.494)	670.825.562
Títulos públicos federais brasileiros	692.801.742	(2.705.539)	--	690.096.203	657.276.573	(2.961.452)	--	654.315.121
Títulos emitidos por empresas não financeiras	9.831.802	(192.925)	(16.454)	9.622.423	9.423.393	(73.587)	(38.377)	9.311.429
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	6.813.218	(87.655)	(14.503)	6.711.060	5.943.722	(30.200)	(98.407)	5.815.115
Títulos emitidos por empresas financeiras	2.247.512	5.774	(2.952)	2.250.334	1.358.661	26.946	(1.710)	1.383.897
Instrumentos de patrimônio ¹	1.814.286	358.804	--	2.173.090	2.035.778	277.919	--	2.313.697
Fundos mútuos de investimento	1.656.409	152.342	--	1.808.751	1.883.688	146.432	--	2.030.120
Ações	157.877	206.462	--	364.339	152.090	131.487	--	283.577
Total	713.508.560	(2.621.541)	(33.909)	710.853.110	676.038.127	(2.760.374)	(138.494)	673.139.259

1 - Instrumentos financeiros para os quais o Banco adotou a opção irrevogável de mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, não sendo permitida a reclassificação subsequente de ganhos ou perdas ao resultado por ocasião da liquidação do ativo.

Movimentação das perdas esperadas

	Saldo em 31/12/2025	(Constituição) / reversão	Saldo em 30/06/2026
Perdas esperadas			
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	(98.407)	83.904	(14.503)
Títulos emitidos por empresas não financeiras	(38.377)	21.923	(16.454)
Títulos emitidos por empresas financeiras	(1.710)	(1.242)	(2.952)
Total	(138.494)	104.585	(33.909)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Instrumentos de dívida e patrimônio por estágio

	30/06/2026				31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Instrumentos de dívida e de patrimônio								
Títulos públicos federais brasileiros	690.096.203	--	--	690.096.203	654.315.121	--	--	654.315.121
Títulos emitidos por empresas não financeiras	9.622.423	--	--	9.622.423	9.311.294	--	135	9.311.429
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	6.711.060	--	--	6.711.060	4.202.406	1.612.709	--	5.815.115
Fundos mútuos de investimento	1.808.751	--	--	1.808.751	2.030.120	--	--	2.030.120
Títulos emitidos por empresas financeiras	2.250.334	--	--	2.250.334	1.383.897	--	--	1.383.897
Ações	364.339	--	--	364.339	283.577	--	--	283.577
Total	710.853.110	--	--	710.853.110	671.526.415	1.612.709	135	673.139.259

Valor justo dos ativos financeiros vinculados

	30/06/2026	31/12/2025
Compromissos de recompra	527.108.453	469.525.174
Prestação de garantia	23.789.720	21.058.292
Total	550.898.173	490.583.466

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes que se encontram vinculados à prestação de garantias referem-se principalmente a títulos públicos federais que estão depositados como margem de garantia nas operações envolvendo derivativos, troca de títulos e troca de moedas na clearing da B3 (BM&FBOVESPA e Cetip), bem como garantindo as operações envolvendo ações na clearing da Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado

	30/06/2026					31/12/2025				
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Instrumentos de dívida										
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	27.711.656	10.887.694	--	--	38.599.350	31.773.004	10.325.445	--	--	42.098.449
Títulos públicos federais brasileiros	1.020.265	6.243.340	--	--	7.263.605	1.856.856	3.619.375	--	--	5.476.231
Títulos emitidos por empresas financeiras	13.908	--	--	--	13.908	5.046	--	--	--	5.046
Títulos emitidos por empresas não financeiras	--	--	--	--	--	--	639	--	--	639
Subtotal	28.745.829	17.131.034	--	--	45.876.863	33.634.906	13.945.459	--	--	47.580.365
Perda esperada em títulos e valores mobiliários	(38.207)	(40.426)	--	--	(78.633)	(315.369)	(3.904)	--	--	(319.273)
Total	28.707.622	17.090.608	--	--	45.798.230	33.319.537	13.941.555	--	--	47.261.092

Movimentação das perdas esperadas

	Saldo em 31/12/2025	(Constituição) / reversão	Saldo em 30/06/2026
Perdas esperadas			
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	(319.273)	240.640	(78.633)
Total	(319.273)	240.640	(78.633)

Em 2026, não foram reclassificados ativos financeiros da categoria títulos e valores mobiliários ao custo amortizado.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Instrumento de dívida por estágios

	30/06/2026				31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Instrumentos de dívida								
Títulos de governos estrangeiros e instituições oficiais no exterior	38.599.350	--	--	38.599.350	36.098.519	5.999.930	--	42.098.449
Títulos públicos federais brasileiros	7.263.605	--	--	7.263.605	5.476.231	--	--	5.476.231
Títulos emitidos por empresas financeiras	13.908	--	--	13.908	5.046	--	--	5.046
Títulos emitidos por empresas não financeiras	--	--	--	--	639	--	--	639
Subtotal	45.876.863	--	--	45.876.863	41.580.435	5.999.930	--	47.580.365
Perda esperada em títulos e valores mobiliários	(78.633)	--	--	(78.633)	(61.064)	(258.209)	--	(319.273)
Total	45.798.230	--	--	45.798.230	41.519.371	5.741.721	--	47.261.092



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

13– Carteira de crédito

a) Carteira de crédito por modalidade

	30/06/2026	31/12/2025
Operações de crédito	1.042.180.725	1.022.471.175
Empréstimos e direitos creditórios descontados	387.243.099	388.276.123
Financiamentos	201.726.776	198.692.549
Financiamentos rurais	392.069.723	373.579.404
Financiamentos imobiliários	61.060.153	61.834.001
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	80.974	89.098
Outros créditos com características de concessão de crédito	202.474.167	206.285.614
Títulos com características de concessão de crédito	96.192.143	101.820.642
Operações com cartão de crédito	59.847.311	62.717.699
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	26.414.521	26.324.947
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	7.845.749	7.379.771
Diversos	12.174.443	8.042.555
Operações de arrendamento mercantil	1.216.600	1.150.006
Total da carteira de crédito	1.245.871.492	1.229.906.795
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(102.479.460)	(96.837.174)
Perdas esperadas com operações de crédito	(96.032.184)	(88.743.131)
Perdas esperadas com outros créditos com características de concessão de crédito	(6.268.299)	(7.908.085)
Perdas esperadas com arrendamento mercantil	(178.977)	(185.958)
Total da carteira de crédito líquida de perdas	1.143.392.032	1.133.069.621

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Carteira de crédito por setores de atividade econômica

	30/06/2026	%	31/12/2025	%
Setor público	112.030.171	9,0	101.671.109	8,3
Administração pública	88.378.497	7,1	79.495.304	6,5
Petroleiro	16.325.221	1,3	16.865.575	1,4
Serviços	4.931.885	0,4	3.641.104	0,3
Energia elétrica	759.398	0,1	12.804	--
Demais atividades	1.635.170	0,1	1.656.322	0,1
Setor privado	1.133.841.321	91,0	1.128.235.686	91,7
Pessoa física	741.940.273	59,4	733.923.573	59,7
Pessoa jurídica	391.901.048	31,6	394.312.113	32,0
Agronegócio de origem vegetal	60.747.794	4,9	55.627.408	4,5
Serviços	51.920.280	4,2	52.571.121	4,3
Mineração e metalurgia	26.830.567	2,2	24.405.973	2,0
Energia elétrica	23.740.597	1,9	25.725.650	2,1
Automotivo	23.632.022	1,9	20.878.392	1,7
Agronegócio de origem animal	22.457.237	1,8	20.358.676	1,7
Transportes	19.987.029	1,6	21.059.441	1,7
Insumos agrícolas	16.996.892	1,4	17.553.981	1,4
Comércio varejista	16.799.184	1,3	16.989.899	1,4
Químico	16.297.064	1,3	16.363.756	1,3
Combustíveis	13.318.631	1,1	16.132.820	1,3
Eletroeletrônico	13.163.895	1,1	13.055.080	1,1
Atividades específicas da construção	12.780.457	1,0	12.941.431	1,1
Imobiliário	12.484.543	1,0	13.239.738	1,1
Comércio atacadista e indústrias diversas	11.124.264	0,9	11.495.420	0,9
Instituições e serviços financeiros	10.370.891	0,8	13.135.708	1,1
Papel e celulose	10.031.760	0,8	10.059.686	0,8
Têxtil e confecções	8.219.053	0,7	8.661.359	0,7
Madeireiro e moveleiro	7.269.409	0,6	7.419.285	0,6
Telecomunicações	5.301.158	0,4	5.324.959	0,4
Construção pesada	3.797.163	0,3	6.251.618	0,5
Demais atividades	4.631.158	0,4	5.060.712	0,3
Total	1.245.871.492	100,0	1.229.906.795	100,0



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Escalonamento da carteira de crédito por prazos de vencimento

Os empréstimos concedidos pelo Banco são majoritariamente de natureza parcelada, com pagamentos de encargos financeiros e principal em base mensal, trimestral, semestral ou anual. A tabela a seguir apresenta o saldo contábil das parcelas de operações de crédito vincendas e vencidas, de acordo com os prazos pactuados. Para os empréstimos liquidados em uma única parcela, o saldo total da operação de crédito é apresentado na data de vencimento.

	30/06/2026	31/12/2025
Parcelas vincendas		
01 a 30 dias	80.400.684	82.114.989
31 a 60 dias	40.091.405	36.589.400
61 a 90 dias	38.111.642	30.234.243
91 a 180 dias	89.464.482	101.686.120
181 a 360 dias	141.383.246	160.455.694
Acima de 360 dias	805.428.846	772.612.800
Subtotal	1.194.880.305	1.183.693.246
Parcelas vencidas		
01 a 14 dias	6.871.154	4.956.350
15 a 30 dias	2.872.677	3.120.044
31 a 60 dias	5.010.364	4.503.005
61 a 90 dias	5.822.259	3.500.917
91 a 180 dias	10.404.309	11.083.570
181 a 360 dias	15.000.507	13.580.791
Acima de 360 dias	5.009.917	5.468.872
Subtotal	50.991.187	46.213.549
Total	1.245.871.492	1.229.906.795



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Carteira de crédito e perdas esperadas por estágios

	30/06/2026							
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada
Operações de crédito	914.968.367	(17.297.332)	28.726.824	(9.299.007)	98.485.534	(69.435.845)	1.042.180.725	(96.032.184)
Empréstimos e direitos creditórios descontados	319.015.921	(3.620.799)	15.664.174	(4.706.320)	52.563.004	(36.813.745)	387.243.099	(45.140.864)
Financiamentos	194.433.047	(481.119)	1.834.774	(339.661)	5.458.955	(3.827.117)	201.726.776	(4.647.897)
Financiamentos rurais	346.349.957	(12.978.765)	10.076.277	(4.224.739)	35.643.489	(28.239.226)	392.069.723	(45.442.730)
Financiamentos imobiliários	55.088.504	(216.647)	1.151.564	(28.287)	4.820.085	(555.757)	61.060.153	(800.691)
Operações de crédito vinculadas a cessão	80.938	(2)	35	--	1	--	80.974	(2)
Outros créditos com características de concessão de crédito	189.038.626	(742.884)	3.126.347	(567.244)	10.309.194	(4.958.171)	202.474.167	(6.268.299)
Títulos com características de concessão de crédito	89.117.769	(158.467)	669.156	(82.055)	6.405.218	(2.742.700)	96.192.143	(2.983.222)
Operações com cartão de crédito	56.260.013	(516.994)	1.914.037	(366.613)	1.673.261	(1.052.276)	59.847.311	(1.935.883)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	24.533.780	(45.245)	298.006	(57.738)	1.582.735	(692.756)	26.414.521	(795.739)
Outros créditos vinculados a operações adquiridas	7.845.644	(10.841)	--	--	105	(105)	7.845.749	(10.946)
Diversos	11.281.420	(11.337)	245.148	(60.838)	647.875	(470.334)	12.174.443	(542.509)
Operações de arrendamento mercantil	1.032.517	(3.288)	8.312	(883)	175.771	(174.806)	1.216.600	(178.977)
Total	1.105.039.510	(18.043.504)	31.861.483	(9.867.134)	108.970.499	(74.568.822)	1.245.871.492	(102.479.460)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31/12/2025							
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada
Operações de crédito	898.787.026	(13.619.838)	31.422.920	(11.144.738)	92.261.229	(63.978.555)	1.022.471.175	(88.743.131)
Empréstimos e direitos creditórios descontados	327.155.492	(4.103.287)	12.831.998	(4.154.366)	48.288.633	(33.428.400)	388.276.123	(41.686.053)
Financiamentos	191.421.019	(534.777)	1.858.162	(356.175)	5.413.368	(4.145.149)	198.692.549	(5.036.101)
Financiamentos rurais	324.775.989	(8.764.137)	15.083.143	(6.592.428)	33.720.272	(25.647.181)	373.579.404	(41.003.746)
Financiamentos imobiliários	55.345.834	(217.634)	1.649.349	(41.769)	4.838.818	(757.825)	61.834.001	(1.017.228)
Operações de crédito vinculadas a cessão	88.692	(3)	268	--	138	--	89.098	(3)
Outros créditos com características de concessão de crédito	191.862.482	(977.070)	4.513.407	(713.798)	9.909.725	(6.217.217)	206.285.614	(7.908.085)
Títulos com características de concessão de crédito	91.433.068	(244.930)	2.054.894	(308.573)	8.332.680	(5.150.013)	101.820.642	(5.703.516)
Operações com cartão de crédito	60.498.011	(662.563)	1.884.799	(294.258)	334.889	(220.577)	62.717.699	(1.177.398)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	25.101.664	(49.786)	327.931	(46.812)	895.352	(595.151)	26.324.947	(691.749)
Outros créditos vinculados a operações adquiridas	7.379.666	(13.359)	105	(53)	--	--	7.379.771	(13.412)
Diversos	7.450.073	(6.432)	245.678	(64.102)	346.804	(251.476)	8.042.555	(322.010)
Operações de arrendamento mercantil	962.901	(2.907)	2.079	(487)	185.026	(182.564)	1.150.006	(185.958)
Total	1.091.612.409	(14.599.815)	35.938.406	(11.859.023)	102.355.980	(70.378.336)	1.229.906.795	(96.837.174)

No período, a partir de janeiro de 2025, a Perda Esperada IFRS (PE) passou a ser apurada considerando aprimoramentos nos parâmetros de risco de crédito (PD, LGD e FCC), devido maior experiência e novas informações, com impacto prospectivo no resultado.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Carteira de arrendamento mercantil financeiro por prazos de vencimento

	30/06/2026			31/12/2025		
	Pagamentos mínimos	Juros a apropriar	Valor presente	Pagamentos mínimos	Juros a apropriar	Valor presente
Até um ano ¹	645.605	(126.775)	518.830	620.639	(134.904)	485.735
Entre um e cinco anos	858.370	(168.555)	689.815	820.974	(178.449)	642.525
Após cinco anos	9.899	(1.944)	7.955	27.787	(6.041)	21.746
Total	1.513.874	(297.274)	1.216.600	1.469.400	(319.394)	1.150.006

1 - Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

f) Perdas líquidas esperadas da carteira de crédito

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	2º Trimestre/2026	2º Trimestre/2025
Constituição	(36.493.971)	(37.516.420)	(19.596.725)	(17.291.114)
Recuperação ¹	2.193.222	2.344.820	1.400.154	1.448.048
Perdas líquidas esperadas na carteira de crédito	(34.300.749)	(35.171.600)	(18.196.571)	(15.843.066)

1 - Refere-se apenas à recuperação de principal.

g) Síntese da movimentação das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	2º Trimestre/2026	2º Trimestre/2025
Saldo inicial	(96.837.174)	(69.717.722)	(97.128.603)	(81.390.172)
(Constituição)/reversão de perdas esperadas	(36.493.971)	(37.516.420)	(19.596.725)	(17.291.114)
Variação cambial - provisões no exterior	93.809	151.383	79.920	93.460
Baixas para prejuízo	30.757.876	19.901.248	14.165.948	11.406.315
Saldo final	(102.479.460)	(87.181.511)	(102.479.460)	(87.181.511)

h) Créditos renegociados

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	2º Trimestre/2026	2º Trimestre/2025
Saldo inicial	79.769.609	70.539.842	71.460.255	71.962.537
Renegociações	7.398.842	9.528.894	4.536.377	4.797.516
Reestruturações	11.621.101	11.082.137	6.893.204	6.324.521
(Recebimento) e apropriação de juros	(15.194.798)	(10.092.284)	(5.879.147)	(5.955.519)
Baixas para prejuízo	(9.856.417)	(6.774.335)	(3.272.352)	(2.844.801)
Saldo final ¹	73.738.337	74.284.254	73.738.337	74.284.254
(%) Reestruturados em relação ao saldo final da carteira renegociada	56,8%	48,7%	--	--

1 - Inclui o valor de R\$ 47 mil (R\$ 139 mil em 30/06/2025) referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R\$ 66.464.360 mil (R\$ 57.744.248 mil em 30/06/2025) dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

i) Exposição máxima dos instrumentos financeiros segregados por tipo de carteiras e pela classificação de risco de crédito

	30/06/2026															
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Total			
	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total
Pessoas físicas	639.733.843	124.949.171	80.561	764.763.575	23.880.373	678.457	--	24.558.830	77.229.337	61.478	--	77.290.815	740.843.553	125.689.106	80.561	866.613.220
Varejo PF	310.026.787	122.548.940	80.561	432.656.288	14.269.118	678.291	--	14.947.409	45.180.007	60.617	--	45.240.624	369.475.912	123.287.848	80.561	492.844.321
Produtor rural	329.707.056	2.400.231	--	332.107.287	9.611.255	166	--	9.611.421	32.049.330	861	--	32.050.191	371.367.641	2.401.258	--	373.768.899
Pessoas jurídicas	465.305.667	106.054.926	19.665.271	591.025.864	7.981.110	117.741	4.738	8.103.589	31.741.162	25.525	822.279	32.588.966	505.027.939	106.198.192	20.492.288	631.718.419
Atacado	321.723.130	80.420.018	19.434.461	421.577.609	3.307.516	23.994	322	3.331.832	17.474.185	16.413	818.472	18.309.070	342.504.831	80.460.425	20.253.255	443.218.511
Varejo MPE	95.698.895	24.991.890	230.810	120.921.595	4.448.593	93.497	4.416	4.546.506	12.193.006	9.111	3.807	12.205.924	112.340.494	25.094.498	239.033	137.674.025
Produtor rural	47.883.642	643.018	--	48.526.660	225.001	250	--	225.251	2.073.971	1	--	2.073.972	50.182.614	643.269	--	50.825.883
Total	1.105.039.510	231.004.097	19.745.832	1.355.789.439	31.861.483	796.198	4.738	32.662.419	108.970.499	87.003	822.279	109.879.781	1.245.871.492	231.887.298	20.572.849	1.498.331.639
%	81,5%	17,0%	1,5%	100,0%	97,6%	2,4%	0,0%	100,0%	99,2%	0,1%	0,7%	100,0%	83,1%	15,5%	1,4%	100,0%

	31/12/2025															
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Total			
	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total
Pessoas físicas	637.488.377	122.297.111	87.768	759.873.256	27.309.860	279.844	--	27.589.704	69.600.402	44.562	--	69.644.964	734.398.639	122.621.517	87.768	857.107.924
Varejo PF	317.446.514	120.261.234	87.768	437.795.516	12.722.575	279.482	--	13.002.057	39.256.167	43.716	--	39.299.883	369.425.256	120.584.432	87.768	490.097.456
Produtor rural	320.041.863	2.035.877	--	322.077.740	14.587.285	362	--	14.587.647	30.344.235	846	--	30.345.081	364.973.383	2.037.085	--	367.010.468
Pessoas jurídicas	454.124.032	110.432.665	17.466.745	582.023.442	8.628.546	116.062	4.955	8.749.563	32.755.578	13.295	589.398	33.358.271	495.508.156	110.562.022	18.061.098	624.131.276
Atacado	313.077.837	83.039.733	16.254.993	412.372.563	3.459.812	28.573	157	3.488.542	19.994.360	6.189	585.925	20.586.474	336.532.009	83.074.495	16.841.075	436.447.579
Varejo MPE	100.789.494	25.946.372	1.211.752	127.947.618	4.938.762	87.089	4.798	5.030.649	12.088.270	7.106	3.473	12.098.849	117.816.526	26.040.567	1.220.023	145.077.116
Produtor rural	40.256.701	1.446.560	--	41.703.261	229.972	400	--	230.372	672.948	--	--	672.948	41.159.621	1.446.960	--	42.606.581
Total	1.091.612.409	232.729.776	17.554.513	1.341.896.698	35.938.406	395.906	4.955	36.339.267	102.355.980	57.857	589.398	103.003.235	1.229.906.795	233.183.539	18.148.866	1.481.239.200
%	81,4%	17,3%	1,3%	100,0%	98,9%	1,1%	0,0%	100,0%	99,4%	0,1%	0,6%	100,0%	83,0%	15,7%	1,2%	100,0%



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

14– Investimentos em coligadas e joint ventures

a) Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial

Empresa	% de participação				Patrimônio líquido da investida		Valor contábil do investimento		Resultado com equivalência patrimonial				Dividendos	
	30/06/2026		31/12/2025											
	Total	ON	Total	ON	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	2º Trimestre/2026	2º Trimestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Coligadas ¹ e joint ventures ²														
Banco Votorantim S.A.	50,00	49,99	50,00	49,99	13.204.367	13.066.541	6.602.183	6.533.270	411.795	214.332	223.744	157.092	367.000	182.500
Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ³	74,99	49,99	74,99	49,99	6.783.177	6.986.599	5.087.044	5.239.600	856.170	640.008	513.615	399.610	797.674	530.202
Cielo S.A. ⁴	29,17	29,17	29,17	29,17	11.700.636	11.133.797	3.777.478	3.612.128	165.327	195.785	70.061	80.619	--	--
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. ⁵	30,00	1,38	30,00	1,38	8.207.961	9.501.112	2.462.388	2.850.333	134.010	141.181	75.760	71.324	231.658	119.529
BB Mapfre Participações S.A. ⁶	74,99	49,99	74,99	49,99	2.751.374	3.111.324	2.751.678	3.021.605	1.730.485	1.846.172	918.379	1.026.356	2.014.153	1.801.520
Elo Participações Ltda.	49,99	49,99	49,99	49,99	3.276.452	2.612.485	1.637.898	1.305.981	328.428	379.604	175.697	180.178	101.720	2.026.237
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A. ⁷	49,99	49,99	49,99	49,99	1.490.005	1.463.162	744.854	731.435	3.447	14.619	3.789	22.177	--	7.207
Brasilcap Capitalização S.A. ⁸	66,77	49,99	66,77	49,99	960.589	1.026.258	752.111	795.956	119.736	85.249	49.877	49.190	163.581	--
Outros ⁹							473.914	492.737	53.720	57.776	30.756	26.605	45.315	49.534
Resultado não realizado ¹⁰							(2.590.443)	(2.666.456)						
Total							21.699.105	21.916.589	3.803.118	3.574.726	2.061.678	2.013.151	3.721.101	4.716.729

1 – O Banco possui influência significativa por meio da participação na gestão ou pela indicação de membros que compõe a Diretoria Executiva.

2 – O Banco possui controle compartilhado nas decisões sobre as atividades relevantes das empresas mediante acordos contratuais.

3 – Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. O percentual de participação efetiva é de 51,19%.

4 – Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R\$ 364.332 mil.

5 – Participação indireta do Banco na Cateno, por meio de sua subsidiária integral BB Elo Cartões Participações S.A. A participação total do Banco é de 64,49% (64,49% em 31/12/2025), em virtude de a Cielo S.A. deter 70% de participação direta na Cateno.

6 – Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. O percentual de participação efetiva é de 51,18%. Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R\$ 688.423 mil.

7 – Companhia oriunda da parceria estratégica entre o BB-Banco de Investimentos S.A. e o UBS A.G. para atuação em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores mobiliários.

8 – Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. O percentual de participação efetiva é de 45,57%. Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R\$ 110.749 mil.

9 – Incluem as participações nas seguintes empresas: Brasil Dental Operadora de Planos Odontológicos S.A., Ciclic Corretora de Seguros S.A., Gestora de Inteligência de Crédito S.A. – QUOD, Tecnologia Bancária S.A. – Tecban, Câmara Interbancárias de Pagamentos – CIP e Broto S.A. O valor contábil dos investimentos contempla perda por impairment acumulada no valor de R\$ 2.826 mil em 31/12/2025.

10 – Contempla o resultado não realizado proveniente da parceria estratégica entre a BB Elo Cartões Participações S.A. e a Cielo S.A., constituindo a Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. e o resultado não realizado decorrente da parceria estratégica entre o BB-BI e o UBS A.G.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Informações qualitativas das coligadas e joint ventures relevantes

Empresa	Localização		Descrição	Segmento	Participação estratégica ¹
	Pais de constituição	Sede			
Banco Votorantim S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Desenvolve atividades bancárias em modalidades variadas, tais como crédito ao consumidor, arrendamento mercantil e administração de fundos de investimento.	Bancário	Sim
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Comercializa seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de aposentadoria e benefícios complementares.	Seguridade	Sim
Cielo S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e meios de pagamento.	Meios de pagamento	Sim
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços responsável pela gestão das transações oriundas das operações de cartões de crédito e débito.	Meios de pagamento	Sim
BB Mapfre Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Holding de outras sociedades dedicadas à comercialização de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola.	Seguridade	Sim
Elo Participações Ltda.	Brasil	Barueri (SP)	Holding que consolida negócios conjuntos relacionados a meios eletrônicos de pagamento.	Meios de pagamento	Sim
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Atua em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores no segmento institucional no Brasil e em determinados países da América do Sul.	Investimentos	Sim
Brasilcap Capitalização S.A.	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Comercializa planos de capitalização, bem como outros produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização.	Seguridade	Sim

1 - Consideram-se participações estratégicas os investimentos em sociedades cujas atividades complementam ou dão suporte às atividades do Banco.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Movimentação

Empresa	Saldo inicial	Movimentações			Saldo final
	31/12/2025	Resultado de equivalência	Dividendos	Demais ¹	30/06/2026
Banco Votorantim S.A.	6.533.270	411.795	(367.000)	24.118	6.602.183
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	5.239.600	856.170	(797.674)	(211.052)	5.087.044
Cielo S.A.	3.612.128	165.327	--	23	3.777.478
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	2.850.333	134.010	(231.658)	(290.297)	2.462.388
BB Mapfre Participações S.A.	3.021.605	1.730.485	(2.014.153)	13.741	2.751.678
Elo Participações Ltda.	1.305.981	328.428	(101.720)	105.209	1.637.898
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A.	731.435	3.447	--	9.972	744.854
Brasilcap Capitalização S.A.	795.956	119.736	(163.581)	--	752.111
Outros	492.737	53.720	(45.315)	(27.228)	473.914
Subtotal	24.583.045	3.803.118	(3.721.101)	(375.514)	24.289.548
Resultado não realizado	(2.666.456)	--	--	76.013	(2.590.443)
Total	21.916.589	3.803.118	(3.721.101)	(299.501)	21.699.105

1- Refere-se principalmente aos ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, variação cambial sobre investimento no exterior e ajustes de exercícios anteriores realizados pelas investidas.

d) Outras informações

Os investimentos em coligadas e joint ventures não possuem passivos contingentes significativos aos quais o Banco esteja exposto.

Nenhum dos investimentos em coligadas e joint ventures apresentou restrições significativas para a transferência de recursos na forma de dividendos em caixa ou de restituição de empréstimos ou adiantamentos nos períodos apresentados.

Não há operações descontinuadas de investimentos em coligadas e joint ventures nas quais o Banco tenha parte.

Não há nenhuma parcela de perdas relacionadas aos investimentos em coligadas e joint ventures não reconhecidas nas demonstrações contábeis do período, nem cumulativamente.

Todos os investimentos do Banco em joint ventures são estruturados por meio de veículos separados.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

15– Recursos de clientes

	30/06/2026	31/12/2025
Brasil	896.893.749	843.553.760
Depósitos a prazo	603.492.865	546.504.656
Depósitos de poupança	216.111.514	215.188.602
Depósitos à vista	77.289.370	81.860.502
Sem remuneração	77.187.351	81.621.420
Com remuneração ¹	102.019	239.082
Exterior	57.125.088	54.383.689
Depósitos a prazo	47.935.811	44.062.819
Depósitos à vista – sem remuneração	9.189.277	10.320.870
Total	954.018.837	897.937.449

1 - Referem-se a “special accounts”, cuja finalidade é registrar a movimentação de contas em moedas estrangeiras abertas no país em nome de embaixadas, legações estrangeiras, organismos internacionais, assim como entidades da administração pública beneficiárias de créditos ou mutuárias de empréstimos concedidos por organismos financeiros internacionais ou agências governamentais estrangeiras.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

16– Recursos de instituições financeiras

a) Composição

	30/06/2026	31/12/2025
Captações no mercado aberto (Nota 16.b)	685.501.796	609.233.273
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 16.c)	88.761.023	84.822.811
Depósitos interfinanceiros	71.064.875	32.893.966
Obrigações por operações vinculadas a cessão	81.070	89.197
Total	845.408.764	727.039.247

b) Captações no mercado aberto

	30/06/2026	31/12/2025
Carteira própria	533.313.455	482.263.422
Letras Financeiras do Tesouro	509.526.063	439.758.808
Títulos privados	16.746.035	26.629.663
Títulos no exterior	7.041.357	7.656.375
Letras do Tesouro Nacional	--	8.218.576
Carteira de terceiros	152.188.341	126.969.851
Letras Financeiras do Tesouro	89.937.211	52.510.997
Notas do Tesouro Nacional	46.729.061	15.111.835
Letras do Tesouro Nacional	15.522.069	59.343.209
Outros títulos	--	3.810
Total	685.501.796	609.233.273

c) Obrigações por empréstimos e repasses

Obrigações por empréstimos

	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	acima de 5 anos	30/06/2026	31/12/2025
Tomados junto a banqueiros	5.397.637	12.445.595	12.468.400	4.241.965	--	34.553.597	32.589.352
Importação	171.209	240.380	77.314	--	--	488.903	320.809
Total	5.568.846	12.685.975	12.545.714	4.241.965	--	35.042.500	32.910.161



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Obrigações por repasses

Programas	Taxa de atualização a.a.	30/06/2026	31/12/2025
Tesouro Nacional - Crédito Rural		1.786.601	1.249.845
Pronaf	TMS (se disponível) ou Pré 0,50% a 8,00% (se aplicado)	130.981	506
Recoop	Pré 5,75% a 8,25% ou IGP-DI + 1,00% ou IGP-DI + 2,00%	9.845	9.845
Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - FNMC	Pré 1,00%	1.640.311	1.233.191
Outros		5.464	6.303
BNDES	Pré 0,50% a 15,17% TJLP + 0,50% a 5,00% IPCA TLP + 1,99% a 3,20% Selic + 0,76 a 2,08% Var. Camb. 1,80% TFBD 5,37% a 6,47%	17.210.854	15.869.546
Caixa Econômica Federal	Pré 4,85% (média)	25.229.750	25.522.638
Finame	Pré 0,75% a 17,69% TJLP + 2,10% Selic + 0,75% a 1,41% TFBD + 0,95% a 6,47%	8.118.064	7.647.495
Outras Instituições Oficiais		473.608	647.199
Funcafé	TMS (se disponível) Pré 13,00% a 14,50% Funding 10,00% a 11,50%	473.580	647.171
Outros		28	28
Do Exterior		899.646	975.927
Total		53.718.523	51.912.650



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

17 – Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários

	30/06/2026	31/12/2025
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	256.902.181	289.751.933
Dívidas subordinadas	39.171.990	41.785.187
Total	296.074.171	331.537.120



18– Provisões e passivos contingentes

Ações de natureza cível

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes e usuários pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a falhas em produtos e serviços bancários; expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos sobre cadernetas de poupança, depósitos judiciais e crédito rural; devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de encargos financeiros; e ações de exigir contas propostas por clientes para esclarecer lançamentos havidos em conta corrente.

As indenizações por danos materiais e morais têm como fundamento, geralmente, a legislação de defesa do consumidor. Na maioria das vezes, as ações são processadas e julgadas nos Juizados Especiais Cíveis, cujo valor em discussão está limitado a quarenta salários mínimos. Em 30 de junho de 2026, o salário mínimo era de R\$ 1.621,00.

Entre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se aquelas que envolvem cobrança de diferença de correção monetária de cadernetas de poupança e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão, e Planos Collor I e II), bem como repetição de indébito correspondente ao índice de correção monetária cobrado em operações rurais (Plano Collor I).

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e a regulamentação vigentes à época, os processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, avaliadas a partir da situação processual de cada demanda e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em relação aos litígios que versam sobre os expurgos inflacionários em cadernetas de poupança, o STF suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase de conhecimento, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido. Cumpre ressaltar que, no final de 2017, a FEBRABAN e as entidades representativas dos poupadores firmaram acordo coletivo referente às demandas de planos econômicos em cadernetas de poupança, que foi objeto de homologação pelo STF. A partir de maio de 2018, os poupadores puderam aderir ao acordo coletivo por meio de ferramenta disponibilizada pela FEBRABAN. Em 12/03/2020, o acordo foi prorrogado por mais 30 (trinta) meses, conforme Aditivo firmado pelas entidades representativas das instituições financeiras e dos consumidores, sendo mais uma vez homologado pelo STF, nos autos da ADPF 165, conforme acórdão publicado em 18/06/2020, e prorrogado por mais 30 (trinta) meses, em votação no plenário virtual do STF, cujo acórdão foi publicado em 09/01/2023. Após, em nova sessão virtual, finalizada em 23/05/2025, o STF julgou o mérito da controvérsia e declarou a constitucionalidade dos Planos Econômicos Bresser, Verão, Collor I e Collor II. Todavia, foi garantido aos poupadores o recebimento dos valores estabelecidos no acordo coletivo homologado pela Suprema Corte, desde que manifestem suas adesões no prazo de 24 (vinte e quatro) meses.

No que se refere às demandas que versam sobre expurgos inflacionários em depósitos judiciais, o Ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, após o reconhecimento da repercussão geral da matéria constitucional versada nos Recursos Extraordinários interpostos pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, União e FEBRABAN (RE nº 1.141.156/RJ), determinou a suspensão dos processos que tratem da matéria e que tramitam no território nacional, o que restou confirmado pelo Plenário do STF em 19/12/2019. Em 03/06/2026, o julgamento foi iniciado com a realização das sustentações orais. Na sequência, o julgamento foi suspenso.

Quanto ao Plano Collor I incidente sobre o crédito rural, o Banco é parte passiva em ações nas quais os mutuários questionam o índice de correção monetária utilizado pelo Banco para atualizar os empréstimos rurais após a implementação do mencionado plano econômico. Sobre esse tema, em 04/12/2014, o STJ julgou o Recurso Especial (REsp) nº 1.319.232/DF, nos autos da Ação Civil Pública (ACP) nº 94.008514-1, condenando solidariamente a União, o Banco Central do Brasil e o Banco do Brasil ao pagamento das diferenças apuradas entre o IPC de março de 1990 (84,32% ou o índice ponderado de 74,60% previsto no art. 6º da Lei nº 8.088/1990), e o BTN fixado em idêntico período (41,28%), com acréscimo de correção monetária e juros de mora sobre eventual indébito. A condenação ainda não transitou em julgado em razão da interposição de recursos pelo Banco Central do Brasil, pela União e pelo Banco do Brasil.



O recurso extraordinário (RE) do Banco do Brasil foi autuado sob o nº 1.445.162. Em 10/02/2024, o Plenário do STF reputou constitucional a controvérsia e reconheceu a existência de repercussão geral da matéria (Tema nº 1.290/STF). Após, em decisão de 08/03/2024, o ministro relator do caso no STF decretou a suspensão nacional do processamento de todas as demandas pendentes que tratem dessa mesma controvérsia, inclusive as liquidações e os cumprimentos provisórios da sentença coletiva relacionada à ACP nº 94.008514-1. O RE nº 1.445.162 encontra-se pendente de julgamento de mérito pelo STF. Paralelamente, o ministro relator encaminhou os autos ao Núcleo de Solução consensual de Conflitos para a realização de mediação.

Ações trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados, sindicatos da categoria ou ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (terceirizados). Esses processos contêm vários pedidos, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, gratificação de função, responsabilidade subsidiária e outros.

Ações fiscais

O Banco está sujeito a questionamentos sobre tributos e condutas fiscais relacionados à sua posição de contribuinte ou de responsável tributário, em procedimentos de fiscalização, que podem ensejar autuações. A maioria das autuações versa sobre a apuração de tributos devidos, como: ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições à Seguridade Social. Para garantia do crédito fiscal em litígio, quando necessário, são realizados depósitos judiciais ou penhoras em dinheiro, títulos públicos ou imóveis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a) Provisões

O Banco constitui provisão para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais com risco de perda “provável”, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração do Banco considera ser suficiente a provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.

Movimentações nas provisões para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais, classificadas como prováveis

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Demandas cíveis		
Saldo inicial	20.282.228	14.941.432
Constituição	5.466.587	6.231.769
Reversão da provisão	(2.441.858)	(2.346.012)
Baixa por pagamento	(1.941.141)	(1.863.396)
Atualização monetária e variação cambial	1.171.302	494.163
Saldo final	22.537.118	17.457.956
Demandas trabalhistas		
Saldo inicial	8.047.937	7.679.384
Constituição	1.764.676	1.729.998
Reversão da provisão	(902.795)	(879.673)
Baixa por pagamento	(1.222.193)	(1.244.861)
Atualização monetária e variação cambial	387.334	361.989
Saldo final	8.074.959	7.646.837
Demandas fiscais		
Saldo inicial	1.559.635	1.158.205
Constituição	83.831	235.864
Reversão da provisão	(110.607)	(110.376)
Baixa por pagamento	(177.281)	(93.354)
Atualização monetária e variação cambial ¹	69.545	662.080
Saldo final	1.425.123	1.852.419
Total das demandas cíveis, trabalhistas e fiscais	32.037.200	26.957.212

1 – Inclui, no 1º Semestre/2025, o saldo de R\$ 592.298 mil reclassificado de “Outros passivos”.

Despesas com demandas cíveis, trabalhistas e fiscais

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Demandas cíveis	(4.196.031)	(4.394.470)
Demandas trabalhistas	(1.249.215)	(1.212.314)
Demandas fiscais	(42.769)	(195.355)
Total	(5.488.015)	(5.802.139)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Cronograma esperado de desembolsos

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais
Até 5 anos	17.011.059	7.307.558	757.639
Acima de 5 anos	5.526.059	767.401	667.484
Total	22.537.118	8.074.959	1.425.123

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incerto o cronograma esperado de desembolsos.

b) Passivos contingentes

As demandas cíveis, trabalhistas e fiscais são classificadas como passivos contingentes possíveis quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota, ficando dispensadas de constituição de provisão.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	30/06/2026	31/12/2025
Demandas fiscais	13.947.982	13.366.086
Demandas cíveis	2.654.570	2.305.913
Demandas trabalhistas	136.061	98.390
Total	16.738.613	15.770.389

As principais discussões de perda possível se concentram na natureza fiscal, e estão detalhadas a seguir:

- IRPJ e CSLL – R\$ 4.911.005 mil: litígios decorrentes da dedução dos impostos sobre a renda pagos no exterior;
- ISSQN – R\$ 3.127.503 mil: discute-se a incidência de ISS sobre receitas diversas da instituição financeira; e
- Os demais assuntos são pulverizados.

c) Depósitos em garantia de recursos

Os depósitos em garantia são depósitos de quantias em dinheiro efetuados no Banco ou em outra instituição financeira oficial, como meio de pagamento ou como meio de garantir o pagamento de condenações, indenizações, acordos e demais despesas decorrentes de processos judiciais. Os valores estão apresentados no balanço patrimonial em “Outros ativos financeiros”.

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	30/06/2026	31/12/2025
Demandas cíveis	20.516.809	19.869.516
Demandas fiscais	10.492.911	10.499.731
Demandas trabalhistas	9.047.769	8.770.296
Total	40.057.489	39.139.543



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

19– Impostos

a) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	2º Trimestre/2026	2º Trimestre/2025
Lucro antes dos impostos	2.725.127	1.643.370	1.702.300	1.361.531
Despesa de IR (25%) e de CSLL (20%)	(1.226.307)	(739.517)	(766.035)	(612.689)
Juros sobre o capital próprio	806.277	1.474.594	416.532	232.338
Resultado de participação em coligadas e joint ventures	1.711.403	1.608.627	927.755	905.918
Outras receitas não tributáveis/despesas não dedutíveis ¹	2.346.461	3.773.042	976.132	1.695.164
Imposto de Renda e Contribuição Social	3.637.834	6.116.746	1.554.384	2.220.731
Alíquota efetiva	--	--	--	--

1 - Referem-se, principalmente, às receitas do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste – FCO.

b) Despesas tributárias

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	2º Trimestre/2026	2º Trimestre/2025
Cofins	(2.928.291)	(2.730.623)	(1.466.889)	(1.357.037)
ISSQN	(736.401)	(708.182)	(375.809)	(364.885)
PIS/Pasep	(499.172)	(465.540)	(250.018)	(231.634)
Outros	(480.245)	(435.199)	(217.388)	(219.083)
Total	(4.644.109)	(4.339.544)	(2.310.104)	(2.172.639)

c) Ativos fiscais diferidos (créditos tributários)

	30/06/2026	31/12/2025
Ativos fiscais diferidos		
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	62.017.562	55.636.428
Provisões passivas - outras	20.942.572	26.392.371
Combinação de negócios	2.379.883	2.379.473
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	2.674.439	1.479.703
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	1.843.919	954.678
Contribuição social a compensar	636.538	636.538
Provisões passivas - fiscais e previdenciárias	573.969	368.332
Prejuízos fiscais de IR/bases negativas de CSLL	8.278.701	232.318
Outras diferenças temporárias	170.338	1.268.524
Total	99.517.921	89.348.365



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Passivos fiscais diferidos

	30/06/2026	31/12/2025
Passivos fiscais diferidos		
Ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	7.563.360	12.472.759
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	2.929.036	1.841.397
Decorrentes de lucros do exterior	690.937	--
Ganhos por compras vantajosas	337.712	337.712
Ajuste da carteira de leasing	162.945	144.348
Atualização de depósitos judiciais fiscais	134.144	134.144
Outras diferenças temporárias	559.797	478.768
Total	12.377.931	15.409.128



20– Patrimônio líquido

a) Valor de mercado por ação ordinária

	30/06/2026	31/12/2025
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	186.079.471	189.207.675
Valor de mercado por ação ordinária (R\$)	19,91	21,92

b) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 120.000.000 mil (R\$ 120.000.000 mil em 31/12/2025), está dividido em 5.730.834.040 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

O Banco poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação e nas condições determinadas pela Assembleia Geral dos Acionistas, aumentar o Capital Social até o limite de R\$ 150.000.000 mil, mediante a emissão de ações ordinárias, concedendo-se aos acionistas, preferência para a subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuem.

c) Instrumento elegível ao capital principal

Em 26/09/2012, o Banco do Brasil firmou Contrato de Mútuo com a União, na qualidade de instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de até R\$ 8.100.000 mil, cujos recursos foram destinados ao financiamento agropecuário.

Desde a assinatura do termo aditivo, em 28/08/2014, a remuneração do referido instrumento é integralmente variável e os juros são devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Os juros relativos a cada exercício social são pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos, contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração é realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração, sujeito à discricionariedade da Administração em realizá-lo. Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio) até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

Caso o saldo dos lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus eventuais prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco do Brasil estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nesta ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

O instrumento não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. No caso de dissolução do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. Em nenhuma hipótese haverá remuneração preferencial do instrumento, inclusive em relação a outros elementos patrimoniais classificados no Patrimônio de Referência.

Conforme Comunicado ao Mercado, de 08/04/2021, o Banco apresentou proposta de devolução do referido instrumento em sete parcelas anuais de R\$ 1 bilhão e uma parcela final de R\$ 1,1 bilhão, com base em cronograma compreendido entre julho/2022 e julho/2029. Em 2026, após solicitação de repactuação do cronograma e manifestação favorável do Tribunal de Contas da União, o saldo remanescente passará a ser amortizado nas parcelas anuais de R\$ 100 milhões em julho de 2026 e julho de 2027, R\$ 1 bilhão em julho de 2028 e R\$ 2,9 bilhões em julho de 2029.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Reservas de capital

A reserva de capital destina-se, dentre outros, ao registro dos valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidados com a entrega de instrumentos patrimoniais, bem como do lucro apurado na alienação de ações em tesouraria.

O saldo da conta reservas de capital de R\$ 6.653.106 mil (R\$ 6.643.763 mil em 31/12/2025) refere-se principalmente à alteração de participação societária na BB Seguridade decorrente de oferta pública de ações, ao aumento na participação societária no Banco Patagonia decorrente do exercício de opção de venda, por acionistas minoritários, conforme previsto no Acordo de Acionistas celebrado em 12/04/2011, entre o Banco e os minoritários, bem como à alienação de ações em tesouraria, ocorrido em 23/10/2019.

e) Reservas de lucros

	30/06/2026	31/12/2025
Reservas de lucros	86.769.740	82.301.417
Reserva legal	16.439.781	16.128.978
Reservas estatutárias	70.329.959	66.172.439
Margem operacional	57.188.317	54.328.927
Equalização de remuneração do capital	13.141.642	11.843.512

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, segundo as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras no Brasil, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária para margem operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída em até 100% do lucro líquido, apurado segundo as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras no Brasil, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social

A reserva estatutária para equalização de remuneração do capital assegura recursos para o pagamento de remuneração de capital, sendo constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido, apurado segundo as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras no Brasil, após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do capital social.

f) Lucro por ação

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores (R\$ mil)	4.794.808	6.220.887
Número médio ponderado de ações (básico e diluído)	5.709.696.692	5.708.696.148
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	0,84	1,09



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Outros resultados abrangentes acumulados

O saldo da conta outros resultados abrangentes acumulados refere-se ao efeito da marcação a mercado dos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, aos ajustes de conversão em investimentos no exterior, ao efeito líquido de operações de *hedge* e ao efeito das remensurações relacionadas a planos de benefícios definidos. O Banco reconheceu em outros resultados abrangentes todas as diferenças de câmbio resultantes da conversão dos resultados de entidades cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação do Banco.

	30/06/2026	31/12/2025
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(2.464.654)	(3.001.469)
Hedge de investimento líquido em operação no exterior	19.015	(37.076)
Conversão de investimentos no exterior	(6.937.819)	(6.499.951)
Ganhos/(perdas) atuariais - planos de benefícios	(13.309.912)	(6.217.529)
Hedge de fluxo de caixa	10.830	(22.237)
Outros	(854.858)	(864.697)
Total	(23.537.398)	(16.642.959)

h) Resultados acumulados não apropriados

O saldo apresentado nesta conta contempla, além do resultado do período ainda não destinado, o efeito das diferenças entre as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras no Brasil e as Normas Internacionais de Contabilidade. O lucro líquido apurado segundo as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras no Brasil é totalmente destinado, semestralmente, na forma de dividendos, juros sobre capital próprio e de constituição de reservas legal e de lucros.

i) Juros sobre o capital próprio/dividendos

Em conformidade com as Leis nº 9.249/1995, nº 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos.

Para atendimento da legislação de imposto de renda, bem como da contribuição social, os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor, sendo dedutíveis na apuração do lucro real.

Apresentamos os valores e o cronograma de pagamento dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos:

2026	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio	400.396	0,070	02/03/2026	11/03/2026
Juros sobre o capital próprio complementares	465.703	0,082	01/06/2026	11/06/2026
2º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio	340.718	0,060	01/06/2026	11/06/2026
Juros sobre o capital próprio complementares	584.910	0,102	01/09/2026	11/09/2026
Total destinado aos acionistas	1.791.727	0,314		
Juros sobre o capital próprio ¹	1.791.727	0,314		

1 - Valores sujeitos à retenção de imposto de renda retido na fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

2025	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio	852.492	0,149	11/03/2025	21/03/2025
Juros sobre o capital próprio complementares	1.908.077	0,334	02/06/2025	12/06/2025
2º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio	516.306	0,090	02/06/2025	12/06/2025
Total destinado aos acionistas	3.276.875	0,573		
Juros sobre o capital próprio ¹	3.276.875	0,573		

1 - Valores sujeitos à retenção de imposto de renda retido na fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

j) Participações acionárias (quantidade de ações)

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações, bem como do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria.

Acionistas	30/06/2026		31/12/2025	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União Federal - Tesouro Nacional	2.865.417.084	50,0	2.865.417.084	50,0
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	255.384.690	4,5	256.062.490	4,5
Ações em tesouraria ¹	21.960.676	0,4	22.455.806	0,4
Outros acionistas	2.588.071.590	45,1	2.586.898.660	45,1
Total	5.730.834.040	100,0	5.730.834.040	100,0

1 - Em 30/06/2026, o saldo inclui 75.711 e 22.403 ações de emissão do Banco do Brasil, mantidas na BB Asset e no BB-BI, respectivamente (73.450 e 11.957 ações em 31/12/2025).

	Ações ON ¹	
	30/06/2026	31/12/2025
Conselho de Administração (exceto a Presidente do Banco)	45.282	45.282
Diretoria Executiva (inclui a Presidente do Banco)	443.438	292.753
Conselho Fiscal	8.800	--
Comitê de Auditoria	120	4.030

1 - A participação acionária do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,009% do capital do Banco.

k) Quantidade de ações emitidas e quantidade de ações em circulação (free float)

	Quantidade de ações	
	Ações Ordinárias	Ações em Tesouraria
Saldos em 31/12/2025	5.730.834.040	22.455.806
Movimentação	--	(495.130)
Saldos em 30/06/2026	5.730.834.040	21.960.676

	30/06/2026		31/12/2025	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Ações em circulação (free float) no início do período	2.842.623.097	49,6	2.842.288.271	49,6
Outras movimentações ¹	--		334.826	
Ações em circulação (free float) no fim do período ²	2.842.623.097	49,6	2.842.623.097	49,6

1 - Inclui as movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

2 - Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva. As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ integram o montante de ações em circulação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

l) Ações em tesouraria

Demonstramos a seguir a composição das ações em tesouraria:

	30/06/2026		31/12/2025	
	Ações	% Total	Ações	% Total
Ações em tesouraria	21.960.676	100,0	22.455.806	100,0
Recebidas em dação de pagamento (Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN)	16.150.700	73,5	16.150.700	71,9
Programas de recompra (ocorridos entre 2012 e 2015)	4.986.522	22,7	5.625.287	25,1
Programa de remuneração variável	823.328	3,7	679.693	3,0
Incorporações	126	--	126	--
Valor contábil	(253.010)		(258.497)	

m) Pagamento baseado em ações

Programa de remuneração variável

O programa de remuneração variável do Banco do Brasil foi elaborado sob vigência da Resolução CMN nº 5.177, de 26/09/2024, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

O programa tem periodicidade anual, sendo estabelecido em função dos riscos e da atividade dos administradores e tem como pré-requisitos: a ativação do programa de participação nos lucros e resultados e o atingimento de lucro contábil pelo Banco do Brasil.

A apuração da remuneração variável tem como base indicadores que mensuram o atingimento das metas corporativas, da unidade e individuais, baseadas na Estratégia Corporativa do Banco do Brasil – ECBB para o período. O programa ainda determina que 50% da remuneração seja paga em espécie e que os demais 50% sejam pagos em ações.

A quantidade de ações do Banco do Brasil a ser destinada a cada participante é apurada mediante a divisão do valor líquido equivalente a 50% dos honorários a que fizer jus, a título de remuneração variável, pelo preço médio da ação na semana anterior à do pagamento. O preço médio é a média aritmética simples dos preços médios diários da semana anterior à do pagamento.

A remuneração em ações é estruturada de forma proporcional ao nível de responsabilidade do administrador, prevendo a transferência imediata para a titularidade do beneficiário de percentual variável entre 14% e 20%, enquanto a parcela remanescente, compreendida entre 80% e 86%, é diferida pelo prazo de três a cinco anos.

Os efeitos no resultado do Programa de Remuneração Variável do Banco do Brasil foram de R\$ 15.380 mil no 1º semestre/2026 (R\$ 14.341 mil no 1º semestre/2025).

A BB Asset e o BB-BI, em decorrência dessa resolução, também aprovaram políticas de remuneração variável para suas diretorias, adquirindo diretamente ações em tesouraria do Banco e do mercado de capitais, respectivamente. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:

	Total de ações do programa	Custo médio ¹	Ações distribuídas	Ações a distribuir	Cronograma estimado de transferências
Programa 2022					
	401.045	19,58	296.464	24.835	2026
				79.746	2027
Total de ações a distribuir				104.581	
Programa 2023					
	306.829	29,01	192.394	22.633	2026
				42.724	2027
				30.512	2028
				18.566	2029
Total de ações a distribuir				114.435	
Programa 2024					
	346.916	28,03	132.868	40.647	2026
				69.342	2027
				48.531	2028
				34.664	2029
				20.864	2030
Total de ações a distribuir				214.048	
Programa 2025					
	477.704	23,12	88.870	149.941	2027
				95.524	2028
				66.856	2029
				47.748	2030
				28.765	2031
Total de ações a distribuir				388.834	

1 - Nos programas 2024 e 2025, refere-se ao custo médio ponderado das ações do Banco detidas pelo Banco do Brasil, BB Asset e BB-BI.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

21- Valor justo dos instrumentos financeiros

	30/06/2026		31/12/2025	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo				
Caixa e depósitos bancários	27.063.120	27.063.120	19.737.849	19.737.849
Depósitos no Banco Central do Brasil	117.967.414	117.967.414	120.016.133	120.016.133
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	1.512.291.634	1.519.799.616	1.435.612.604	1.429.791.175
Aplicações interfinanceiras de liquidez	254.492.256	254.664.368	189.464.519	189.896.383
Carteira de crédito	1.143.392.032	1.151.058.334	1.133.069.621	1.128.042.254
Títulos e valores mobiliários	45.798.230	45.467.798	47.261.092	46.035.166
Outros ativos financeiros	68.609.116	68.609.116	65.817.372	65.817.372
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	16.166.249	16.166.249	12.277.786	12.277.786
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	710.853.110	710.853.110	673.139.259	673.139.259
Passivo				
Passivos financeiros ao custo amortizado	2.281.392.957	2.279.136.878	2.149.846.333	2.143.368.209
Recursos de clientes	954.018.837	952.497.723	897.937.449	896.808.990
Recursos de instituições financeiras	845.408.764	844.673.799	727.039.247	721.689.582
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	296.074.171	296.074.171	331.537.120	331.537.120
Outros passivos financeiros	185.891.185	185.891.185	193.332.517	193.332.517
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	5.614.344	5.614.344	4.474.734	4.474.734

O valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. Caso um preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento financeiro, o valor justo é calculado com base nesse preço. Na ausência de um mercado ativo para um instrumento financeiro, seu valor justo é calculado por uma estimativa, objetivando assim uma avaliação justa e equânime dos instrumentos financeiros.

a) Níveis de informação relativos a ativos e passivos financeiros

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, incluindo os preços cotados em mercados não ativos para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

O Banco utiliza prioritariamente valores obtidos diretamente em mercado ativo, e, caso não haja tais dados, valores gerados com base em referência de mercado ou, em último caso, modelo que considera ativos semelhantes. Diariamente, o processo produtivo da geração de informações para marcação a mercado dos ativos financeiros do Banco é executado, sendo feita a verificação da existência ou não de preços transacionados em mercado para ativos em carteira.



Em referência a transferência entre níveis, para cada instrumento financeiro, analisa-se a liquidez de mercado e o valor justo. A política no momento do reconhecimento da transferência é a mesma para transferência entre os níveis.

O modelo utilizado tanto para a marcação a mercado quanto para a marcação a modelo de títulos privados é aplicado utilizando-se a hierarquia de dados de mercado, e todos estes instrumentos têm o seu modelo de avaliação definido a cada dia.

Caso um título privado apresente negócios em um determinado dia, o valor justo será dado pelo preço médio de negócio realizado no dia. Entretanto, se o título privado não apresentar negócios no dia, é verificada a existência de preço indicativo divulgado pela Anbima ou, na falta deste, preço indicativo divulgado pela B3.

Caso não haja negócios e nem preços indicativos divulgados pela Anbima ou pela B3, o preço do título é calculado a partir de modelo matemático que considera a probabilidade de *default* associada a cada instrumento como o *spread* do risco de crédito.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Saldo em 30/06/2026	Distribuição por nível		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial de forma recorrente				
Ativo	730.469.221	702.805.873	27.348.528	314.820
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	16.166.249	5.637.671	10.316.502	212.076
Instrumentos de dívida e patrimônio	10.151.513	5.637.671	4.301.766	212.076
Títulos públicos	5.637.665	5.637.665	--	--
Títulos privados	4.513.848	6	4.301.766	212.076
Derivativos	6.014.736	--	6.014.736	--
Swaps	3.773.141	--	3.773.141	--
Operações a termo	1.541.726	--	1.541.726	--
Opções	454.065	--	454.065	--
Outros instrumentos financeiros derivativos	245.804	--	245.804	--
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	710.853.110	697.168.202	13.627.829	57.079
Títulos públicos	696.807.263	696.807.263	--	--
Títulos privados	14.045.847	360.939	13.627.829	57.079
Ativos financeiros ao custo amortizado (objeto de hedge)	3.449.862	--	3.404.197	45.665
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.404.197	--	3.404.197	--
Carteira de crédito	45.665	--	--	45.665
Passivo	13.666.148	--	13.666.148	--
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	5.614.344	--	5.614.344	--
Derivativos	5.614.344	--	5.614.344	--
Operações a termo	2.304.504	--	2.304.504	--
Swaps	1.929.866	--	1.929.866	--
Opções	1.201.033	--	1.201.033	--
Outros instrumentos financeiros derivativos	178.941	--	178.941	--
Passivos financeiros ao custo amortizado (objeto de hedge)	8.051.804	--	8.051.804	--
Recursos de instituições financeiras	1.557.572	--	1.557.572	--
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	6.494.232	--	6.494.232	--
Ativos e passivos financeiros não mensurados a valor justo no balanço patrimonial				
Ativo	1.516.349.754	26.450.426	19.017.372	1.470.881.956
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	1.516.349.754	26.450.426	19.017.372	1.470.881.956
Aplicações interfinanceiras de liquidez	251.260.171	--	--	251.260.171
Carteira de crédito	1.151.012.669	--	--	1.151.012.669
Títulos e valores mobiliários	45.467.798	26.450.426	19.017.372	--
Outros ativos financeiros	68.609.116	--	--	68.609.116
Passivo	2.271.085.074	--	--	2.271.085.074
Passivos financeiros ao custo amortizado	2.271.085.074	--	--	2.271.085.074
Recursos de clientes	952.497.723	--	--	952.497.723
Recursos de instituições financeiras	843.116.227	--	--	843.116.227
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	289.579.939	--	--	289.579.939
Outros passivos financeiros	185.891.185	--	--	185.891.185



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Saldo em 31/12/2025	Distribuição por nível		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial de forma recorrente				
Ativo	689.653.120	664.222.431	25.096.194	334.495
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	12.277.786	3.812.018	8.253.482	212.286
Instrumentos de dívida e patrimônio	7.620.302	3.812.018	3.595.998	212.286
Títulos públicos	3.812.018	3.812.018	--	--
Títulos privados	3.808.284	--	3.595.998	212.286
Derivativos	4.657.484	--	4.657.484	--
Swaps	2.783.514	--	2.783.514	--
Operações a termo	877.066	--	877.066	--
Opções	511.160	--	511.160	--
Outros instrumentos financeiros derivativos	485.744	--	485.744	--
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	673.139.259	660.410.413	12.655.319	73.527
Títulos públicos	660.130.236	660.130.236	--	--
Títulos privados	13.009.023	280.177	12.655.319	73.527
Ativos financeiros ao custo amortizado (objeto de hedge)	4.236.075	--	4.187.393	48.682
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.187.393	--	4.187.393	--
Carteira de crédito	48.682	--	--	48.682
Passivo	10.391.471	--	10.391.471	--
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	4.474.734	--	4.474.734	--
Derivativos	4.474.734	--	4.474.734	--
Operações a termo	1.600.695	--	1.600.695	--
Swaps	1.333.429	--	1.333.429	--
Opções	813.515	--	813.515	--
Outros instrumentos financeiros derivativos	727.095	--	727.095	--
Passivos financeiros ao custo amortizado (objeto de hedge)	5.916.737	--	5.916.737	--
Recursos de instituições financeiras	1.707.965	--	1.707.965	--
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	4.208.772	--	4.208.772	--
Ativos e passivos financeiros não mensurados a valor justo no balanço patrimonial				
Ativo	1.425.555.100	25.746.355	20.288.811	1.379.519.934
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	1.425.555.100	25.746.355	20.288.811	1.379.519.934
Aplicações interfinanceiras de liquidez	185.708.990	--	--	185.708.990
Carteira de crédito	1.127.993.572	--	--	1.127.993.572
Títulos e valores mobiliários	46.035.166	25.746.355	20.288.811	--
Outros ativos financeiros	65.817.372	--	--	65.817.372
Passivo	2.137.451.472	--	--	2.137.451.472
Passivos financeiros ao custo amortizado	2.137.451.472	--	--	2.137.451.472
Recursos de clientes	896.808.990	--	--	896.808.990
Recursos de instituições financeiras	719.981.617	--	--	719.981.617
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	327.328.348	--	--	327.328.348
Outros passivos financeiros	193.332.517	--	--	193.332.517



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Não houve transferência entre o Nível 1 e o Nível 2 no período. Para os ativos avaliados no Nível 3, os ganhos, perdas, transferências entre níveis e o efeito das mensurações estão descritos no quadro abaixo:

Descrição	Valor Justo em 31/12/2025	Total de Ganhos e Perdas (Realizado/ Não Realizado)	Compras	Vendas/ Liquidações	Transferências do Nível 3	Transferências para o Nível 3	Valor Justo em 30/06/2026
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	212.286	(232)	--	--	--	22	212.076
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	73.527	(16.448)	--	--	--	--	57.079
Carteira de crédito (objeto de hedge)	48.682	(3.017)	--	--	--	--	45.665
Total	334.495	(19.697)	--	--	--	22	314.820

Para mensurações de Nível 3 na hierarquia de valor justo, foram utilizados os seguintes dados não observáveis:

Descrição	Técnicas de avaliação	Dados não observáveis
Ativo		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base na probabilidade de default e na perda esperada do ativo.
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base na probabilidade de default e na perda esperada do ativo.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base na probabilidade de default e na perda esperada do ativo.

Eventualmente, comparações entre dados não observáveis do Banco e valores com base em referências de mercado (ainda que com pouco ou nenhum registro de negócios), podem apresentar convergência pouco aceitável para alguns instrumentos, em especial ativos problemáticos, indicando potencialmente menor grau de liquidez de mercado.

Os casos mais recorrentes de ativos classificados como Nível 3 estão justificados pelos fatores de desconto utilizados e títulos privados cujo componente de risco de crédito é relevante. A taxa de juros de renovação das operações das carteiras é o dado não observável mais significativo usado na mensuração a valor justo dos instrumentos de Nível 3. Variações significativas nessa taxa de juros podem resultar em alterações significativas no valor justo.



22– Gestão de riscos

a) Risco de mercado e risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB)

O risco de mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, de câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities.

O risco de taxa de juros na carteira bancária é conceituado como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Análise de sensibilidade

Método e objetivo da análise

O Banco realiza, trimestralmente, a análise de sensibilidade das exposições ao risco de taxas de juros de suas posições próprias, utilizando como método a aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado dos fatores de risco mais relevantes. Tal método tem como objetivo simular os efeitos no resultado do Banco diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado.

Pressupostos e limitações do método

A aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado tem como pressuposto que os movimentos de alta ou de baixa nas taxas de juros ocorrem de forma idêntica, tanto para prazos curtos quanto para prazos mais longos. Como nem sempre os movimentos de mercado apresentam tal comportamento, este método pode apresentar pequenos desvios nos valores simulados.

Escopo, cenários de aplicação do método e implicações no resultado

O processo de análise de sensibilidade no Banco do Brasil é realizado considerando o seguinte escopo:

- (i) operações classificadas na carteira de negociação, composta basicamente por títulos públicos e privados mensurados a valor justo e instrumentos financeiros derivativos, sendo que os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes dos possíveis movimentos nas taxas de juros praticadas no mercado geram impacto direto no resultado do Banco; e
- (ii) operações classificadas na carteira bancária, na qual os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não afetam diretamente o resultado do Banco, tendo em vista que a referida carteira é composta, majoritariamente, por operações contratadas com o objetivo principal de coletar os respectivos fluxos de caixa contratuais – carteira de crédito, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos públicos e privados mensurados ao custo amortizado – e cujo registro contábil é realizado com base nas taxas efetivas de juros das operações contratadas.

Para realização da análise de sensibilidade são considerados os cenários:

- Cenário I: Choque de 100 basis points (+/- 1 ponto percentual), sendo considerada a maior perda por fator de risco.
- Cenário II: Choque de +25% e -25%, sendo considerada a maior perda por fator de risco.
- Cenário III: Choque de +50% e -50%, sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Resultados da análise de sensibilidade

As tabelas abaixo apresentam os resultados obtidos para a carteira de negociação e para o conjunto de operações registradas nas carteiras de negociação e bancária.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Análise de sensibilidade para a carteira de negociação e para a carteira de negociação e bancária

Fatores de risco / Exposição	30/06/2026			31/12/2025		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Carteira de negociação						
Taxa pré-fixada	(77.895)	(251.565)	(492.532)	(59.016)	(185.673)	(364.233)
Cupons de taxas de juros	(1.098)	(6)	(13)	(21.388)	(359)	(717)
Cupons de índices de preços	(211.734)	(389.689)	(714.044)	(184.117)	(320.059)	(594.607)
Cupons de moedas estrangeiras	(312.061)	(357.895)	(746.434)	(270.703)	(291.709)	(609.006)
Total	(602.788)	(999.155)	(1.953.023)	(535.224)	(797.800)	(1.568.563)
Carteira de negociação e bancária						
Taxa pré-fixada	(13.758.458)	(43.492.990)	(82.070.220)	(13.989.424)	(42.601.912)	(80.641.925)
Cupons de taxas de juros	(14.101.140)	(27.446.820)	(58.828.535)	(13.629.125)	(24.712.100)	(52.923.067)
Cupons de índices de preços	(488.631)	(829.255)	(1.560.639)	(455.321)	(728.816)	(1.382.330)
Cupons de moedas estrangeiras	(6.089.729)	(533.784)	(1.086.444)	(5.082.322)	(303.072)	(616.128)
Total	(34.437.958)	(72.302.849)	(143.545.838)	(33.156.192)	(68.345.900)	(135.563.450)

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Para fins de gestão de risco de liquidez, avaliamos o comportamento prospectivo de nossas carteiras de acordo com nossa composição de ativos e passivos.

Este risco assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os pagamentos e recebimentos.

Gestão do risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez do BB segregava a liquidez em moeda nacional da liquidez em moedas estrangeiras. As visões gerenciais para gestão do risco de liquidez contribuem para a gestão adequada do risco nas jurisdições onde o Banco opera e nas moedas para as quais há exposição. Para tanto, são utilizados os seguintes instrumentos:

- projeções de liquidez: as projeções de liquidez em cenário base e de estresse permitem a avaliação prospectiva, em um horizonte temporal de 90 dias, do efeito do descasamento entre captações e aplicações, com objetivo de identificar situações que possam comprometer a liquidez do Banco. Adicionalmente, cabe mencionar que a projeção de liquidez em cenário base é utilizada como indicador no Plano de Recuperação do Banco;
- teste de estresse: o teste de estresse é realizado mensalmente a partir da projeção de liquidez, em cenário base e de estresse, frente à reserva de liquidez, avaliando se o volume potencial de medidas de contingência de liquidez (MCL) atende às necessidades de liquidez, quando a projeção em qualquer cenário ficar abaixo da reserva de liquidez;
- indicador de Exigência Máxima de Liquidez Intradia - EMLI (apenas para liquidez em moeda nacional): a EMLI é a maior diferença, ocorrida durante um dia útil, entre o valor dos pagamentos e recebimentos em qualquer momento do dia; e



d) limites de risco: utilizados para garantir a manutenção do nível de exposição ao risco de liquidez nos patamares desejados pelo Banco. Os indicadores utilizados no processo de gestão de risco de liquidez são:

- Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR);
- Indicador de Liquidez de Médio e Longo Prazo (NSFR);
- Reserva de Liquidez;
- Colchão de Liquidez;
- Indicador de Disponibilidade de Recursos Livres (DRL); e
- Indicador de Concentração de Captações.

O Banco do Brasil possui Plano de Contingência de Liquidez – PCL, que consiste em um conjunto de procedimentos, estratégias e responsabilidades para identificar, administrar e reportar estado de estresse de liquidez do Banco do Brasil, de forma a assegurar a manutenção do fluxo de caixa e restaurar o nível de liquidez ao patamar desejado.

Os estados de estresse de liquidez são utilizados como parâmetro para acionamento do PCL e podem ocorrer quando a liquidez observada ficar abaixo da reserva de liquidez ou quando o indicador LCR ficar abaixo do limite estabelecido pela RAS (Risk Appetite Statement) vigente.

A estratégia para enfrentar o estado de estresse de liquidez consiste no acionamento das Medidas de Contingência de Liquidez (MCL), visando reestabelecer a Reserva de Liquidez ou o limite do indicador LCR.

Os instrumentos utilizados na gestão do risco de liquidez são reportados periodicamente ao Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CEGRC) e ao Comitê de Administração do Banco.

Análise do risco de liquidez

Os limites de risco de liquidez são utilizados para monitorar o nível de exposição ao risco de liquidez do Banco. O controle desses limites, que atuam de forma complementar na gestão do risco de liquidez de curto, médio e longo prazos do Banco, permitiu situação favorável da liquidez no período, sem necessidade de acionamento do plano de contingência de liquidez ou implementação de ações emergenciais no planejamento orçamentário que visem a adequação da liquidez estrutural.

Gerenciamento das captações

Os passivos são apresentados a partir das linhas de produtos, tornando o quadro mais intuitivo quanto à origem das fontes de recursos. A segregação em prazos leva em consideração a significância de valores e os critérios de distribuição e esgotamento de saldos no tempo, refletindo a metodologia interna, tornando a informação mais aderente à realidade observada para os instrumentos em questão.

A composição das captações representadas em saldos, a partir de uma ampla base de clientes, constitui elemento importante na gestão do risco de liquidez do Banco do Brasil.

As captações com maturidade definida que fazem parte da composição das fontes comerciais, representadas pelas emissões de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), de Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Letras financeiras, independentemente do período de carência, têm disponibilidade diária para o poupador. Nesse caso, foi observado o comportamento de se respeitar os prazos contratuais, procedimento análogo ao adotado para os Depósitos a Prazo.

Já as operações compromissadas lastreadas em títulos e captações efetuadas pela Tesouraria do Banco são realizadas para a gestão de curto prazo da liquidez, enquanto que, para a implementação de estratégias de mercado de capitais, as captações têm características de médio e longo prazos.

Por fim, não obstante para os produtos Depósitos à Vista, Depósitos Judiciais e Poupança observar-se permanência mais longa na composição de captações do BB, seus saldos foram alocados no primeiro vértice, conforme tabela a seguir.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Composição das captações

Passivo	30/06/2026						
	Até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Part %
Dep. prazo	3.288.721	20.043.547	8.520.152	271.528.944	4.667	303.386.031	15,5%
LCA	4.604.666	7.513.559	37.155.388	134.414.933	--	183.688.546	9,4%
LCI	312.394	1.638.661	2.560.072	10.909.501	--	15.420.628	0,8%
Letras financeiras	--	14.298.513	8.358.138	3.142.524	--	25.799.175	1,3%
Poupança	213.728.227	--	--	--	--	213.728.227	10,9%
Dep. vista	83.727.361	--	--	--	--	83.727.361	4,3%
Dep. judicial	289.861.950	--	--	--	--	289.861.950	14,8%
Captações de tesouraria	38.395.345	27.903.302	2.762.025	9.021.616	5.806.992	83.889.280	4,3%
Dep. prazo fixo	3.302.100	3.437.375	1.816.545	5.558.789	--	14.114.809	0,7%
Outras captações comerciais	10.174.724	102.681	265.687	1.714.083	--	12.257.175	0,6%
Captações comerciais ME	6.494.231	15.857.432	6.231.602	17.147.736	--	45.731.001	2,3%
Compromissadas	658.013.174	15.286.690	411.301	11.790.631	--	685.501.796	35,1%
Total	1.311.902.893	106.081.760	68.080.910	465.228.757	5.811.659	1.957.105.979	100,0%

Passivo	31/12/2025						
	Até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Part %
Dep. prazo	1.831.242	20.782.790	8.117.937	236.499.720	3.744	267.235.433	14,6%
LCA	11.535.470	19.679.049	11.892.557	170.593.039	--	213.700.115	11,7%
LCI	190.364	1.988.591	2.243.910	11.680.911	--	16.103.776	0,9%
Letras financeiras	--	4.627.913	13.369.768	10.752.945	--	28.750.626	1,6%
Poupança	214.193.122	--	--	--	--	214.193.122	11,7%
Dep. vista	75.986.157	--	--	--	--	75.986.157	4,0%
Dep. judicial	273.087.477	--	--	--	--	273.087.477	14,9%
Captações de tesouraria	8.219.620	17.613.876	16.144.716	10.118.511	5.851.612	57.948.335	3,2%
Dep. prazo fixo	3.113.144	2.488.549	1.671.139	6.669.468	--	13.942.300	0,8%
Outras captações comerciais	7.470.254	65.773	317.959	2.086.270	--	9.940.256	0,5%
Captações comerciais ME	4.456.480	17.851.761	7.537.350	22.580.065	--	52.425.656	2,9%
Compromissadas	584.803.019	13.585.902	365.540	10.478.812	--	609.233.273	33,2%
Total	1.184.886.349	98.684.204	61.660.876	481.459.741	5.855.356	1.832.546.526	100,0%

Instrumentos financeiros derivativos

O Banco do Brasil realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para hedge de posições próprias, para atendimento de necessidades de nossos clientes e para tomada de posições intencionais. A estratégia de hedge está em consonância com a política de risco de mercado e de liquidez e com a política de utilização de instrumentos financeiros derivativos aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos e utiliza metodologias estatísticas e de simulação para mensurar os riscos de suas posições, por meio de modelos de Valor em Risco, de análise de sensibilidade e de teste de estresse.

As operações com derivativos financeiros, com destaque para aqueles sujeitos a chamadas de margem e ajustes diários, são consideradas na mensuração dos limites de riscos de liquidez adotados no Banco e na composição dos cenários utilizados nos testes de estresse de liquidez realizados mensalmente.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito do Banco é realizado com base nas melhores práticas de mercado e segue as normas de supervisão e de regulação bancária do Bacen. Sua estrutura tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco das exposições, além de garantir o aprimoramento contínuo da gestão.

A gestão do risco de crédito inclui o risco de crédito do tomador, de contraparte (RCC), o risco país, o risco de conveniente (contratante por meio de convênio), o risco de concentração de crédito e a efetividade de instrumentos mitigadores ou de transferência de riscos utilizados nas exposições que geram os riscos designados.

Exposição máxima ao risco de crédito

	30/06/2026	31/12/2025
Depósitos no Banco Central do Brasil	117.967.414	120.016.133
Ativos financeiros ao custo amortizado	1.620.385.551	1.537.820.856
Aplicações interfinanceiras de liquidez	254.518.991	189.483.316
Carteira de crédito	1.245.871.492	1.229.906.795
Títulos e valores mobiliários	45.876.863	47.580.365
Outros ativos financeiros	74.118.205	70.850.380
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	16.166.249	12.277.786
Instrumentos de dívida e patrimônio	10.151.513	7.620.302
Derivativos	6.014.736	4.657.484
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	710.887.019	673.277.753
Itens não registrados no balanço	252.460.147	251.332.405

Concentração

As estratégias de gerenciamento do risco de crédito orientam as ações em nível operacional. As decisões estratégicas compreendem, entre outros aspectos, a materialização do apetite e tolerância ao risco do Banco do Brasil e o estabelecimento de limites de risco e de concentração. São considerados também os limites de concentração impostos pelo Banco Central do Brasil.

O Banco possui sistemática de gerenciamento do risco de concentração da carteira de crédito. Além do acompanhamento dos indicadores de níveis de concentração de diferentes segmentos da carteira, apurados com base no Índice de Herfindahl-Hirshman, é avaliado o impacto da concentração na alocação de capital para o risco de crédito.

Carteira de crédito – Exposições por região geográfica

	30/06/2026	31/12/2025
Mercado interno	1.183.014.901	1.164.471.947
Sudeste	468.163.596	463.031.985
Sul	200.316.280	196.235.862
Centro-Oeste	238.482.986	237.344.101
Nordeste	188.915.784	182.600.742
Norte	87.136.255	85.259.257
Mercado externo	62.856.591	65.434.848
Total	1.245.871.492	1.229.906.795

As informações relativas às exposições por atividade econômica foram incluídas na Nota 13 – Carteira de crédito.



d) Risco operacional

É definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco.

Com o objetivo de melhorar a eficiência na gestão, o risco operacional é composto pelas seguintes categorias gerenciais: risco de terceiros, risco legal, risco de conformidade, risco de segurança, risco de conduta, risco cibernético e risco de TI. Essa composição permite a convergência de instrumentos de gestão como taxonomia e base de perdas, entre outros.

As categorias regulatórias do risco operacional (práticas inadequadas, práticas trabalhistas, fraudes e roubos externos, falhas de processos, interrupção das atividades, danos a ativos e pessoas, fraudes e roubos internos, falhas de sistemas e tecnologia) são constantemente acompanhadas, monitoradas e seus resultados reportados à Alta Administração do Banco.

Política Específica de Gerenciamento de Riscos e Capital

O Banco define a política específica de gerenciamento de riscos e de capital, abrangendo direcionadores aplicáveis ao Risco Operacional, com objetivo de estabelecer as diretrizes relacionadas ao gerenciamento contínuo e integrado de riscos e de capital e de divulgação das informações sobre esses temas para o Conglomerado Prudencial, resguardadas aquelas de natureza confidencial e proprietária. A definição da referida política observa a legislação e regulamentações aplicáveis e está baseada em melhores práticas de governança.

Em aderência aos requisitos da Resolução CMN n.º 4.557/2017 a política permeia as atividades relacionadas ao gerenciamento do risco operacional, com objetivo de identificar, mensurar, avaliar, mitigar, controlar, monitorar, reportar e aprimorar o risco associado ao Conglomerado Prudencial e a cada instituição individualmente, bem como identificar e acompanhar os riscos associados às demais entidades controladas por seus integrantes ou das quais estes participem.

Ferramentas de Gestão e Monitoramento

O gerenciamento do risco operacional do Banco busca manter abordagem estruturada para o funcionamento de todas as atividades necessárias para que o risco se mantenha em níveis adequados. Isso requer que os processos sejam revisados e atualizados regularmente, o que significa aprimorar continuamente a gestão.

Em relação as ferramentas de gestão do risco operacional, destaca-se o acompanhamento sistemático dos eventos e dos respectivos limites de perdas ao CEGRC. A partir do monitoramento dos limites estabelecidos, os gestores responsáveis pelo processo, produto ou serviço poderão ser acionados para esclarecer os motivos das perdas e propor ações de mitigação dos riscos.

O monitoramento das perdas operacionais ocorre por intermédio da ferramenta Painel de Perdas Operacionais, o qual é acompanhado também pelas áreas gestoras de processos, sistemas, produtos ou serviços, com apuração mensal dos valores das perdas de acordo com o limite global de perdas operacionais.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

23– Benefícios a empregados

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi – Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Prevmais ¹	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc – Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I ¹	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM – Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

¹ – Planos cujos benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido, conforme escolha do participante. Os benefícios de risco pertencem à modalidade de benefício definido.

Número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados pelo Banco

	30/06/2026			31/12/2025		
	N.º de participantes			N.º de participantes		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Planos de aposentadoria e pensão	85.897	121.297	207.194	86.919	121.572	208.491
Plano de Benefícios 1 – Previ	2.350	98.074	100.424	2.525	98.524	101.049
Plano Previ Futuro	73.736	5.367	79.103	74.410	5.036	79.446
Plano Informal	--	1.682	1.682	--	1.717	1.717
Outros Planos	9.811	16.174	25.985	9.984	16.295	26.279
Planos de assistência médica	87.498	104.346	191.844	88.528	104.848	193.376
Cassi	79.285	99.690	178.975	80.182	99.898	180.080
Outros Planos	8.213	4.656	12.869	8.346	4.950	13.296



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Contribuições do Banco para os planos de benefícios

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Planos de aposentadoria e pensão	1.159.413	1.080.535
Plano de Benefícios 1 – Previ ¹	328.331	329.387
Plano Previ Futuro	632.548	546.708
Plano Informal	58.062	58.574
Outros Planos	140.472	145.866
Planos de assistência médica	1.174.678	1.128.419
Cassi	1.040.467	999.769
Outros Planos	134.211	128.650
Total	2.334.091	2.208.954

1 – Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade até 2018 e do Fundo de Utilização (Nota 23.d). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14/04/1967 que tivessem se aposentado ou viessem a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

Em 30/06/2026, as contribuições do Banco para os planos de benefício definido (pós-emprego) foram estimadas em R\$ 1.204.657 mil para os próximos 6 meses e R\$ 2.240.303 mil para os próximos 12 meses.

Valores reconhecidos no resultado

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Planos de aposentadoria e pensão	1.377.182	1.331.882
Plano de Benefícios 1 – Previ	2.100.680	1.953.694
Plano Previ Futuro	(632.548)	(546.708)
Plano Informal	(54.147)	(50.955)
Outros Planos	(36.803)	(24.149)
Planos de assistência médica	(1.320.560)	(1.264.462)
Cassi	(1.190.344)	(1.139.454)
Outros Planos	(130.216)	(125.008)
Total	56.622	67.420

Informações detalhadas em relação aos planos de benefício definido constam na Nota 23.b.4.

a) Fatores de risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para as entidades patrocinadas, o que pode afetar negativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido do Banco.

Do ponto de vista do ativo, o risco atuarial está associado à possibilidade de perdas resultantes da flutuação (redução) no valor justo dos ativos do plano. Do ponto de vista do passivo atuarial, por sua vez, o risco está associado à possibilidade de perdas decorrentes da flutuação (aumento) no valor presente das obrigações atuariais dos planos da categoria Benefício Definido.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos destas Entidades Patrocinadas incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Avaliações atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas base de 30/06/2026 e 31/12/2025.

b.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos	
	1º Semestre/2026	Exercício/2025	1º Semestre/2026	Exercício/2025	1º Semestre/2026	Exercício/2025	1º Semestre/2026	Exercício/2025
Saldo inicial	(139.573.241)	(129.071.404)	(664.842)	(637.536)	(9.166.110)	(8.459.342)	(8.337.601)	(7.762.407)
Custo de juros	(8.706.837)	(17.594.917)	(40.263)	(82.895)	(577.079)	(1.157.512)	(523.192)	(1.060.976)
Custo do serviço corrente	(2.071)	(10.108)	--	--	(49.307)	(91.825)	(1.298)	(2.541)
Custo do serviço passado	--	--	(13.883)	(19.251)	--	--	--	--
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	8.761.673	17.045.504	58.062	121.579	476.509	987.804	473.214	986.275
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	(18.025.621)	(9.942.316)	(54.955)	(46.739)	(1.328.098)	(445.235)	(956.891)	(497.952)
Ajuste de experiência	(3.069.599)	(1.442.634)	(14.346)	(9.801)	(291.335)	532	(126.771)	(17.242)
Alterações premissas biométricas/demográficas	--	--	--	--	--	--	--	11.435
Alterações premissas financeiras	(14.956.022)	(8.499.682)	(40.609)	(36.938)	(1.036.763)	(445.767)	(830.120)	(492.145)
Saldo final	(157.546.097)	(139.573.241)	(715.881)	(664.842)	(10.644.085)	(9.166.110)	(9.345.768)	(8.337.601)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(157.546.097)	(139.573.241)	--	--	(361.462)	(361.462)	(7.698.439)	(7.671.516)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	--	--	(715.881)	(664.842)	(10.282.623)	(8.804.648)	(1.647.329)	(666.085)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos ¹	
	1º Semestre/2026	Exercício/2025	1º Semestre/2026	Exercício/2025	1º Semestre/2026	Exercício/2025	1º Semestre/2026	Exercício/2025
Saldo inicial	202.191.021	182.839.230	--	--	361.462	--	7.671.516	7.714.673
Receita de juros	12.910.268	24.797.453	--	--	--	--	494.537	1.032.972
Antecipação de Contraprestação ²	--	--	--	--	--	361.462	--	--
Contribuições recebidas	651.894	1.383.605	58.062	121.579	476.509	987.804	246.008	518.751
Participantes	323.563	686.366	--	--	--	--	93.284	196.857
Empregador	328.331	697.239	58.062	121.579	476.509	987.804	152.724	321.894
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	(8.761.673)	(17.045.504)	(58.062)	(121.579)	(476.509)	(987.804)	(473.214)	(986.275)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	(4.749.146)	10.216.237	--	--	--	--	(240.408)	(608.605)
Saldo final	202.242.364	202.191.021	--	--	361.462	361.462	7.698.439	7.671.516

1 – Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Prevmis (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo I (Fusesc), Plano I (Fusesc) e Plano BEP (Prevbep).

2 – Reconhecimento do adiantamento das contribuições patronais sobre o 13º salário dos anos 2026 a 2028, como ativo garantidor do Plano de Associados da Cassi.

b.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
1) Valor justo dos ativos do plano	202.242.364	202.191.021	--	--	361.462	361.462	7.698.439	7.671.516
2) Valor presente das obrigações atuariais	(157.546.097)	(139.573.241)	(715.881)	(664.842)	(10.644.085)	(9.166.110)	(9.345.768)	(8.337.601)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	44.696.267	62.617.780	(715.881)	(664.842)	(10.282.623)	(8.804.648)	(1.647.329)	(666.085)
4) Ativo/(passivo) atuarial líquido registrado ¹	22.348.134	31.308.890	(715.881)	(664.842)	(10.282.623)	(8.804.648)	(1.325.948)	(780.605)

1 – Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b.4) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos	
	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Custo do serviço corrente	(1.035)	(3.120)	--	--	(49.307)	(45.240)	(648)	(616)
Custo dos juros	(4.353.419)	(4.341.800)	(40.264)	(42.155)	(577.079)	(569.961)	(288.911)	(291.779)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	6.455.134	6.298.614	--	--	--	--	246.413	269.771
Custo do serviço passado não reconhecido	--	--	(13.883)	(8.800)	--	--	--	--
Despesa com funcionários da ativa	--	--	--	--	(563.958)	(524.253)	(125.805)	(128.407)
Outros ajustes/reversão	--	--	--	--	--	--	1.932	1.874
(Despesa)/receita reconhecida na DRE	2.100.680	1.953.694	(54.147)	(50.955)	(1.190.344)	(1.139.454)	(167.019)	(149.157)

b.5) Valores reconhecidos no patrimônio líquido

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial	(5.106.099)	(5.175.074)	(95.549)	(69.842)	(445.724)	(200.844)	(570.157)	(255.701)
Ajustes de avaliação patrimonial	(11.389.768)	131.525	(54.954)	(46.740)	(1.328.098)	(445.236)	(654.924)	(574.170)
Efeitos fiscais	5.416.689	(62.550)	24.729	21.033	597.644	200.356	296.299	259.714
Saldo final	(11.079.178)	(5.106.099)	(125.774)	(95.549)	(1.176.178)	(445.724)	(928.782)	(570.157)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b.6) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido

	Duration ¹	Pagamentos de benefícios esperados ²				
		Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Plano 1 (Previ)	7,23	18.149.177	17.227.948	16.896.409	315.212.611	367.486.145
Plano Informal (Previ)	5,32	117.850	107.199	99.354	978.446	1.302.849
Plano de Associados (Cassi)	8,62	1.113.519	1.095.762	1.072.711	31.938.643	35.220.635
Regulamento Geral (Econumus)	7,08	794.489	787.966	778.497	13.770.624	16.131.576
Regulamento Complementar 1 (Econumus)	8,01	5.346	5.512	5.728	134.697	151.283
Plus I e II (Econumus)	9,06	56.810	57.863	59.182	2.023.352	2.197.207
Grupo B' (Econumus)	6,30	27.137	26.820	26.358	359.206	439.521
Prevmais (Econumus)	7,49	40.240	40.067	39.844	820.686	940.837
Multifuturo I (Fusesc)	7,22	10.206	9.759	9.659	184.326	213.950
Plano I (Fusesc)	5,98	58.183	54.739	52.993	657.771	823.686
Plano BEP (Prevbep)	7,48	8.510	8.461	8.389	164.888	190.248

1 – Duração média ponderada, em anos, da obrigação atuarial de benefício definido.

2 – Valores considerados sem descontar a valor presente.

b.7) Composição dos ativos dos planos

	Plano 1 – Previ		Outros planos	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Renda fixa	145.472.932	140.057.720	7.195.576	7.117.660
Renda variável ¹	39.599.055	44.562.901	100.811	114.449
Investimentos imobiliários	10.496.379	10.857.658	172.385	198.082
Empréstimos e financiamentos	5.359.423	5.398.500	151.491	152.730
Outros	1.314.575	1.314.242	439.638	450.057
Total	202.242.364	202.191.021	8.059.901	8.032.978
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano				
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	7.139.155	8.734.652	29.980	19.794
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	1.173.006	1.192.927	31.281	30.249

1 – No Plano 1 – Previ, inclui o valor de R\$ 5.636.177 mil (R\$ 5.207.747 mil em 31/12/2025), referente a ativos não cotados em mercado ativo.

b.8) Principais premissas atuariais adotadas em cada período

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Taxa de inflação (a.a.)	5,54%	3,58%	5,38%	3,60%	5,65%	3,57%	5,51%	3,58%
Taxa real de desconto (a.a.) ¹	8,29%	9,80%	8,45%	9,74%	8,17%	9,83%	8,33%	9,79%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	14,29%	13,73%	--	--	--	--	14,29%	13,72%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	0,77%	0,77%	--	--	--	--	0,56%	0,56%
Tábua de sobrevivência	BR-EMSsb-2015		BR-EMSsb-2015		BR-EMSsb-2015		AT-2000 / AT-2012 / RP 2000	
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado	

1 – Em junho/2026, o Banco revisou a metodologia de apuração da taxa real de desconto aplicada na remensuração do passivo atuarial dos planos de benefícios. A mudança de estimativa foi tratada de forma prospectiva nas demonstrações financeiras. Os impactos da remensuração atuarial decorrentes das premissas adotadas, incluindo a taxa de desconto, estão refletidos nos valores apresentados no quadro b.1.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

A norma internacional IAS 19 e a interpretação IFRIC 14 detalham a questão da contabilização assim como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

b.9) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma das premissas, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade das premissas atuariais mais relevantes, demonstrando o aumento/(redução) nas obrigações dos benefícios definidos, com as variações razoavelmente possíveis para 30/06/2026.

	Taxa de Desconto		Expectativa de Vida		Crescimento Salarial	
	+0,25%	-0,25%	+1 ano	-1 ano	+0,25%	-0,25%
Plano 1 (Previ)	(2.810.898)	2.910.674	2.592.462	(2.647.348)	108	(107)
Plano Informal (Previ)	(9.189)	9.441	17.524	(17.518)	--	--
Plano de Associados (Cassi)	(172.326)	178.832	139.277	(141.434)	709	(695)
Regulamento Geral (Economus)	(127.303)	131.584	126.559	(130.501)	--	--
Regulamento Complementar 1 (Economus)	(1.311)	1.355	(1.962)	1.984	--	--
Plus I e II (Economus)	(16.264)	16.971	21.007	(20.632)	--	--
Grupo B' (Economus)	(2.357)	2.419	5.025	(5.104)	--	--
Prevmais (Economus)	(7.111)	7.373	2.738	(2.691)	809	(807)
Multifuturo I (Fusesc)	(2.046)	2.165	1.174	(1.212)	254	(234)
Plano I (Fusesc)	(6.172)	6.350	9.110	(9.228)	--	--
Plano BEP (Prevbep)	(1.509)	1.564	1.228	(1.275)	--	--



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

	Ativo atuarial		Passivo atuarial	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Plano 1 (Previ)	22.348.134	31.308.890	--	--
Plano Informal (Previ)	--	--	(715.881)	(664.842)
Plano de Associados (Cassi)	--	--	(10.282.623)	(8.804.648)
Regulamento Geral (Econumus)	--	--	(826.888)	(433.310)
Regulamento Complementar 1 (Econumus)	9.429	11.481	--	--
Plus I e II (Econumus)	--	--	(710.147)	(607.913)
Grupo B' (Econumus)	--	--	(222.442)	(204.985)
Prevmais (Econumus)	174.390	188.701	--	--
Multifuturo I (Fusesc)	93.773	93.519	--	--
Plano I (Fusesc)	118.640	133.578	--	--
Plano BEP (Prevbep)	37.297	38.324	--	--
Total	22.781.663	31.774.493	(12.757.981)	(10.715.698)

d) Destinações do Superávit do Plano 1 – Previ

	1º Semestre/2026	Exercício/2025
Fundo de Utilização ¹		
Saldo inicial	12.367.543	12.026.025
Contribuição ao Plano 1	(328.331)	(697.239)
Atualização	725.603	1.038.757
Saldo final	12.764.815	12.367.543

1 – Constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação (oriundo do superávit do plano). Pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. É corrigido pela meta atuarial (INPC + 4,75% a.a.).



24– Partes relacionadas

a) Pessoal-chave da administração

Custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração do Banco do Brasil, formado pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Benefícios de curto prazo	37.344	34.256
Honorários e encargos sociais	20.723	18.593
Diretoria Executiva	20.658	18.421
Conselho de Administração	65	172
Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais	11.692	12.265
Outros ¹	4.929	3.398
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	100	109
Remuneração baseada em ações	9.687	15.138
Total	47.131	49.503

1 - Inclui a remuneração dos membros dos Comitês de Auditoria e de Riscos e de Capital que integram o Conselho de Administração, bem como contribuições patronais aos planos de saúde e previdência complementar, auxílio moradia, vantagens de remoção, seguro de vida em grupo, entre outros.

De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177/2024, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 20.m).

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal-chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

b) Transações com partes relacionadas

O Banco possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada ao mercado. A política visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesse, sejam tomadas observando os interesses do Banco e de seus acionistas. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores do Banco.

Dentre outras orientações, a política veda a realização de transações com partes relacionadas em condições diversas às de mercado ou que possam prejudicar os interesses da instituição. Sendo assim, as transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável e não envolvem riscos anormais de recebimento, conforme informações constantes em outras notas explicativas.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

Dentre as transações realizadas pelo Banco com suas partes relacionadas, destacamos:

- transações bancárias, tais como aplicações em depósitos interfinanceiros, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, operações de compra e venda de moeda estrangeira, depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses, prestação de serviços e de garantias, avais ou fianças;
- valores a receber do Tesouro Nacional referentes à equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal, na forma da Lei nº 8.427/1992. A equalização de taxas, modalidade de subvenção econômica, representa o diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural. O valor da equalização é atualizado pela Taxa Média Selic desde a sua apuração até o pagamento pelo Tesouro Nacional, que é realizado segundo programação orçamentária daquele Órgão, conforme estabelece a Legislação, preservando assim a adequada remuneração ao Banco;
- disponibilização dos sistemas internos para a Previ, para votações, processos seletivos e acesso a normas internas de interesse comum, o que gera uma economia de custos para ambas as partes envolvidas;



- contratos de comodato, onde o Banco figura basicamente como cessionário, utilizando-se dos espaços, principalmente, para instalação de terminais de autoatendimento, de postos de atendimento bancário e de agências, não representando volume significativo, uma vez que os contratos dessa natureza são realizados na maior parte com terceiros;
- disponibilização de estrutura para controladas e entidades patrocinadas, para desempenho de atividades operacionais mediante o ressarcimento dos custos e despesas apurados devido à utilização dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e administrativos. O compartilhamento de estrutura visa obter ganho de eficiência operacional para o Conglomerado. No 1º Semestre/2026, foram ressarcidos custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura no valor de R\$ 253.723 mil (R\$ 227.149 mil no 1º Semestre/2025). No 1º Semestre/2026, o banco foi ressarcido em R\$ 426.429 mil (R\$ 382.973 mil no 1º Semestre/2025), referente aos custos com empregados cedidos sem ônus;
- aluguéis de imóveis de propriedade de entidades patrocinadas para desempenho das atividades do Banco;
- aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim;
- cessão de créditos oriundos de operações baixadas como prejuízos para a Ativos S.A;
- contratação de serviços especializados da BB Tecnologia S.A. (BBTS) para assistência técnica especializada, digitalização e reprodução de documentos, telemarketing, cobrança extrajudicial, suporte e apoio a processos de negócios financeiros e não financeiros, monitoramento, supervisão e execução de atividades inerentes a equipamentos e ambientes, desenvolvimento, sustentação e teste de *software*, suporte e operação em data center, gerenciamento de mensagens eletrônicas de telefonia celular, *outsourcing* e monitoria de sistemas de segurança física e *outsourcing* de telefonia;
- valores a receber decorrente das honras solicitadas pelo Banco aos Fundos Garantidores, nos quais a União detém participação, conforme prazos e condições estabelecidos pelo regulamento de cada programa de garantia. Os Fundos Garantidores são instrumentos de natureza pública ou privada destinados a garantir projetos e operações de crédito, com a finalidade, dentre outras, de viabilizar empreendimentos estruturados do Poder Público e auxiliar a inclusão de pessoas físicas e jurídicas no mercado de crédito; e
- garantias recebidas e prestadas e outras coobrigações, dentre elas o contrato de abertura de linha de crédito interbancário rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

Para o Exercício/2026, o Banco e a Caixa Econômica Federal (CEF) assinaram contrato de abertura de crédito destinado à contratação de operações de crédito, no âmbito das áreas de habitação popular e demais operações habitacionais, no valor de até R\$ 1.800.000 mil (de até R\$ 1.180.000 mil no Exercício/2025).

As transações acima que envolvam valores são demonstradas adiante no quadro “Sumário das transações com partes relacionadas”, segregados por natureza e categoria de entidades relacionadas.

Algumas transações constam em outras notas explicativas: os recursos aplicados em títulos públicos federais, estão relacionados na Nota 12; as informações referentes aos fundos públicos estão relacionadas na Nota 16; e as informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão relacionadas na Nota 23.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. No 1º Semestre/2026, o Banco e suas subsidiárias realizaram contribuições para a FBB no valor de R\$ 62.415 mil (R\$ 64.353 mil no 1º Semestre/2025).

c) Aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (com coobrigação)	3.491.168	379.224



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Sumário das transações com partes relacionadas

Apresentamos as transações realizadas com as partes relacionadas, segregadas nas seguintes categorias:

- Controlador: União (Tesouro Nacional e órgãos da administração direta do Governo Federal);
- Coligadas e controladas em conjunto: Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre Participações, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno e Tecban;
- Pessoal-chave da administração: Conselho de Administração e Diretoria Executiva; e
- Outras partes relacionadas: Empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF e BNDES. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

	Controlador	Coligadas e joint ventures	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	30/06/2026
Ativos	1.724.561	13.174.875	6.375	37.435.712	52.341.523
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	413.967	--	5.554.327	5.968.294
Ativos financeiros	319	240.063	--	1.819.657	2.060.039
Carteira de crédito ¹	--	8.322.908	6.375	19.533.936	27.863.219
Outros ativos ²	1.724.242	4.197.937	--	10.527.792	16.449.971
Garantias recebidas	189.280	--	--	3.225.169	3.414.449
Passivos	38.189.603	21.332.083	31.273	88.620.965	148.173.924
Recursos de clientes	4.783.749	429.819	4.656	11.508.850	16.727.074
Recursos de instituições financeiras	146.291	1.655.727	--	75.185.453	76.987.471
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	29.903	--	26.617	29.122	85.642
Outros passivos ^{2,3}	33.229.660	19.246.537	--	1.897.540	54.373.737
Garantias prestadas e outras coobrigações	387.302	5.048.816	4.813	126.508	5.567.439
Demonstração do resultado	1º Semestre/2026				
Receitas de juros	3.447.859	982.602	627	1.907.357	6.338.445
Despesas de juros	(164.084)	(80.837)	(1.873)	(2.673.309)	(2.920.103)
Receitas de prestação de serviços	54.928	3.639.325	19	280.582	3.974.854
Outras receitas	2.752	397.840	--	393.683	794.275
Outras despesas ²	(1.413.877)	(1.348.074)	--	(335.028)	(3.096.979)

1 – A carteira de crédito possui R\$ 18.905 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reversão de provisão de R\$ 1.533 mil no 1º Semestre/2026.

2 – As transações com o Controlador se referem, principalmente, nos outros ativos, à equalização de taxas – safra agrícola e títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional e, nos outros passivos e outras despesas, aos adiantamentos de contratos de câmbio de importação.

3 – Os saldos evidenciados na coluna "coligadas e joint ventures" se referem, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Controlador	Coligadas e joint ventures	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	31/12/2025
Ativos	1.887.571	14.722.005	6.209	37.204.601	53.820.386
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	1.913.661	--	5.900.166	7.813.827
Ativos financeiros	81	253.451	--	1.592.374	1.845.906
Carteira de crédito ¹	--	8.112.906	6.209	19.370.790	27.489.905
Outros ativos ²	1.887.490	4.441.987	--	10.341.271	16.670.748
Garantias recebidas	207.061	--	--	2.501.538	2.708.599
Passivos	48.760.700	23.305.175	31.519	73.394.527	145.491.921
Recursos de clientes	3.777.713	407.858	2.971	11.117.284	15.305.826
Recursos de instituições financeiras	16.653	2.458.498	--	60.402.779	62.877.930
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	35.267	22.450	28.548	57.692	143.957
Outros passivos ^{2,3}	44.931.067	20.416.369	--	1.816.772	67.164.208
Garantias prestadas e outras coobrigações	392.827	5.066.435	4.383	105.064	5.568.709
Demonstração do resultado	1º Semestre/2025				
Receitas de juros	3.267.658	505.997	571	1.580.965	5.355.191
Despesas de juros	(114.535)	(136.323)	(2.032)	(2.261.603)	(2.514.493)
Receitas de prestação de serviços	58.620	3.558.679	11	360.106	3.977.416
Outras receitas	3.689	424.692	--	6.463	434.844
Outras despesas ²	(1.377.038)	(522.175)	--	(276.067)	(2.175.280)

1 – A carteira de crédito possui R\$ 20.438 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reforço de provisão de R\$ 18.770 mil no 1º Semestre/2025.

2 – As transações com o Controlador se referem, principalmente, nos outros ativos, à equalização de taxas – safra agrícola e títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional e, nos outros passivos e outras despesas, aos adiantamentos de contratos de câmbio de importação.

3 – Os saldos evidenciados na coluna "coligadas e joint ventures" se referem, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

25– Ativos e passivos circulantes e não circulantes

	30/06/2026		
	Até 1 ano	Após 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e depósitos bancários	27.063.120	--	27.063.120
Depósitos no Banco Central do Brasil	117.967.414	--	117.967.414
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	723.407.027	788.884.607	1.512.291.634
Aplicações interfinanceiras de liquidez	253.331.551	1.160.705	254.492.256
Carteira de crédito	404.213.930	739.178.102	1.143.392.032
Títulos e valores mobiliários	28.707.622	17.090.608	45.798.230
Outros ativos financeiros	37.153.924	31.455.192	68.609.116
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	13.947.601	2.218.648	16.166.249
Instrumentos de dívida e patrimônio	10.151.513	--	10.151.513
Derivativos	3.796.088	2.218.648	6.014.736
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	20.205.761	690.647.349	710.853.110
Ativos não circulantes mantidos para venda	284.754	--	284.754
Investimentos em coligadas e joint ventures	--	21.699.105	21.699.105
Ativo imobilizado	--	19.218.424	19.218.424
De uso	--	14.761.853	14.761.853
De direito de uso	--	4.456.571	4.456.571
Ativos intangíveis	--	12.266.132	12.266.132
Ativos fiscais	33.304.707	78.304.769	111.609.476
Correntes	12.091.555	--	12.091.555
Diferidos	21.213.152	78.304.769	99.517.921
Outros ativos	15.573.999	23.110.323	38.684.322
Total do ativo	951.754.383	1.636.349.357	2.588.103.740
Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.662.583.193	618.809.764	2.281.392.957
Recursos de clientes	666.851.192	287.167.645	954.018.837
Recursos de instituições financeiras	790.224.757	55.184.007	845.408.764
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	87.744.287	208.329.884	296.074.171
Outros passivos financeiros	117.762.957	68.128.228	185.891.185
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	3.256.795	2.357.549	5.614.344
Provisões	13.743.771	25.866.427	39.610.198
Cíveis, fiscais e trabalhistas	8.775.627	23.261.573	32.037.200
Outras provisões	4.968.144	2.604.854	7.572.998
Provisões para perdas esperadas com garantias financeiras prestadas e outros compromissos	312.648	428.487	741.135
Passivos fiscais	9.649.284	7.751.077	17.400.361
Correntes	5.022.430	--	5.022.430
Diferidos	4.626.854	7.751.077	12.377.931
Outros passivos	44.118.415	8.458.470	52.576.885
Patrimônio líquido	--	190.767.860	190.767.860
Total do passivo e patrimônio líquido	1.733.664.106	854.439.634	2.588.103.740



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31/12/2025		
	Até 1 ano	Após 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e depósitos bancários	19.737.849	--	19.737.849
Depósitos no Banco Central do Brasil	120.016.133	--	120.016.133
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	667.977.479	767.635.125	1.435.612.604
Aplicações interfinanceiras de liquidez	187.703.126	1.761.393	189.464.519
Carteira de crédito	421.288.780	711.780.841	1.133.069.621
Títulos e valores mobiliários	33.319.537	13.941.555	47.261.092
Outros ativos financeiros	25.666.036	40.151.336	65.817.372
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	10.596.238	1.681.548	12.277.786
Instrumentos de dívida e patrimônio	7.620.302	--	7.620.302
Derivativos	2.975.936	1.681.548	4.657.484
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	29.435.356	643.703.903	673.139.259
Ativos não circulantes mantidos para venda	298.917	--	298.917
Investimentos em coligadas e joint ventures	--	21.916.589	21.916.589
Ativo imobilizado	--	18.488.742	18.488.742
De uso	--	13.700.864	13.700.864
De direito de uso	--	4.787.878	4.787.878
Ativos intangíveis	--	12.053.148	12.053.148
Ativos fiscais	39.796.206	61.960.615	101.756.821
Correntes	12.127.707	280.749	12.408.456
Diferidos	27.668.499	61.679.866	89.348.365
Outros ativos	7.748.181	32.097.224	39.845.405
Total do ativo	895.606.359	1.559.536.894	2.455.143.253
Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.531.384.980	618.461.353	2.149.846.333
Recursos de clientes	654.263.505	243.673.944	897.937.449
Recursos de instituições financeiras	668.002.994	59.036.253	727.039.247
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	76.992.192	254.544.928	331.537.120
Outros passivos financeiros	132.126.289	61.206.228	193.332.517
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	3.306.827	1.167.907	4.474.734
Provisões	14.902.599	22.993.373	37.895.972
Cíveis, fiscais e trabalhistas	9.062.424	20.827.376	29.889.800
Outras provisões	5.840.175	2.165.997	8.006.172
Provisões para perdas esperadas com garantias financeiras prestadas e outros compromissos	308.235	485.678	793.913
Passivos fiscais	6.425.409	15.409.128	21.834.537
Correntes	6.425.409	--	6.425.409
Diferidos	--	15.409.128	15.409.128
Outros passivos	18.562.084	28.168.264	46.730.348
Patrimônio líquido	--	193.567.416	193.567.416
Total do passivo e patrimônio líquido	1.574.890.134	880.253.119	2.455.143.253



26– Outras informações

a) MP nº 1.314/2025 – Crédito Rural

A Medida Provisória nº 1.314/2025, publicada em 5 de setembro de 2025, autorizou o uso de recursos do superávit financeiro da União e de recursos livres das instituições financeiras para operações de crédito rural destinadas à liquidação, amortização ou alongamento de dívidas de produtores rurais e cooperativas afetados por eventos adversos, especialmente climáticos.

Em atendimento à MP, o Banco do Brasil passou a operar as linhas BB Regulariza Dívidas Agro (recursos livres) e BNDES Liquidação de Dívidas Rurais (Fundo Social/BNDES). Em 30 de junho de 2026, o saldo das operações contratadas era de R\$ 39.341.333 (R\$ 22.556.901 em 31 de dezembro de 2025).

b) Imposto Mínimo Global (Pilar 2)

Em 27 de dezembro de 2024, foi sancionada a Lei nº 15.079/2024, que introduziu no Brasil o Adicional da CSLL destinado à implementação do Imposto Mínimo Global, no contexto do Pilar 2, alinhado às Regras GloBE da OCDE. A norma é aplicável a grupos multinacionais com receita consolidada superior a € 750 milhões, faixa na qual se enquadra o conglomerado liderado pelo Banco.

A regulamentação brasileira incorporou conceitos da legislação internacional e elementos próprios das Regras GloBE, que diferem de práticas adotadas no sistema tributário nacional, incluindo ajustes específicos ao lucro GloBE, regras para tributos abrangidos e o tratamento de tributos diferidos.

Em 2026, a Administração realizou os procedimentos de avaliação previstos na regulamentação aplicável ao Adicional da CSLL, abrangendo o Banco e suas controladas nas jurisdições em que operam. Como resultado dessa avaliação, não foram apurados efeitos a serem reconhecidos nas demonstrações contábeis em decorrência da aplicação da Lei nº 15.079/2024.

A Administração continuará acompanhando a evolução da regulamentação brasileira, as orientações emitidas pelos órgãos competentes e as atualizações propostas pela OCDE, inclusive aquelas decorrentes do cenário internacional, que possam afetar a implementação global do Pilar 2 e a aplicação do Adicional da CSLL em períodos futuros.

c) Reforma Tributária

A Reforma Tributária sobre o Consumo, instituída pela Emenda Constitucional 132/2023 e regulamentada pelas Leis Complementares 214/2025 e 227/2026, prevê a extinção do PIS/Pasep e da Cofins ao final de 2026, com a implantação integral da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) a partir do início de 2027. Para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a implantação ocorre em 2027 com alíquota reduzida, com transição no período de 2029 a 2032, quando serão extintos o ISS (Imposto Sobre Serviços) e o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

As instituições financeiras estarão sujeitas ao Regime Geral, cuja alíquota deverá ser divulgada até dezembro de 2026, e ao Regime Específico de Serviços Financeiros, com alíquota em 2027 e 2028 de 10,85%, aumentando progressivamente até 12,50% em 2033.

O Banco vem acompanhando as legislações já divulgadas, bem como a publicação de regulamentações infralegais que irão gerar impactos em sistemas e processos a partir de 2026.



27– Eventos subsequentes

a) Operacionalização de Linhas para Renegociação de Dívidas Rurais Previstas na MP 1.376/2026

O Banco está adotando as medidas necessárias para operacionalizar as linhas de crédito voltadas à renegociação de dívidas rurais de clientes afetados por eventos climáticos extremos ou pela queda dos preços de comercialização, conforme previsto na Medida Provisória nº 1.376/2026.

Neste momento, o Banco aguarda a publicação de regulamentação complementar pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e de ato normativo do Ministério da Fazenda, que definirão as condições aplicáveis, incluindo a equalização dos encargos financeiros, para implementação das linhas de crédito e avaliação dos impactos da medida sobre seus indicadores financeiros, patrimoniais e de resultados.

b) Pagamento de parcela do instrumento elegível a capital principal

Em 21/05/2026, o Banco Central do Brasil autorizou a liquidação da quinta parcela do instrumento elegível a capital principal descrito na Nota Explicativa 20 – Patrimônio Líquido, item “c”.

Em 29/07/2026, o Banco repassou ao Tesouro Nacional o valor de R\$ 100 milhões referente à parcela prevista no cronograma repactuado.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

28– Conciliação do patrimônio líquido e do resultado

	Referência	Lucro Líquido		Patrimônio Líquido	
		1º Semestre/2026	1º Semestre/2025	30/06/2026	31/12/2025
Atribuível ao controlador em BRGAAP		6.264.663	9.807.349	184.683.604	187.901.710
Ajustes de IFRS líquidos de efeito fiscal		(1.469.855)	(3.586.462)	1.395.867	1.305.965
Perdas esperadas em instrumentos financeiros	(a)	(704.769)	(3.003.238)	1.207.774	1.912.543
Atualização monetária de demonstrações contábeis em economias hiperinflacionárias	(b)	(737.664)	(707.863)	353.701	311.851
Outros ajustes		(27.422)	124.639	(165.608)	(918.429)
Atribuível ao controlador em IFRS		4.794.808	6.220.887	186.079.471	189.207.675
Atribuível às participações de acionistas não controladores		1.568.153	1.539.229	4.688.389	4.359.741
Apurado no consolidado em IFRS		6.362.961	7.760.116	190.767.860	193.567.416

a) Perdas esperadas em instrumentos financeiros

As diferenças entre o BRGAAP e o IFRS na apuração da perda esperada decorrem da adoção de critérios normativos distintos de mensuração. Destaca-se que, no BRGAAP, existem pisos mínimos de provisão aplicáveis às operações classificadas no estágio 3 — caracterizadas por descumprimento, os quais não estão previstos no IFRS, sendo revertidos.

b) Atualização monetária de demonstrações contábeis em economias hiperinflacionárias

As diferenças entre BRGAAP e IFRS decorrem da aplicação das normas para economias hiperinflacionárias, conforme IAS 29 e IAS 21, que requerem a atualização das contas patrimoniais e de resultado pela inflação, o reconhecimento da perda monetária líquida no resultado e a conversão das demonstrações financeiras pela taxa de câmbio de fechamento.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte
ParkShopping - Zona Industrial (Guará)
Caixa Postal 11619 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 3362 3700
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas

Aos
Acionistas, Conselho de Administração e aos Administradores do
Banco do Brasil S.A.
Brasília - DF

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas do Banco do Brasil S.A. ("Banco"), em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial consolidado condensado em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações consolidadas condensadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, e as notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação dessas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – (IASB)*. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB).

Outros assuntos

Demonstração consolidada do valor adicionado

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas acima referidas incluem a demonstração consolidada condensada do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração consolidada do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas tomadas em conjunto.

Brasília, 11 de agosto de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-0

Rodrigo de Mattos Lía
Contador CRC 1SP252418/O-3



Resumo do relatório do Comitê de Auditoria

Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco do Brasil em IFRS

Primeiro semestre de 2026

Apresentação

O Comitê de Auditoria (Coaud) é um órgão estatutário, cujas atribuições encontram-se definidas na Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto nº 8.945/2016, Resolução CMN nº 4.910/2021, Estatuto Social do Banco do Brasil S.A. (BB) e no seu Regimento Interno. Assessora o Conselho de Administração (CA) em caráter permanente e com independência no exercício de suas atribuições.

O Coaud avalia e monitora as exposições de risco e a gestão de capital mediante interação e atuação conjunta com o Comitê de Riscos e de Capital (Coris), em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/2017.

Os administradores do Banco do Brasil e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às leis e regulamentos.

A Auditoria Interna (Audit) responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que o Conglomerado está exposto, avaliando, com independência, a efetividade dos processos de gestão de riscos, de controles internos, contábeis e de governança.

A KPMG Auditores Independentes Ltda (KPMG) é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do BB e das subsidiárias abrangidas pelo Coaud. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e suficiência dos controles internos para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis.

Atividades do Período

As atividades desenvolvidas pelo Coaud, conforme Plano Anual de Trabalho 2026, aprovado pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil em 11/11/2025, estão registradas em atas de reuniões e cobriram o conjunto de responsabilidades do Comitê. As referidas atas foram encaminhadas ao Conselho de Administração, disponibilizadas ao Conselho Fiscal e à Auditoria Independente, e estão publicadas, na forma de extratos, no endereço eletrônico: bb.com.br/ri.

Realizou reuniões com representantes da Administração do BB e de empresas do Conglomerado, assim como com seus respectivos Conselhos de Administração e Fiscal, Coris, Auditorias Interna e Independente e Banco Central do Brasil (Bacen), além de reuniões entre os membros do Coaud.

Nessas reuniões, abordou temas sob seu acompanhamento, sintetizados nos seguintes eixos temáticos: sistema de controles internos, auditoria interna, auditoria independente, transações com partes relacionadas, atuarial, exposições de risco e contabilidade.

O Comitê apresentou, ao Conselho de Administração, informes periódicos de suas atividades e pareceres relativos aos temas abrangidos no escopo de sua atuação. Emitiu recomendações à gestão e à Auditoria Interna envolvendo os principais temas relacionados às suas atividades. As recomendações, após discutidas, foram acatadas e suas implementações acompanhadas pelo Coaud.

Não chegou ao conhecimento do Coaud a existência e/ou evidência de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição.

Não houve divergências significativas entre a Administração, Auditoria Independente e o Comitê de Auditoria relacionadas às demonstrações contábeis.



Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Coaud concluiu que:

- a) o Sistema de Controles Internos (SCI) é adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Conglomerado e é objeto de permanente atenção por parte da Administração;
- b) a Auditoria Interna é efetiva, dispõe de estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções e atua com independência, objetividade e qualidade;
- c) a KPMG atua com efetividade e independência;
- d) os processos relativos a transações com partes relacionadas encontram-se conformidade com a legislação aplicável e com a política específica do BB;
- e) os parâmetros dos cálculos e os resultados atuariais dos planos de benefícios dos fundos de pensão patrocinados estão adequadamente refletidos nas demonstrações contábeis;
- f) as exposições de risco vêm sendo gerenciadas adequadamente pela Administração;
- g) as demonstrações financeiras consolidadas no padrão IFRS relativas a 30/06/2026 foram elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e refletem, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data.

Brasília (DF), 11 de agosto de 2026.

COMITÊ DE AUDITORIA (COAUD)

Egídio Otmar Ames

Coordenador

Aramis Sá de Andrade

Edson Teixeira

Fernando Florêncio Campos

Marcelo Gasparino da Silva



Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o artigo 27, § 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras do Banco do Brasil S.A. relativas ao período findo em 30 de junho de 2026 e, baseados nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Brasília (DF), 10 de agosto de 2026.

Tarciana Paula Gomes Medeiros
Presidente

Ana Cristina Rosa Garcia
Vice-Presidência Corporativo

Felipe Guimarães Geissler Prince
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos

José Ricardo Sasseron
Vice-Presidência de Negócios Governo e Sustentabilidade Empresarial

Marco Geovanne Tobias da Silva
Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações com Investidores

Carla Nesi
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Francisco Augusto Lassalvia
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

Gilson Alceu Bittencourt
Vice-Presidência de Agronegócios e Agricultura Familiar

Marisa Reghini Ferreira Mattos
Vice-Presidência de Negócios Digitais e Tecnologia



Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com o artigo 27, §1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, declaramos que, baseados em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os trabalhos realizados, concordamos com as opiniões/conclusões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda., não havendo qualquer discordância.

Brasília (DF), 10 de agosto de 2026.

Tarciana Paula Gomes Medeiros
Presidente

Ana Cristina Rosa Garcia
Vice-Presidência Corporativo

Felipe Guimarães Geissler Prince
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos

José Ricardo Sasseron
Vice-Presidência de Negócios Governo e Sustentabilidade Empresarial

Marco Geovanne Tobias da Silva
Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações com Investidores

Carla Nesi
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Francisco Augusto Lassalvia
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

Gilson Alceu Bittencourt
Vice-Presidência de Agronegócios e Agricultura Familiar

Marisa Reghini Ferreira Mattos
Vice-Presidência de Negócios Digitais e Tecnologia



Membros da administração

PRESIDENTE

Tarciana Paula Gomes Medeiros

VICE-PRESIDENTES

Ana Cristina Rosa Garcia
Carla Nesi
Felipe Guimarães Geissler Prince
Francisco Augusto Lassalvia
Gilson Alceu Bittencourt
José Ricardo Sasseron
Marco Geovanne Tobias da Silva
Marisa Reghini Ferreira Mattos

DIRETORES

Alan Carlos Guedes de Oliveira
Alberto Martinhago Vieira
Alexandre Bocchetti Nunes
Antonio Carlos Wagner Chiarello
Bárbara dos Santos Lopes Freitas
Barbara Favero dos Santos Bosi
Bruno Alves do Nascimento
Carlos Eduardo Guedes Pinto
Euler Antonio Luz Mathias
Gilmar Dalilo Cezar Wanderley
João Vagnes de Moura Silva
José Salvador Constantino Zarcos Filho
Julio César Vezzaro
Kamillo Tononi Oliveira Silva
Larissa da Silva Novais Vieira
Marcelo Henrique Gomes da Silva
Mariana Pires Dias
Neudson Peres de Freitas
Paula Sayão Carvalho Araujo
Pedro Bramont
Pedro Henrique Duarte Oliveira
Rafael Machado Giovanella
Rodrigo Costa Vasconcelos
Rodrigo Mulinari
Rosiane Barbosa Laviola

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Anelize Lenzi Ruas de Almeida
Elisa Vieira Leonel
Fábio Franco Barbosa Fernandes
Fernando Florêncio Campos
Marcio Luiz de Albuquerque Oliveira
Selma Cristina Alves Siqueira
Tarciana Paula Gomes Medeiros
Valmir Pedro Rossi

CONSELHO FISCAL

Andriei José Beber
Bernard Appy
João Vicente Silva Machado
José Pedro Bastos Neves
Paulo Moreira Marques

COMITÊ DE AUDITORIA

Aramis Sá de Andrade
Edson Teixeira
Egídio Otmar Ames
Fernando Florêncio Campos
Marcelo Gasparino da Silva

CONTADORIA

Pedro Henrique Duarte Oliveira
Contador Geral
Contador CRC-DF 023407/O-3
CPF 955.476.143-00

Anelise da Cunha Camilo Mariano
Contadora CRC-DF 023877/O-0
CPF 017.576.901-07